

Universidade de Brasília – UnB
Intitulo de Letras – IL
Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas – LIP
Programa de Pós-Graduação em Linguística – PPGL



BÁRBARA HELIODORA L. DE PINHEIRO SANTOS

**EMPRÉSTIMOS LEXICAIS DO PORTUGUÊS PARA A LÍNGUA GERAL:
SÉCULO XVI AO XXI**

Brasília
Fevereiro/2020

Universidade de Brasília – UnB
Intitulo de Letras – IL
Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas – LIP
Programa de Pós-Graduação em Linguística – PPGL



**EMPRÉSTIMOS LEXICAIS DO PORTUGUÊS PARA A LÍNGUA GERAL:
SÉCULO XVI AO XXI**

Dissertação apresentada ao Departamento de Linguística, Letras e Línguas Clássicas da Universidade de Brasília como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Linguística.

Orientadora: Profa. Dra. Walkíria Neiva Praça

Coorientadora: Profa. Dra. Aline da Cruz

Brasília
Fevereiro/2020

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

LB229e Lemos de Pinheiro Santos, Bárbara Heliadora
Empréstimos lexicais do Português para a Língua Geral:
século XVI ao XXI / Bárbara Heliadora Lemos de Pinheiro
Santos; orientador Walkíria Neiva Praça; co-orientador Aline
da Cruz. -- Brasília, 2020.
109 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado em Linguística) --
Universidade de Brasília, 2020.

1. Língua Geral. 2. Contato linguístico . 3. Empréstimos.
4. Fonologia. 5. Morfologia. I. Neiva Praça, Walkíria ,
orient. II. da Cruz, Aline, co-orient. III. Título.

Bárbara Heliodora L. de Pinheiro Santos

**EMPRÉSTIMOS LEXICAIS DO PORTUGUÊS PARA A LÍNGUA GERAL:
SÉCULO XVI AO XXI**

Dissertação apresentada ao Departamento de Linguística, Letras e Línguas Clássicas da Universidade de Brasília como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Linguística.

Brasília, 27 de fevereiro de 2020.

BANCA EXAMINADORA:

Profª. Dra. Walkíria Neiva Praça – UnB
Presidente

Profª. Dra. Marina Maria Silva Magalhães – UnB

Profª. Dra. Mônica Veloso Borges – UFG

Profª. Dra. Flávia de Castro Alves – UnB
Suplente

Aprovada em ___/___/_____.

Agradecimentos

Muitas pessoas contribuíram direta ou indiretamente para que eu pudesse chegar até aqui. Agradeço a todas elas, em especial:

À minha mãe de coração, Nelly Pinheiro (*in memoriam*), que nunca mediu esforços para me garantir os estudos e que me mostrou que a educação era o melhor caminho a ser trilhado. Obrigada por ter estado fisicamente comigo por 23 anos e por permanecer me guiando espiritualmente.

À minha orientadora, Profa. Dra. Walkíria Neiva Praça, pelas orientações, pelas conversas, pelos conselhos e, por vezes, acreditar mais em mim do que eu mesma. Obrigada, ainda, por ter deixado a jornada do mestrado mais alegre e menos solitária.

À minha coorientadora, Profa. Dra. Aline da Cruz, agradeço por fazer com que eu me interessasse pela pesquisa em línguas indígenas, por me motivar a ser uma pesquisadora melhor a cada dia e por estar comigo desde a graduação.

Aos professores do PPGL, em especial à Profa. Dra. Marina Magalhães, ao Prof. Dr. Dionei Moreira Gomes e ao Prof. Dr. Augusto Mello.

Aos professores da UFG, em especial à Profa. Dra. Mônica Veloso Borges, à Profa. Dra. Christiane Cunha de Oliveira e à Profa. Dra. Gláucia Vieira Cândido. Vocês foram essenciais na minha formação.

À UnB e ao PPGL, por me receberem de braços abertos.

Aos colegas do PPGL, pelo conhecimento trocado.

À Capes, pelo apoio financeiro que me permitiu realizar esta pesquisa.

À minha mãe, Lena, que nunca mede esforços para me ver realizando os meus sonhos.

Ao meu padrasto, Josimar, que sempre faz questão de mostrar o quanto se orgulha de mim.

Ao meu avô, Urias, que me levava à escola dia após dia e me ensinava a fazer as tarefas de casa. Obrigada, vô, por ter escolhido ser a representação de um pai na minha vida.

À minha sobrinha, Cecília, que me impulsionou a querer me mudar para Brasília para estar por perto.

Às minhas primas Maria Laura, Nathália e Yasmim e ao meu primo André, por tornarem a minha vida de adulta menos séria. Estivemos juntos em muitos momentos difíceis, mas, por estarmos juntos, esses momentos tornaram-se mais suportáveis. Eu amo vocês.

Às amigas que Brasília me trouxe, Priscilla e Raphaella. Obrigada pelos momentos de apoio, pelos conselhos e pelas longas conversas na cozinha de casa.

À Yasmin, pela parceria e pelo companheirismo que nunca têm limites. Agradeço também pelas constantes revisões dos meus textos.

“Que língua nós apagamos para termos uma língua nacional (o português)? De que língua (ou línguas) foi preciso nos distanciar historicamente e quais as línguas que tiveram de ser silenciadas para que obtivéssemos uma língua portuguesa?”

(ORLANDI, 1993:56)

RESUMO

Freire (2004) estabelece uma divisão sócio histórica para o que se chamou de Língua Geral (doravante, LG), língua que serviu de comunicação entre portugueses e indígenas na região amazônica durante o período colonial. A primeira etapa pela qual a LG passou, de acordo com Freire (2004), foi a sua formação a partir do Tupinambá; a segunda etapa é marcada pelo processo de substituição da LG pelo Português. Todavia, até meados do século XIX, a LG ainda era majoritária. Apenas a partir de 1840, esse quadro linguístico foi alterado, tornando o Português majoritário, o que caracterizou a terceira etapa dessa língua. Considerando que, mesmo com o seu declínio, a LG (chamada, hoje, de Nheengatu) continua sendo falada na região do Rio Negro, objetiva-se, com este trabalho, compreender como se deu o contato linguístico entre falantes de LG e falantes de Português a partir do período colonial até o presente momento. Nesse sentido, a pesquisa proposta terá, como eixo teórico, as considerações do campo da Linguística, especificamente no que se refere ao contato sociolinguístico. A metodologia consistirá em uma pesquisa de cunho documental para os séculos XVI a XX e, para o século XXI, de cunho bibliográfico. Após o levantamento, os empréstimos serão classificados, de acordo com os estudos tipológicos de Grosjean (1982) e de Romaine (1995), em: a) empréstimos com adaptações fonológicas, b) loanblends; c) empréstimos diretos. Depois, os empréstimos serão descritos e analisados. O passo seguinte é verificar quais estratégias fonológicas a LG utiliza em cada período, para receber os vocábulos portugueses à medida que o contato linguístico se intensifica e como a morfologia da LG funciona com os vocábulos emprestados.

Palavras chave: Língua Geral. Contato linguístico. Empréstimos. Estratégias fonológicas. Morfologia da LG.

ABSTRACT

Freire (2004) establishes a socio-historical division for what has been called Língua Geral (henceforth LG), a language that served as communication between Portuguese and indigenous people in the Amazon region during the colonial period. The first stage through which LG passed, according to Freire (2004), was its formation from Tupinambá; the second stage is marked by the process of replacing LG by the Portuguese. However, until the middle of the 19th century, LG was still in the majority. Only after 1840, this linguistic picture was changed, making Portuguese the majority, which characterized the third stage of this language. Considering that, even with its decline, LG (now called Nheengatu) continues to be spoken in the Rio Negro region, this work aims to understand how the linguistic contact between LG speakers and Portuguese speakers took place from the colonial period until the present moment. In this sense, the proposed research will have, as the theoretical axis, the considerations of the field of Linguistics, specifically concerning the sociolinguistic contact. The methodology will consist of documental research for the 16th to 20th centuries and, for the 21st century, bibliographical research. After the survey, the loanwords will be classified, according to the typological studies of Grosjean (1982) and Romaine (1995), into: a) loanwords with phonological adaptations, b) loanblends; c) direct loanwords. Then, the loanwords will be described and analyzed. The next step is to check which phonological strategies LG uses in each period to receive the Portuguese vocabulary as language contact intensifies and how LG's morphology works with the borrowed vocabulary.

Keywords: Língua Geral. Linguistic Contact. Loanwords. Phonological strategies. LG's Morphology.

SUMÁRIO

Lista de abreviações e de convenções.....	13
Lista de tabelas.....	16
Lista de figuras.....	16
INTRODUÇÃO	17
0.1 Breve história do desenvolvimento da Língua Geral	17
0.2 O desenvolvimento do Tupinambá como Língua Geral.....	18
0.2.1 Estágios da Língua Geral	20
0.2.2 O Nheengatu na atualidade.....	21
0.3 O Tupinambá e a LG na família linguística Tupi-Guarani.....	21
0.4 As outras línguas gerais das Américas	22
0.5 Objetivos e plano geral do trabalho.....	23
CAPÍTULO 1: APORTES TEÓRICOS.....	25
1.1 Empréstimos linguísticos.....	25
1.2 Tipologia de empréstimos	27
CAPÍTULO 2: MÉTODO.....	29
2.1 Formação e expansão da LG a partir do Tupinambá (1595-1720).....	29
2.2 Proibição da LG (1720-1840).....	30
2.3 Declínio da LG (1850-1931)	31
CAPÍTULO 3: O INVENTÁRIO FONOLÓGICO DA LG: séculos XVI, XVIII e XXI... 33	33
3.1 Inventário fonológico da LG: século XVI.....	33
3.2 Inventário fonológico da LG: século XVIII	34
3.3 Inventário fonológico do Nheengatu do século XXI.....	37
3.4 Evolução do inventário fonológico entre os séculos XVI e XXI	38
CAPÍTULO 4: EMPRÉSTIMOS COM ADAPTAÇÃO FONOLÓGICA.....	39
4.1 Adaptação segmental.....	39
4.1.1 Adaptação da fricativa palatal sonora.....	39

4.1.2	Rotacismo	40
4.1.3	Realização variável da vibrante múltipla.....	44
4.1.4	Tendência à ditongação	45
4.1.5	Tendência à eliminação de fricativas labiais	46
4.1.6	Pré-nasalizadas	48
4.1.7	Alofonia da fricativa palatal surda.....	49
4.2	Adaptação silábica.....	51
4.2.1	Epêntese.....	51
4.2.2	Apagamento.....	53
4.2.3	Alternância de segmentos.....	54
4.3	Adaptações segmentais nos empréstimos lexicais do Nheengatu do século XXI.....	54
4.4	Adaptação acentual.....	56
4.4.1	Epêntese.....	56
4.4.2	Mudança de acento	56
4.5	Adaptações acentuais nos empréstimos lexicais do Nheengatu do século XXI.....	57
4.6	Sistematização das formas de adaptação fonológica em perspectiva diacrônica	58
CAPÍTULO 5: EMPRÉSTIMOS DO PORTUGUÊS QUE RECEBEM MORFOLOGIA DA LG.....		60
5.1	Empréstimos com morfologia flexional	60
5.1.1	Empréstimos com prefixo flexional	61
5.1.2	Empréstimos que recebem sufixo flexional.....	65
5.1.3	Empréstimos com o sufixo {-a}	68
5.2	Empréstimos que recebem morfologia derivacional	70
5.2.1	Derivação prefixal	70
5.2.2	Derivação sufixal.....	74
5.3	Palavras compostas por uma raiz emprestada do Português e outra raiz da LG	79
5.4	Sistematização dos morfemas que ocorrem com empréstimos em perspectiva diacrônica	
		82
CAPÍTULO 6: EMPRÉSTIMOS DIRETOS.....		83
CAPÍTULO 7: HIERARQUIA DE EMPRÉSTIMOS.....		88

7.1	Hierarquia de empréstimos na LG: século XVI ao XXI	88
7.1.1	Empréstimos de nomes	89
7.1.2	Empréstimos de verbos.....	89
7.1.3	Verbos do Português emprestados como partículas em Nheengatu	91
7.1.4	Empréstimos de numerais cardinais	92
7.1.5	Empréstimos de preposições	93
7.1.6	Empréstimo de conjunções	95
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....		101
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		103

Lista de abreviações e de convenções

1	primeira pessoa
2	segunda pessoa
3	terceira pessoa
A	série ativa
ABL	ablativo
ant	anterior
ALT	alativo
ATR	atributivo
ATT	atenuativo
AUM	aumentativo
CAUS	causativo
COL	coletivo
COM	comitativo
COM.INSTR	comitativo e instrumental
COMPAR	comparativo
COND	condicional
CONJ	conjunção
CONT	contínuo
DAT.PROSP	dativo prospectivo
DEM	demonstrativo
DEM.DIST	demonstrativo (distante)
DEM.PROX	demonstrativo (próximo)
DIM	diminutivo
EXCL	exclusivo
EXIST	existencial
FOC	foco
FUT	futuro
INCL	inclusivo
INDF	indefinido
INTJ	interjeição
IP	índice de pessoa
GER	gerúndio

HAB	habitual
LG	Língua Geral
NA	série não ativa
NECESS	necessidade
NEG	negação
NEGCONTR	negação contrastiva
NG	nome genérico para referência a entidades não humanas
NGH	nome genérico para referência a entidades humanas
Nh	Nheengatu
NMLZ	nominalizador
NMLZ.AGN	nominalizador agentivo
NMLZ.PAC	nominalizador de paciente
OBRIG	obrigação
PB	Português Brasileiro
PERL	perlativo
PL	plural
PFV	perfectivo
R	relacional
RED	reduplicação
REFL	reflexivo
REL	relativizador
REP	reportativo
RESTR	restritivo
RFR	referenciante
R/R	reflexivo/recíproco
SG	singular
SUBCONCES	subordinador concessivo
SUBFIN	subordinador de finalidade
SUBTEMP	subordinador temporal
+	mais
-	menos
=	fronteira de clítico
-	fronteira de morfema
.	fronteira de sílaba

//	representação fonológica
[]	transcrição fonética
< >	grafemas
/	separação entre orações coordenadas
~	variação fonológica
∞	variação morfológica

Lista de quadros

Quadro 1: Fontes primárias de 1595 até 1720.....	30
Quadro 2: Descrição sucinta das fontes primárias (originais) de 1750 a 1850.....	31
Quadro 3: Descrição sucinta das fontes primárias de 1850 a 1931, organizada por autor.....	32
Quadro 4: Exemplos da variação entre [i] ~ [j] e [u] ~ [w].....	36
Quadro 5: Sistema Consonantal do Nheengatu, século XXI.....	37
Quadro 6: Sistema Vocálico do Nheengatu, século XXI.....	38
Quadro 7: Mudanças no sistema consonantal da LG.....	38
Quadro 8: Mudanças no sistema vocálico da LG.....	38
Quadro 9: Sistematização das formas de adaptação fonológica em perspectiva diacrônica.....	58
Quadro 10: Índice de pessoa das séries ativa e não ativa do Tupinambá.....	61
Quadro 11: Índices de pessoa das séries III e IV.....	62
Quadro 12: Índice de pessoa da série ativa e não ativa da LG do século XIX.....	63
Quadro 13: Índice de pessoa da série ativa do Nheengatu.....	64
Quadro 14: Índice de pessoa da série não ativa do Nheengatu.....	64
Quadro 15: Sistematização dos morfemas que ocorrem com empréstimos em perspectiva diacrônica.....	82
Quadro 16: Exemplos de empréstimos do Português para o Nheengatu, usados por falantes que não falam Português.....	85
Quadro 17: Processo de adaptação de empréstimos verbais.....	86

Lista de tabelas

Tabela 1: Inventário fonológico da LG: século XVI.....	33
Tabela 2: Inventário fonológico da Língua Geral do século XVIII.....	35
Tabela 3: Exemplos de empréstimos do Português registrados no século XVIII e XVIII em uso no Nheengatu do século XXI.....	43

Lista de figuras

Figura 1: O Tupinambá e o Nheengatu (Língua Geral) na família Tupi-Guarani.....	22
---------------------------------------------------------------------------------	----

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa realizou um levantamento de palavras da Língua Portuguesa que, devido ao contato e à necessidade de ampliação lexical, entraram como empréstimos lexicais na LG a partir do século XVI até o século XXI. O levantamento da dados deu-se a partir de uma vasta documentação histórica produzida por jesuítas, estudiosos e viajantes do período colonial e pós-colonial. Foi utilizado, ainda, para o levantamento de empréstimos do século XXI, o trabalho “*A fonologia e gramática do Nheengatu: a língua geral falada pelos povos Baré, Warekena e Baniwa*”, escrito por Cruz (2011) a Entre esses empréstimos, foram encontrados vocábulos que se adaptaram à fonologia da língua nativa, vocábulos que receberam morfologia da língua nativa e vocábulos que não sofreram nem um tipo de adaptação fonológica.

0.1 Breve história do desenvolvimento da Língua Geral

Rodrigues (2000, p. 24 e 25), baseando-se em dados históricos produzidos pelos primeiros ingressos portugueses, estimou que existiam 1.273 línguas indígenas sendo faladas no momento da colonização do território que hoje é o Brasil, dentre as quais, pelo menos, 495 eram faladas na região que hoje é a Amazônia brasileira. Nesse sentido, ao realizarem as primeiras viagens exploratórias pelo rio Amazonas, nos séculos XVI e XVII, os europeus, conforme Freire (2004, p. 44), depararam-se com uma enorme diversidade de línguas nessa região pertencentes a famílias e a troncos distintos. Tamanha diversidade fez com que padre Vieira denominasse o Amazonas, por volta do século XVII, de “rio Babel”.

Nesse contexto, a interação entre colonizadores e indígenas, a troca de informações e o processo para disciplinar a força de trabalho por meio da catequese só seriam viabilizados, de acordo com Freire (2004, p. 46), com a superação da diversidade linguística, com o desenvolvimento de uma língua de contato e com a criação de uma nova comunidade de fala. O Português, no entanto, não poderia ser a língua franca, isto é, uma língua usada entre indivíduos com línguas maternas distintas, tendo em vista que no Grão-Pará¹ a ocupação lusa ainda não estava consolidada e os diferentes povos indígenas ainda estavam em total posse de seus territórios. Portanto, adotar o Português como a língua de contato não era uma opção viável (FREIRE, 2004, p. 49).

¹ O estado do Maranhão e Grão-Pará era uma das duas colônias portuguesas do continente e hoje sua extensão territorial abrange os estados do Maranhão, do Piauí, do Pará, do Amazonas e de Roraima.

Assim, a língua do colonizador ficou restrita à função de comunicação com a metrópole, enquanto as relações sociais na Amazônia, durante todo o período colonial, segundo Freire (2004, p. 50), tiveram como base uma língua indígena, situação que perdurou até mesmo após a Independência do Brasil. Segundo Rodrigues (1994, p. 99 e 100), essa língua, de base Tupi-Guarani, recebeu diversos nomes, entre os quais, *Língua mais usada na Costa do Brasil*; *Língua da terra* (desta terra, do Brasil); *Língua do mar* (língua falada na costa, junto ao mar). O nome firmado, entretanto, foi o de *Língua Brasileira*.

0.2 O desenvolvimento do Tupinambá como Língua Geral

Com a chegada de colonos portugueses no Pará em 1616, conforme Freire (2004, p. 51), esses indivíduos defrontaram-se com centenas de línguas indígenas na Amazônia, dentre elas, o *Tupinambá*², falado na costa do Salgado até a boca do rio Tocantins. A comunicação entre colonizadores e os Tupinambá ocorreu de modo razoável, tendo em vista que os colonos vinham de Pernambuco e do Maranhão, onde haviam aprendido a falar a *Língua Brasileira*, língua de base Tupi-Guarani usada na catequese pelos jesuítas em todo o litoral brasileiro, desde o século XVI (FREIRE, 2004, p. 51).

De acordo com Freire (2004, p. 51), o Tupinambá acabou por exercer a função inicial de língua de comunicação entre os portugueses e os diferentes povos tupi da região. A partir disso, segundo Rodrigues (1996, p. 10), surge uma população mestiça de pais europeus e de mães indígenas, cuja língua dos filhos é o Tupinambá. Nesse processo histórico de constituição e de expansão, Freire (2004, p. 51) afirma que o Tupinambá passa a ser conhecido, a partir da segunda metade do século XVII, como Língua Geral (doravante, LG)³, a qual foi progressivamente reajustando-se e diferenciando-se do Tupinambá falado por indígenas que sobreviveram até meados do século XVIII (RODRIGUES, 1996, p.10).

A LG, conforme Rodrigues (1996, p. 10), desde o século XVII, acompanhou a expansão portuguesa na Amazônia e estendeu-se ao longo de todo vale do rio Amazonas. Essa língua expandiu-se pelos afluentes desse rio e, subindo pelo Rio Negro, alcançou tanto a Amazônia venezuelana quanto a colombiana. A LG tornou-se de uso tão amplo que, de acordo com padre

² Conforme Rodrigues (1994, p. 100), o nome *Tupinambá* aparece tardiamente, no século XVIII, já com a intenção de distinguir a língua dos índios Tupinambá da então língua corrente da população mestiça.

³ Rodrigues (1986, p. 102) propõe uma distinção entre Língua Geral Paulista (que se desenvolveu, a partir do Tupiniquim, no sul da Colônia) e Língua Geral Amazônica (que se desenvolveu, a partir do Tupinambá, no norte da Colônia). Apesar dessa proposta, este trabalho utilizará, simplesmente, o termo *Língua Geral* para se referir à língua que se desenvolveu a partir do Tupinambá no norte do território brasileiro.

Jacinto de Carvalho, visitador-geral das missões do extremo-norte, os próprios portugueses que vinham para o território brasileiro aprendiam a falar essa língua (REIS, 1961, p. 495).

De acordo com Freire (2004, p. 52), a reprodução inicial da LG deu-se de maneira quase espontânea, mas passou a ser feita de forma mais sistemática e mais planejada por meio da catequese. A catequese ocupou um papel importante na disseminação dessa língua porque, nas aldeias de repartição⁴, os padres jesuítas catequizavam em Tupinambá. Nesse contexto, no momento em que começaram a chegar indígenas de outras famílias linguísticas distintas do Tupi-Guarani, as aldeias de repartição desempenharam um papel muito similar ao que as escolas desempenharam mais tarde com a Língua Portuguesa. Assim, cria-se, gradualmente, uma língua supraétnica, usada para a comunicação de povos de distintas etnias.

Até o final da década de 1720, a política de Portugal, conforme Freire (2004, p. 55), foi a de incentivo à expansão da LG, tendo em vista o que essa expansão representava em termos de rentabilidade para a colônia. Portugal chegou até mesmo a reconhecer, por meio da Carta Régia de 30 de novembro de 1689, a LG como língua oficial do Maranhão e do Grão-Pará, determinando, conforme Kiemen (1954, p. 170), que não somente os indígenas como também os filhos dos portugueses concentrados nos núcleos urbanos que se formavam nessa região deveriam aprender essa língua.

Na expansão da LG, que ocorreu durante os séculos XVII e XVIII, essa língua foi falada por indígenas da família Tupi-Guarani e por indígenas de famílias distintas, como Karib, Arawak, Jê, Pano e Tukano (LEE, 2005). Depois, conforme Freire (2004, p. 59), a LG começa a entrar em contato com o Português, falado por um número pequeno de colonos, por militares, por funcionários diversos e por padres jesuítas. O contato deu-se também com outras línguas europeias, como o Espanhol, o Holandês, o Inglês e o Francês. Por último, mesmo que em menor escala, a LG conviveu com línguas africanas faladas pelos negros que começaram a ser levados para a região amazônica como escravos a partir do final do século XVII.

Nesse contexto diverso de contato, a LG consolida-se como língua supraétnica e é usada nas escolas, na catequese, na igreja, nas aldeias e nas relações de trabalho (FREIRE, 2004, p. 59). De acordo com Raiol (1900, p. 132), em 1720, havia no Pará 63 aldeias com 54.264 índios aldeados, que, a depender da eficiência missionária, dominavam, em maior ou em menor grau, a LG, a qual também era usada de modo amplo por aproximadamente 1.000 portugueses, por indígenas escravizados, que chegavam a ser mais de 20.000, por negros e por mestiços.

⁴ As aldeias de repartição eram lugares para onde eram levados indígenas de diversas etnias para serem distribuídos, durante alguns meses do ano, aos colonos, aos missionários e à Coroa Portuguesa, para quem eram obrigados a trabalhar (Freire, 2004, p. 49).

Freire (2004, p. 59) afirma que o contato permanente com outras línguas contribuiu para que a LG sofresse mudanças que a distanciaram tanto histórica como linguisticamente do “Tupinambá original”. Ainda segundo o autor, a própria documentação da época distingue essas duas variedades empregadas na missão jesuítica, separando-as em “*Língua Geral verdadeira*”, que corresponde à língua falada pelos índios Tupinambá, usada nas aldeias e em práticas religiosas – orais ou escritas –, e em “*Língua Geral corrupta*”, de uso exclusivamente oral, falada por um grupo linguisticamente heterogêneo, que era composto por indígenas não-tupi e por portugueses.

Esse contato culminou em mudanças na LG, as quais, de acordo com Moore, Facundes & Pires (1990), ocorreram em dois momentos históricos distintos, trazendo, também, duas consequências linguísticas distintas. No primeiro momento histórico, séculos XVII e XVIII, período em que a LG era majoritária e o Português era minoritário, há poucos empréstimos linguísticos, mas inúmeras mudanças sintáticas na LG. Por outro lado, no segundo momento histórico, que ocorre no século XIX, falantes de outras línguas começam a aprender a LG e, cada vez mais, falantes de LG começam a aprender o Português, o que aumenta o grau de bilinguismo, os empréstimos são os principais resultados desse contato.

0.2.1 Estágios da Língua Geral

Bessa Freire (2004), ao estudar a história das línguas na Amazônia, propõe uma periodização sócio histórica da LG. Em linhas gerais, podem ser observados, segundo o autor, três estágios distintos pelos quais a LG passou. No primeiro estágio, entre 1616 e 1750, houve a expansão do Tupinambá, que, nesse processo começa a ser usado como uma língua franca. Essa língua foi utilizada, majoritariamente, para exercer uma função de comunicação entre portugueses e indígenas de diferentes etnias, cujas línguas maternas pertenciam a famílias Karib, Arawak, Jê, Pano e Tukano (LEE, 2005).

O segundo estágio, que ocorreu entre 1750 e 1840, foi marcado pela tentativa de proibição da LG, com o objetivo de substituí-la pelo Português, devido à disputa do território amazônico entre portugueses e espanhóis. Para assegurar que esse território já era conquistado, a Coroa Portuguesa precisava comprovar à Coroa Espanhola que havia colonos portugueses estabelecidos em certos locais da região. Por esse motivo, Marquês de Pombal, em 1727, proibiu o uso da LG e determinou que os missionários organizassem o ensino de Português. Entretanto, tal medida não surtiu efeito, uma vez que a Companhia de Jesus priorizava o uso da LG. Então, em 1757, os jesuítas foram expulsos do território amazônico pois pensava-se que estes eram os culpados pela expansão da LG (FREIRE, 2004). No entanto, essas estratégias de

pouco adiantaram e, até meados do século XIX, a LG permaneceu majoritária em relação à Língua Portuguesa.

A partir de 1840, data em que se inicia o terceiro estágio pelo qual a LG passou, conforme Freire (2004), houve uma alteração na situação linguística no território amazônico: o Português passa a ser língua majoritária em relação à LG. Essa inversão ocorreu devido a três fatores principais. O primeiro deles foi o extermínio de muitos falantes de LG em uma revolta conhecida como Cabanagem (1837 – 1838)⁵. O segundo motivo ocorreu devido à Guerra do Paraguai (1864 – 1870), na qual muitos falantes de LG foram convocados a lutar e morreram durante o combate. O terceiro e último motivo foi a migração de um grande número de nordestinos falantes de Português em busca de trabalho nos seringais (1840 – 1912).

0.2.2 O Nheengatu na atualidade

No século XIX, período em que a LG começa a entrar em declínio, surge, paradoxalmente, um movimento romântico nativista que pretendia, segundo Cruz (2011, p. 12), registrar essa língua e suas histórias tradicionais. Ainda segundo Cruz (2011, p. 12), uma das possíveis consequências desse movimento é o surgimento do termo *Nheengatu*, pelo qual a LG passa a ser designada. Esse termo, encontrado na literatura de Couto de Magalhães, significa, em sua tradução, ‘língua boa’.

Atualmente, apesar do declínio, o Nheengatu ainda é falado no Rio Negro pelos povos Baré, Baniwa e Warekena, da família Arawak, e exerce a função de língua cooficial de São Gabriel da Cachoeira, município localizado no estado do Amazonas. Segundo a UNESCO, estima-se que há 6.000 falantes de Nheengatu atualmente no Brasil.

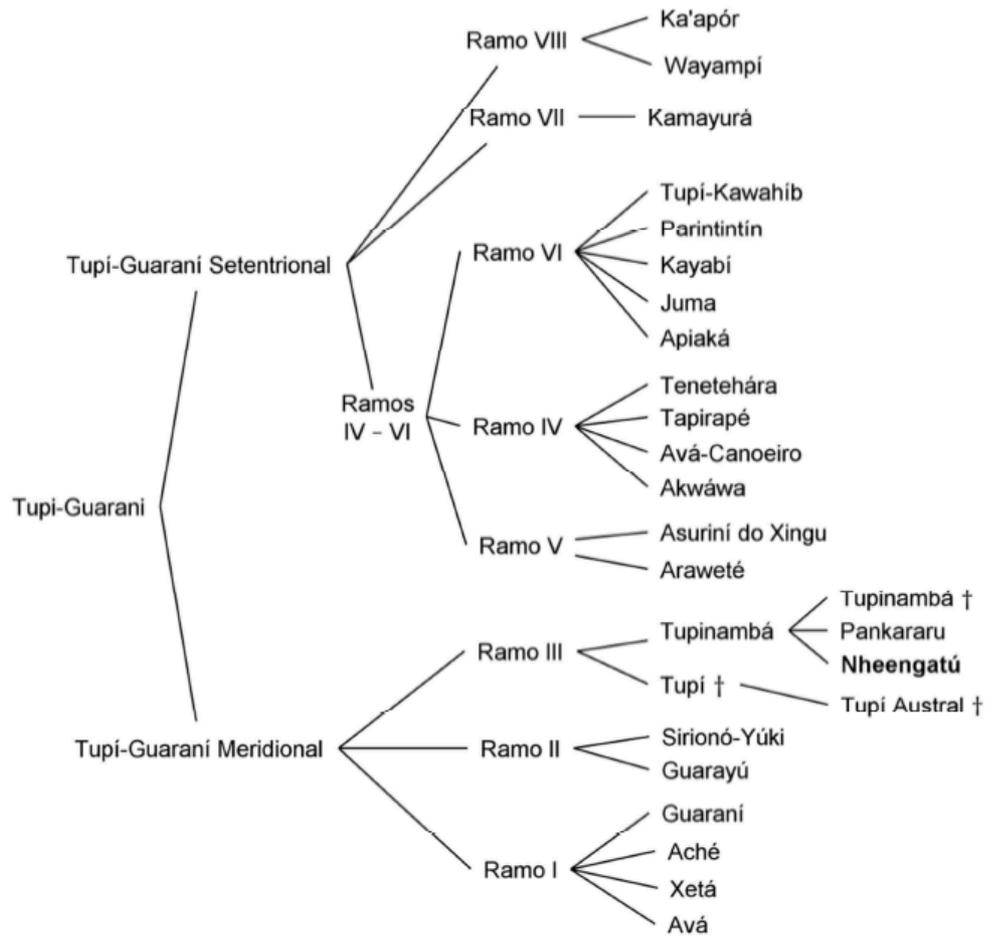
0.3 O Tupinambá e a LG na família linguística Tupi-Guarani

Conforme Rodrigues (1985), a família Tupi-Guarani divide-se em oito ramos. Os ramos de IV a VI estavam na Amazônia no momento de contato com os portugueses. Por isso, as línguas desses ramos são chamadas de Línguas Tupi-Guarani setentrionais ou amazônicas. Já as línguas dos ramos de I a III são chamadas de Línguas Tupi-Guarani meridionais (CRUZ, 2011, p. 2).

⁵ A Cabanagem foi uma revolta popular que ocorreu na província do Grão-Pará e recebeu esse nome porque grande parte dos revoltosos eram pessoas pobres que moravam em cabanas nas beiras dos rios na região.

Rodrigues (1985) classifica o Tupinambá como pertencente ao subconjunto III da família Tupi-Guarani do Tronco Tupi. Nesse mesmo subconjunto, estão as línguas gerais: o Nheengatu e a Língua Geral Paulista (ou Tupi Austral), como pode ser visto na figura 1:

Figura 1: O Tupinambá e o Nheengatu (Língua Geral) na família Tupi-Guarani



Adaptado de Rodrigues (1985) por Cruz (2011, p. 3)

0.4 As outras línguas gerais das Américas

De acordo com Altman (2003, p. 58), as chamadas *línguas gerais*, em um contexto colonial americano, foram línguas autóctones que, inicialmente, foram escolhidas pela administração e pela Igreja como meio suprarregional de contato entre as diferentes populações coloniais. Altman (2003, p. 58 e 59) afirma ainda que essas línguas foram também aquelas preferencialmente “reduzidas a regras”, conforme a metalinguagem da época, e objeto de

elaboração de vocabulários, dicionários e gramáticas, documentos feitos por missionários católicos.

Na América Espanhola, por exemplo, pode-se citar o caso do *Náhuatl* (ou *Lengua Mexicana*), língua do Império Asteca, que, antes mesmo do domínio espanhol, em 1519, já havia se superposto a várias outras línguas locais e se colocado como língua da administração e do comércio. Há também o caso do *Quéchuá* (ou *Lengua Peruana*), língua do Império Inca, que se estendia aproximadamente do Equador até o norte do Chile; do *Aimará*, em certa medida, que foi falado onde hoje é o território da Bolívia e do Peru; e do *Guarani*, que foi falado, principalmente, na região oeste do estado brasileiro do Paraná (cf. Altman, 2003). É importante pontuar que todas essas línguas permanecem sendo faladas atualmente, mas com abrangência e número de falantes reduzidos.

Na América Portuguesa, conforme Altman (2003, p. 60), não existia uma nação indígena comparável cultural ou politicamente aos impérios asteca ou inca. No entanto, havia registros do uso de uma língua referida, nos primeiros documentos do século XVI, como “Língua Geral”, “Língua Geral Brasileira” ou apenas “Língua”, que era falada entre a baía de Angra dos Reis, no atual estado do Rio de Janeiro, e o Rio Maranhão, de acordo com Rosa (1992, p. 85). Essa língua era o *Tupinambá*⁶. Nesse caso, diferentemente da América Espanhola, o termo *língua geral* refere-se mais à amplitude territorial em que a língua era falada nos séculos XVI e XVII do que a eventuais funções na administração ou na política das colônias.

Ainda na América Portuguesa, houve a existência de uma outra língua geral, que recebeu o nome de *Língua Geral Paulista* (LGP)⁷. Essa língua, segundo Rodrigues (1996b), desenvolveu-se a partir do Tupiniquim na região que hoje é São Paulo e foi levada a Minas Gerais, ao sul de Goiás, a Mato Grosso e ao norte do Paraná pelos bandeirantes, que eram, em sua maioria, falantes de LGP. Ainda de acordo com Rodrigues (1996b), a documentação da LGP é escassa e seus últimos falantes devem ter morrido no início do século XX.

0.5 Objetivos e plano geral do trabalho

O objetivo central deste trabalho é investigar e discutir de que maneira a LG, entre os séculos XVI e XXI, lida com os empréstimos do Português, em termos de fonologia e de morfologia, durante todo esse período intenso de contato linguístico.

⁶ Relatos feitos por Souza (1587) e por Nieuhof (1682) ajudam a identificar essa língua falada na costa como sendo o Tupinambá (CRUZ, 2011, p. 5).

⁷ A LGP é classificada por Rodrigues (1985) como pertencente subconjunto III da família Tupi-Guarani.

Para isso, primeiramente foi necessário delimitar os aportes teóricos nos quais esta pesquisa está embasada, como é apresentado no capítulo 1. A seguir, no capítulo 2, foi apresentada a documentação utilizada para que fosse possível fazer o levantamento dos empréstimos portugueses entre os séculos de análise.

No capítulo 3, são apresentados três inventários fonológicos para a LG do século XVI, para a LG do século XVIII e para o Nheengatu do século XXI. Depois, com os dados levantados e com a visualização da fonologia da LG em três períodos, no capítulo 4, pôde-se discutir as adaptações fonológicas realizadas nos empréstimos que são inseridos no léxico da LG entre os séculos XVI e XXI.

No capítulo 5, foram apresentadas algumas características da morfologia da LG. A partir disso, propôs-se uma discussão acerca dos empréstimos do Português que receberam morfologia da língua nativa. Foram encontrados exemplos de empréstimos com morfologia derivacional e flexional, além de composições híbridas, ou *loanbends*.

No capítulo 6, foram abordados os empréstimos que não sofreram nenhum tipo de adaptação fonológica, chamados de empréstimos diretos. Por sua vez, no capítulo 7, há uma discussão sobre as classes de palavras mais e menos propensas a receberem termos emprestados. Nesse mesmo capítulo, propõe-se uma hierarquia de empréstimos a partir dos vocábulos emprestados do Português para a LG.

Por fim, foram apresentadas as considerações finais desta pesquisa.

CAPÍTULO 1: APORTES TEÓRICOS

Conforme Mesquita (2009), da relação de contato entre línguas podem emergir diversas situações que vão desde a constituição de zonas multilíngues, isto é, locais onde o número de línguas usadas por um indivíduo é bastante variado, até casos em que a língua nativa deixa de ser falada e é substituída por outra língua com a qual entrou em contato.

De acordo com Weinreich (1953), diz-se que duas ou mais línguas estão em contato se elas são usadas de modo alternado pelos mesmos indivíduos de uma determinada comunidade. A prática desse uso alternado de línguas chama-se *bilinguismo* e é consequência inevitável do contato entre línguas que gera mudanças linguísticas tanto nos falantes como nas estruturas das línguas envolvidas (THOMASON & KAUFMAN, 1988).

As mudanças das quais Thomason & Kaufman (1988) falam são operadas em dois planos: nos *empréstimos lexicais* e no que se chama de *efeito de substratum*. Os empréstimos lexicais ocorrem quando falantes de uma língua A passam a usar, em diversos graus de competência, a nível lexical, uma língua B, mas sem deixar de falar a língua A. Por outro lado, o efeito de substratum, no âmbito individual, trata-se do conjunto de transferências linguísticas de modo sistêmico da primeira língua (ou língua materna) para a língua que está sendo aprendida. Do ponto de vista coletivo, o efeito de substratum é constituído pelo conjunto de marcas que uma língua deixa sobre a outra. Tais marcas, segundo Moore, Facundes e Pires (1990), aparecem nos aspectos fonológicos e sintáticos que a língua perdida deixa sobre a língua imposta e que só se estabilizam quando afetam a comunidade de fala em gerações sucessivas.

1.1 Empréstimos linguísticos

Embora a discussão do termo “empréstimo linguístico” seja recente, esse termo foi empregado na literatura para designar diferentes conceitos. Weinreich (1953), por exemplo, um dos pioneiros no estudo de contato entre línguas, faz a separação de dois fenômenos que, para ele, são distintos: empréstimo e interferência. Para o autor, o empréstimo linguístico ocorre quando há uma transferência de um determinado elemento como tal, isto é, sem que haja qualquer alteração desse elemento da língua-fonte (da qual saem os empréstimos) para a língua-alvo (a qual recebe os empréstimos). Weinreich (1953, p. 1) afirma que o fenômeno do empréstimo ocorre mais frequentemente em domínios com padrões menos rígidos, como o léxico e parte da sintaxe, por exemplo. Já a interferência, para Weinreich (1953, p. 1), implica no “rearranjo” de padrões, resultado da introdução de elementos da língua-fonte à língua-alvo

nos domínios mais altamente rígidos da língua, como é o caso da fonologia, da morfologia e, também, de parte da sintaxe.

Carvalho (1989), por outro lado, propõe uma distinção entre empréstimos e estrangeirismos. De acordo com a autora, um termo só é considerado empréstimo quando é adaptado à estrutura da língua. Caso contrário, se esse termo não sofre adaptações, tem-se o que a autora chama de estrangeirismo.

Para Grosjean (1982), o empréstimo linguístico ocorre quando há o uso de uma palavra de outra língua adaptada à língua que a está recebendo. Ainda conforme esse autor, a causa predominante para a adoção de um empréstimo é a inexistência de itens lexicais que expressam novos conceitos em uma determinada língua. Isto é, o empréstimo ocorre devido à necessidade de ampliação do léxico. MacMahon (1994) corrobora a ideia de Grosjean (1982) ao afirmar que a carência de itens lexicais para descrever novos objetos ou novas situações está, predominantemente, ligada à causa dos empréstimos linguísticos.

Matras (2009, p. 146) define o conceito de empréstimo como a replicação de qualquer estrutura linguística utilizada em um conjunto novo e extenso de contextos em uma determinada língua cujo objetivo é o de atingir uma finalidade comunicativa. Matras (2009) conclui também que o empréstimo linguístico é uma estratégia que apoia o falante bilíngue no gerenciamento bem-sucedido da língua no momento da interação, na medida em que os empréstimos reduzem a necessidade de se fazer escolhas entre palavras ou morfemas equivalentes, o que aumenta a eficiência dessa comunicação.

Embora existam diferentes definições para o conceito de empréstimos, todos os autores citados parecem concordar em uma questão: o empréstimo linguístico é uma consequência da necessidade de se ampliar o léxico a partir da chegada de novos conceitos em uma determinada língua. Nesse sentido, ao entrar em contato com o Português, indígenas falantes de LG acabaram por adotar uma série de novas palavras para expressar ideias que, antes, eram desconhecidas em sua língua por não fazerem parte de suas culturas.

Partindo desse ponto, neste trabalho, foi feito um levantamento de palavras da Língua Portuguesa que, devido ao contato e à necessidade de ampliação lexical, entraram como empréstimos lexicais na LG a partir do século XVI até o século XXI. Entre esses empréstimos, foram encontrados vocábulos que se adaptaram à fonologia da língua nativa, vocábulos que receberam morfologia da língua nativa e vocábulos que não sofreram nem um tipo de adaptação fonológica.

Durante o levantamento de dados, foram encontrados também os chamados *empréstimos por criação lexical*. Trata-se de um processo em que a língua receptora adquire

apenas o conceito de um determinado elemento e cria uma palavra nova com os elementos da própria língua para designar o novo conceito. No entanto, como o objetivo deste trabalho é observar as consequências fonológicas na LG em decorrência do contato com o Português, além de observar como a morfologia nativa comporta-se em palavras não nativas, os empréstimos por criação lexical foram, neste momento, descartados, pois não seriam relevantes a nenhum desses objetivos.

1.2 Tipologia de empréstimos

Conforme Grosjean (1982) e Romaine (1995), podem ser verificados quatro tipos diferentes de empréstimos linguísticos nas línguas do mundo. São eles: a) empréstimos com adaptações fonológicas; b) *loanblends*; c) empréstimos diretos e d) empréstimos por criação lexical.

Os empréstimos com adaptações fonológicas referem-se àquelas palavras que sofrem algum tipo de alteração segmental devido à inexistência de um determinado segmento que vem da língua doadora para a língua receptora. Aqui, podem ser citadas as palavras do Português que entraram para a LG como *camarara* ‘camarada’, *pererú* ‘ferreiro’, *aramoçára* ‘almoço’, que tiveram os segmentos /d/, /f/ e /l/ adaptados, além, também, de receberem adaptação acentual e silábica.

Os *loanblends*, por outro lado, são aqueles empréstimos em que uma palavra ou um morfema da língua receptora une-se a uma palavra da língua doadora, formando, assim, um tipo de vocábulo “híbrido”. Como exemplo desse tipo de empréstimo, pode-se citar a palavra *mocuruçá* ‘fazer o sinal da cruz’, que é formada pelo morfema causativo {*mo-*} e pelo empréstimo *curuçá* ‘cruz’, e a composição *pay tinga* ‘amo/senhor’, que é formada pelo empréstimo do Português *pay* ‘pai’ mais a palavra da LG *tinga* ‘branco’.

Por sua vez, os empréstimos diretos são aqueles que entraram na LG sem sofrer quaisquer alterações fonológicas. Esses empréstimos podem dar uma ideia do quanto a LG está aberta a receber novos segmentos fonológicos e novos padrões acentuais e silábicos. Entre esses empréstimos, pode-se citar a palavra *bispo*, que apresenta o segmento oclusivo bilabial sonoro [b], inexistente no inventário fonológico da LG, a palavra *prometer*, que viola o padrão silábico CV, preferido pela LG, e a palavra *missa*, que viola o padrão acentual iâmbico⁸ da LG.

⁸ O padrão acentual iâmbico refere-se a palavras acentuadas na última sílaba.

Por fim, os empréstimos por criação lexical são aqueles em que a língua receptora adquire apenas o conceito de um determinado elemento, mas cria uma palavra nova com os elementos da própria língua para designar esse conceito. Nos levantamentos realizados, os empréstimos por criação lexical foram vistos com maior frequência entre a documentação produzida pelos padres jesuítas no início do contato e referem-se, predominantemente, a conceitos de cunho religioso-cristão. A exemplo desse tipo de empréstimo, pode-se citar as palavras *apyá bebé* ‘anjo’, que, literalmente, significa ‘homem voador’; *serokepyra* ‘batizado’, que, literalmente, significa ‘de nome escolhido’ e *Tupã oca* ‘igreja’, que, literalmente, significa ‘casa de Tupã’. Como já mencionado anteriormente, esse tipo de empréstimos não será discutido neste trabalho.

CAPÍTULO 2: MÉTODO

Câmara Jr. (1965) coloca em voga a validade de se trabalhar com a documentação produzida sobre Tupinambá por missionários, tendo em vista que estes não teriam sido fiéis na descrição dessa língua, a começar pela tentativa de descrever o Tupinambá em moldes latinos. Problematisa-se, além disso, a modalidade da língua que teria sido utilizada para fazer os catecismos e as obras literárias, uma vez que essas obras tratam de um universo alheio à cultura indígena. Mesmo que existam tais ressalvas, não é possível excluir tais obras desta pesquisa, uma vez que não há muito material disponível que registre o Tupinambá nos séculos XVI e XVII.

Para que pudesse ser possível o levantamento dos dados deste trabalho, portanto, foi utilizada uma série de documentos produzidos entre o final do século XVI ao século XX por padres jesuítas e por estudiosos e viajantes do período colonial e do período pós-colonial.

Além dessa documentação, foi utilizado o trabalho “*A fonologia e gramática do Nheengatu: a língua geral falada pelos povos Baré, Warekena e Baniwa*”, escrito por Cruz (2011). A utilização desse trabalho permite fazer uma comparação entre os estágios anteriores da LG e o seu estágio atual, com o objetivo de se observar, de modo mais claro, as mudanças ocorridas durante o período que data o final do século XVI até o século XXI.

Nas seções a seguir, serão apresentados os documentos históricos utilizados para a concretização desta pesquisa. Esses documentos estão divididos em três partes, as quais correspondem ao período de (2.1) Formação e expansão da LG a partir do Tupinambá (1595 a 1750); (2.2) Proibição da LG (1740 a 1840) e (2.3) Declínio da LG (1840 a 1931).

2.1 Formação e expansão da LG a partir do Tupinambá (1595-1720)

De acordo com Freire (2014), a LG começa a constituir-se em 1616, período em que os primeiros portugueses começam a chegar na região do Pará. Tem-se, então, de um lado, uma população recém-chegada, que já falava uma língua de base Tupi-Guarani, e, de outro, o povo Tupinambá. Dessa forma, esse período trata-se da expansão do Tupinambá como uma língua geral, usada, prioritariamente, para exercer uma função de comunicação entre portugueses e indígenas da etnia Tupinambá e de diferentes etnias, cujas línguas maternas pertenciam às famílias Karib, Arawak, Jê, Pano e Tukano, de acordo com Lee (2005).

Aqui, são realizadas as primeiras descrições do Tupinambá, feitas pelo padre Anchieta (1990 [1595]) e pelo padre Figueira (1621). Conta-se também com as obras literárias de

Anchieta (1977; 1984), que incluiu, em suas líricas, teatros e catecismos. Além dessas obras, foram consultados vocabulários em LG, um de autoria anônima (1938) e outro de autoria de Carlos Drummond (1953 [1621]). Por fim, nesse primeiro período da documentação, foram consultados também dois catecismos em LG, produzidos por Araújo (1618; 1686). No quadro 1, são sintetizadas as obras utilizadas para o ano de 1500 a 1720.

Pode-se perceber que, nesse primeiro período, há poucos empréstimos com adaptações fonológicas ou com morfologia da língua nativa e poucos empréstimos diretos.

Quadro 1: Fontes primárias de 1595 até 1720 (organizado por autor)

AUTOR	TÍTULO	REFERÊNCIA
Anchieta	Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil	Anchieta 1990[1595]
Anchieta	Teatro de Anchieta	Anchieta 1977
Anchieta	Lírica Portuguesa e Tupi	Anchieta 1984
Anônimo	Vocabulário na língua brasílica	Anônimo 1938
Araújo	Catecismo Na Língua Brasílica, no qual se contém a summa da Doutrina Cristã.	Araújo 1618
Araújo	Catecismo Brasílico Da Doutrina christã.	Araújo 1686
Carlos Drummond	Vocabulário na Língua Brasílica	Drummond 1953 (1621)
Figueira	Arte da Língua Brasílica	Figueira 1621

Fonte: A autora (2020).

2.2 Proibição da LG (1720-1840)

Em 1727, uma Carta Régia proibia o uso da LG nas aldeias de repartição e nas povoações e determinava que tanto moradores quanto os missionários deveriam organizar o ensino de Português aos indígenas. Segundo Reis (1961, p. 496), vários outros documentos oficiais, os quais viam a LG como um obstáculo para o desenvolvimento do Português, insistiram nessa mesma questão. Entretanto, conforme Freire (2004, p. 104), durante 30 anos, essas recomendações ficaram restritas apenas no papel, e a LG, mesmo tendo sido proibida, continuou em pleno processo de expansão pela colônia, “porque o sistema, os agentes e as práticas sociais que sustentavam essa expansão – o Regimento das Missões, os jesuítas e a organização do trabalho indígena – permaneciam vigentes e atuantes”.

Ainda de acordo com Freire (2004), em 1757, a perseguição à LG tornou-se mais forte, culminando na expulsão dos jesuítas da região do Maranhão e Pará. Com essa expulsão, parte da documentação jesuítica foi destruída e os materiais que escaparam da destruição foram levados a bibliotecas portuguesas onde permanecem inéditos. Esses materiais dividem-se entre

obras lexicográficas, como dicionários e vocabulários de autoria anônima, e catecismos, descritos no quadro 2 a seguir.

Nesse período da documentação, já é possível encontrar um número extenso de empréstimos com adaptações fonológicas, empréstimos que recebem morfologia da LG e empréstimos diretos.

Quadro 2: Descrição sucinta das fontes primárias (originais) de 1750 a 1850

TÍTULO	BIBLIOTECA	REFERÊNCIA
Grammatica da lingua geral do Brazil. Com hum dictionario dos vocábulos mais usuaes para a intelligencia da dita língua	Universidade de Coimbra	códice 69 (inédito)
Dicionario da lingua geral do Brasil que se falla em todas as villas, lugares e aldeas deste vastissimo Estado. Escrito na cidade do Pará, anno 1771)	Universidade de Coimbra	ms. 81 (inédito)
Dicionário da Língua Brasília	Universidade de Coimbra	códice 94
Dicionário português-brasiliano e brasiliano-português	Biblioteca Nacional	BN ms. I-1, 1, 14 (1751, inédito)
Vocabulário da língua geral	Biblioteca Nacional	BN ms. 10, 1, 10.
Doutrina cristã — idioma da lingua geral	Universidade de Coimbra	Ms. sem autor, datado de 1750, p. 379 – 406.
Compêndio da doutrina cristã que se manda ensinar com preceito	Museu Britânico	Ayrosa, Plínio. 1950. Etnografia e língua tupi-guarani. São Paulo: USP.

Fonte: A autora (2020).

2.3 Declínio da LG (1850-1931)

As tentativas anteriores de proibir a LG não tiveram resultado. No entanto, a partir de 1840, a LG começa a entrar em declínio e há uma alteração na situação linguística no território amazônico: o Português passa a ser língua majoritária em relação à LG. Essa inversão ocorreu devido a três fatores principais. O primeiro deles foi o extermínio de muitos falantes de LG em uma revolta conhecida como Cabanagem (1837 – 1838), uma revolta popular que ocorreu na província do Grão-Pará e recebeu esse nome porque grande parte dos revoltosos eram pessoas pobres que moravam em cabanas nas beiras dos rios na região. O segundo motivo ocorreu devido à Guerra do Paraguai (1864 – 1870), na qual muitos falantes de LG foram convocados a lutar e morreram durante o combate. O terceiro e último motivo foi a migração de um grande número de nordestinos falantes de Português em busca de trabalho nos seringais (1840 – 1912).

Quando essa situação de declínio é percebida, surge um movimento romântico nativista que pretende registrar a língua e várias histórias tradicionais transmitidas em LG, de acordo com Cruz (2011, p. 12). Há, a partir então, a formulação de dicionários e vocabulários (Dias, 1858; D'Oliveira, 1936; Stradelli, 1854), de gramáticas (Faria, 1858; Sympson, 1877; Tastevin, 1923), de catecismo (Aguiar, 1898) e há o registro de literatura oral (Amorim, 1987[1929]; Rodrigues 1890). Essas obras são descritas no quadro 3 a seguir.

Quadro 3: Descrição sucinta das fontes primárias de 1850 a 1931, organizada por autor

AUTOR	TÍTULO	REFERÊNCIA
José Lourenço da Costa Aguiar	Christu muhençáua: Doutrina Christã destinada aos naturaes do Amazonas em Nhihinguatu com tradução portuguesa em face, etc.	Petrópolis: Pacheco, Silva & C, 1898.
A. Brandão de Amorim	Lendas em nheengatu e em português	Manus: Fundo Editorial ACA, 1987[1929].
A. Gonçalves Dias	Dicionário da Língua Tupi, chamada Língua Geral dos Índios do Brasil.	Leipzig: F. A. Brockhaus, 1858.
Francisco Raimundo Correia Faria	Compendio da língua brazilica para uso dos que a ella se quizerem dedicar	Pará: Santos Filho, 1858.
João Barbosa Rodrigues	Poranduba Amazonense	Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro: 1890, 14 (2): 1-337.
Pedro Luiz Sympson	Grammatica da Língua Brazilica Geral, fallada pelos aborígenes das províncias do Pará e Amazonas	Manaus: Typografia do Commércio do Amazonas, 1877
Conde Ermano Stradelli	Vocabulário da língua geral português–nheengatu e nheengatu-português, precedidos de um esboço de grammática nheenga-umbuê-sáua mirî e seguidos de contos em lingua geral nheêngatú poranduua.	Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: 1854, 104 (158): 9-768.
Constantin Tastevin	Grammatica da língua tupy	Revista do Museu Paulista, 1923, 13: 1-151
J. J. Machado D'Oliveira	Vocabulário elementar da Língua Geral Brasílica	Revista do Arquivo Municipal. São Paulo. 1936: 128-171

Fonte: A autora (2020).

CAPÍTULO 3: O INVENTÁRIO FONOLÓGICO DA LG: séculos XVI, XVIII e XXI

Neste capítulo, são descritos os inventários fonológicos da LG do século XVI (3.1), da LG do século XVIII (3.2) e do Nheengatu do século XXI (3.3). Desse modo, ao serem apresentados os três inventários, as principais mudanças fonológicas que ocorreram nesses três períodos poderão ser abordadas e discutidas.

3.1 Inventário fonológico da LG: século XVI

Tento em vista a época e a maneira como os registros do Tupinambá foram feitos, qual seja, com base na gramática do latim, é perceptível, ao olhar para as gramáticas produzidas pelos padres jesuítas, que existem alguns equívocos. Conforme observado por Altman (2003), uma das interpretações equivocadas que se pode citar é que o conceito de letra adotado pelos missionários dizia respeito tanto ao conceito de “fone” como ao conceito de “grafema”. Anchieta (1595, p. 23), por exemplo, inicia sua gramática afirmando que essa língua, o Tupinambá, “não possui *f, l, s, z* ou *r* dobrado, de rei”.

Todavia, mesmo com uma descrição limitada do Tupinambá, estudiosos, como Rodrigues (1953) e Lemos Barbosa (1956), puderam, em estudos posteriores, ter uma ideia de como as representações por grafemas estariam associadas aos fonemas e aos alofones dessa língua. Dessa forma, as gramáticas feitas por Anchieta (1595) e Luiz Figueira (1621), por exemplo, cumprem o seu papel ao apresentarem um material que pôde ser reanalisado a fim de responder a perguntas feitas em outro modelo teórico, o que é, de acordo com Leite (2003), um indicativo para que uma determinada gramática seja considerada de qualidade.

A partir das gramáticas citadas anteriormente e dos trabalhos de Rodrigues (1953) e de Lemos Barbosa (1956) sobre o Tupinambá, pode-se propor o seguinte inventário fonológico para essa língua falada no século XVI:

Tabela 1: Inventário fonológico da LG: século XVI

Consoantes		
Labial	Coronal	Dorsal
p	t	k
m	n	ŋ
	s	
	r	

Vogais		
i	ĩ	u
e		o
	a	
ẽ	ĩ	
ẽ		õ
	ã	

Fonte: Baseado em Rodrigues (1953) e Lemos Barbosa (1956) com adaptação dos símbolos fonéticos para o IPA.

A LG do século XVI conta com a tripla oposição entre oclusivas surdas /p, t, k/ e nasais /m, n, ŋ/. As nasais podem ocorrer como nasais plenas [m, n, ŋ] ou como segmentos pré nasalizados [ᵐb, ᵐd, ᵐg]. A nasal labial /m/ também pode ocorrer como a fricativa bilabial sonora [β]⁹ entre vogais orais. Há ainda uma fricativa alveolar surda /s/, realizada como a palatal alveolar surda [ʃ] sempre antes da vogal /i/, alofonia comum a outras línguas da família Tupi-Guarani, conforme Monserrat (2003). Para finalizar, o quadro consonantal dessa língua possui, por fim, um tepe /ɾ/.

No que concerne às vogais, a LG do século XVI possui um quadro de seis vogais orais: uma central baixa não arredondada /a/ e sua respectiva nasal /ã/; uma anterior média-baixa não arredondada /e/ e sua nasal /ẽ/; uma anterior alta não arredondada /i/ e sua nasal /ĩ/; uma central alta não arredondada /ɨ/ e sua nasal /ĩ/; uma posterior média-baixa arredondada /o/ e sua nasal /õ/ e, por fim, uma posterior alta arredondada /u/, que não possui a sua contraparte nasal.

3.2 Inventário fonológico da LG: século XVIII

Há poucas mudanças no inventário fonológico da LG do século XVIII em relação ao inventário da LG do século XVI. Aqui, trabalha-se com o inventário proposto por Monserrat (2003), que estudou a LG desse século.

⁹ O segmento [β] foi considerado fonema por Rodrigues (1953). Todavia, essa análise é contestada por Cruz (2011, p. 86), que considera o [β] como alofone de /m/, tendo em vista que a sua ocorrência é previsível.

Tabela 2: Inventário fonológico da língua geral do século XVIII

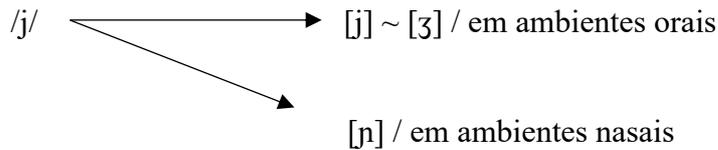
Consoantes		
p	t	k
m	n	ŋ
s	ʃ	
r		
w	j	
Vogais		
i	ĩ	u
e		o
	a	
ĩ	ĩ̃	
ẽ		õ
	ã	

Fonte: Monserrat, 2003, p. 188; com adaptação dos símbolos fonéticos para o IPA.

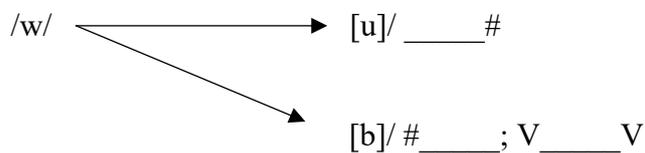
A tripla oposição entre as oclusivas surdas /p, t, k/ e entre as nasais /m, n, ŋ/, que poderiam ser realizadas como pré nasais [^mb, ⁿd, ^ŋg], permanece — fenômeno que revela um caráter conservador da LG do século XVIII em relação à LG do século XVI. A respeito do segmento [β], que foi tratado como um dos alofones de /m/, Monserrat (2003) trata-o como alofone do glide /w/. Há ainda uma fricativa alveolar surda /s/, mas que, agora, contrasta fonologicamente com /ʃ/, conforme a análise de Monserrat (2003), e um tepe /r/. Por fim, Monserrat integra, em sua proposta de inventário, os glides /w/ e /j/ como fonemas sem, entretanto, apresentar pares mínimos que comprovam que esses segmentos são verdadeiramente fonemas, e não alofones.

No quadro de vogais, não houve nenhuma mudança entre os séculos XVI e XVIII. Portanto, a LG permanece com seis vogais orais e as suas contrapartes nasais, exceto para a vogal posterior alta arredondada /u/.

Acerca dos glides, Monserrat (2003) afirma que o glide palatal /j/ ocorre nos documentos do século XVIII grafado como <j>, <i>, <g> ou <y>. A autora interpreta essa flutuação gráfica como uma oscilação em sua realização fonética e afirma que o fonema /j/ ocorre como [j] ~ [ʒ] em ambiente oral; como [ɲ] em ambiente nasal:



Por sua vez, Monserrat (2003) afirma também que o glide lábio-velarizado /w/ ocorre nos documentos do século XVIII grafados como , <v>, <u> ou <o>. A autora defende que o fonema /w/ apresenta as realizações vocálica e consonântica [u] e [b], respectivamente, com [u] ocorrendo antes de pausa e [b] ocorrendo depois de pausa e entre vogais:



A análise deste trabalho, entretanto, discorda da análise de Monserrat (2003). Em primeiro lugar, a flutuação gráfica, que a autora utiliza como um dos argumentos para afirmar que há oscilação da realização fonética dos glides, pode ser apenas resultado da interpretação e da escolha do sistema alfabético de diferentes autores da documentação que Monserrat (2003) utiliza em sua análise.

Em segundo lugar, Monserrat (2003) interpreta os glides /j/ e /w/ como fonemas sem, no entanto, apresentar pares mínimos que comprovem que eles são, de fato, fonemas que contrastam com as vogais /i/ e /u/, respectivamente. Por fim, nos próprios exemplos apresentados pela autora, pode-se perceber que os glides ocorrem apenas fora do núcleo silábico, fazendo com que eles sejam entendidos como realizações assilábicas das vogais /i/ e /u/, e não como fonemas. Nesse caso, uma vez que a realização de [j] e [w] é previsível, eles não podem ser interpretados como fonemas, mas sim como alofones.

Os exemplos no quadro 4, retirados de Monserrat (2003), ilustram a nossa análise:

Quadro 4: Exemplos da variação entre [i] ~ [j] e [u] ~ [w]

Representação fonológica	Representação gráfica	'glosa' Pb
/iruparí/	iruparí ~ jurupari	'diabo'
/kuyã/	kunhã	'mulher'
/yakáw/	iacao ~ jacao	'repreender'

/nitíw/	nitíu ~ nitio	‘não’
/sewúy/	cebui	‘minhoca’
/waráya/	varaia	‘balaio’

3.3 Inventário fonológico do Nheengatu do século XXI

Segundo Cruz (2011, p.34), o sistema consonantal do Nheengatu no século XXI contém, diferentemente dos inventários anteriores, a tripla oposição entre oclusivas não vozeadas, oclusivas vozeadas e nasais, que envolvem três articuladores ativos: [LABIAL], [CORONAL] e [DORSAL]. Cruz (2011, p. 34) afirma, além disso, que não há, todavia, a realização de uma nasal dorsal, uma vez que esta é, agora, realizada como nasal coronal¹⁰. Além disso, no sistema consonantal do século XXI, há uma vibrante simples /r/ e as fricativas /s/ e /ʃ/. Para Cruz (2011, p. 90), a emergência das oclusivas vozeadas é resultado tanto do contato com o Português quanto do contato com as línguas Arawak.

No quadro 5, ilustra-se a proposta de Cruz (2011).

Quadro 5: Sistema Consonantal do Nheengatu, século XXI

		LABIAL	CORONAL		DORSAL	
			[+ant]	[-ant]		
- soante	- voz	p	t		k	- contínuo
- soante	+ voz	b	d		g	- contínuo
- soante	- voz		s	ʃ		+ contínuo
+ soante	(+ voz)	m	n	ɲ		- contínuo
+ soante	(+ voz)		r			+ contínuo

Retirado de Cruz (2011, p. 34).

Já o sistema vocálico, segundo Cruz (2011, p. 34), divide-se em quatro vogais orais, com suas contrapartes nasais. Essas vogais opõem-se por dois articuladores: [CORONAL] e [DORSAL] e pelos traços de altura [±baixo] e [±alto]. O sistema de vogais do século XXI, apresentado no quadro 6, difere-se do sistema de vogais dos séculos anteriores pelo desaparecimento das vogais /i/ e /o/, incluindo suas contrapartes nasais, e pela emergência da vogal nasal /ũ/.

¹⁰ A nasal coronal [ɲ] foi interpretada por Monserrat (2003), no século XVIII, como a nasal velar [ŋ]. Cruz (2011) levanta a possibilidade de que, no século XVIII, a pronúncia da nasal seria coronal, e não velar, posto que, no século XXI, a pronúncia dessa nasal é coronal. No entanto, Cruz (2011) afirma que não há como saber qual seria ao certo a pronúncia da nasal em questão, uma vez que não há dados que permitam tal verificação.

Quadro 6: Sistema Vocálico do Nheengatu, século XXI

CORONAL	DORSAL		
i ã		u õ	+ alto - baixo
e ê			- alto - baixo
	a ã		- alto + baixo

Retirado de Cruz (2011, p. 34).

3.4 Evolução do inventário fonológico entre os séculos XVI e XXI

Os quadros (7) e (8) a seguir apresentam a evolução do inventário fonológico, consonantal e vocálico, respectivamente, entre os séculos XVI e XXI. Os segmentos /p, t, k, s, m, n, r/ e /a, ã, e, ê, i, ã, u/ são os que permaneceram estáveis na LG entre os séculos XVI e XXI. O segmento /ŋ/ foi reinterpretado no estudo de Cruz (2011) como /ɲ/; os segmentos /i, ã, o, õ/ desapareceram entre o século XVI e XXI e os segmentos /b, d, g, ʃ/ e /ũ/ emergiram no século XVIII e no século XXI.

Quadro 7: Mudanças no sistema consonantal da LG (inserir as cores)

		LABIAL	CORONAL		DORSAL	
			[+ant]	[-ant]		
- soante	- voz	p	t		k	- contínuo
- soante	+ voz	b	d		g	- contínuo
- soante	- voz		s	ʃ		+ contínuo
+ soante	(+ voz)	m	n	ɲ		- contínuo
+ soante	(+ voz)		r			+ contínuo

Fonte: A autora (2020).

Quadro 8: Mudanças no sistema vocálico da LG

CORONAL	DORSAL		
i ã	ĩ ã	u õ	+ alto - baixo
e ê		o õ	- alto - baixo
	a ã		- alto + baixo

Fonte: A autora (2020).

CAPÍTULO 4: EMPRÉSTIMOS COM ADAPTAÇÃO FONOLÓGICA¹¹

Neste capítulo, são discutidas as estratégias fonológicas utilizadas para que os vocábulos que foram emprestados do Português à LG pudessem fazer parte do léxico dessa língua entre os séculos XVI e XXI. Tais empréstimos estão subdivididos de acordo com o tipo de adaptação fonológica sofrida por eles. Isto é, na seção 4.1, são apresentados os empréstimos com adaptações segmentais; por sua vez, na seção 4.2, são apresentados os empréstimos com adaptação silábica; na seção 4.3, são discutidas as adaptações silábicas dos empréstimos lexicais no Nheengatu do século XXI; na seção 4.4, são apresentados os empréstimos com adaptações acentuais e, por fim, na seção 4.5, são discutidas as adaptações acentuais dos empréstimos lexicais do Nheengatu do século XXI. Em 4.6, é feita uma sistematização das formas de adaptação fonológica em perspectiva diacrônica.

4.1 Adaptação segmental

Nesta seção, são discutidos os tipos de adaptações segmentais sofridas pelos vocábulos do Português (língua-fonte) que entraram na LG (língua-alvo). Esse tipo de estratégia ocorre quando a língua-alvo carece de algum segmento que o vocábulo da língua-fonte possui. As adaptações segmentais dividem-se em: (4.1.1) Adaptação da fricativa palatal sonora; (4.1.2) Rotacismo; (4.1.3) Realização variável da vibrante múltipla; (4.1.4) Tendência à ditongação; (4.1.5) Tendência à eliminação de fricativas labiais; (4.1.6) Segmentos pré-nasalizadas e, por fim, (4.1.7) Alofonia da fricativa palatal surda.

4.1.1 Adaptação da fricativa palatal sonora

Anchieta (1595, p. 32) e Figueira (1621, p.7) afirmam, em suas gramáticas, que o grafema <j>, que corresponde ao fonema /ʒ/ em Português, era pronunciado, no Tupinambá, como vogal /i/, cujo segmento, em posição de ataque silábico, corresponde ao alofone [j]. Os exemplos de (1) a (5) demonstram essa adaptação:

PB

LG (XVI-XVIII)

¹¹ Todas as transcrições fonéticas apresentadas neste e em outros capítulos destes trabalhos são da autora e têm o objetivo de ilustrar os segmentos que sofreram ou não mudanças fonológicas.

(1) <jesus>	[ʒe.'zus]	<iesú>	[je.'zu]
(2) <judas>	[ʒu.das]	<iudas>	[ʒu.das]
(3) <judeus>	[ʒu.'dews]	<iudeus>	[ju.'de.ws]

	PB		LG (XVIII-XIX)
(4) <janela>	[ʒa.'nɛ.la]	<janáera>	[ja.'nɛ.ra]
(5) <jantar>	[ʒãn.'taR]	<jandára>	[ja.'n'dára]

No século XXI, a fricativa palatal sonora /ʒ/ permanece fora do inventário fonológico da LG, entretanto esse segmento não sofre nenhuma adaptação ao aparecer nos empréstimos vindos do Português, como é o caso da palavra <relógio>, apresentada em (6).

	PB		LG (XXI)
(6) <relógio>	[xe.'lɔ.ʒiw]	<relógio>	[xe.'lɔ.ʒiw]

4.1.2 Rotacismo

O rotacismo trata-se de um processo fonético que transforma um som em tepe [r]. Ao sofrer um rotacismo, ocorre também a inserção de mais uma sílaba na palavra da LG em relação ao empréstimo do Português. Na LG, esse processo parece ser o mais produtivo a partir dos documentos da segunda metade do século XVIII, tendo em vista que foi o processo que apresentou o maior número de dados encontrados.

Nos exemplos de (7) a (37), o rotacismo ocorre com a aproximante lateral coronal /l/, esteja ela na posição de ataque silábico, isto é, na primeira posição de uma sílaba, na posição intervocálica ou mesmo na posição de coda, isto é, na última posição de uma sílaba.

É válido ressaltar que as grafias das palavras em que a aproximante lateral está em posição de coda, por si só, não permitem afirmar se consoante está sendo realizada como [l] ou como [w], pronúncia mais comum na maioria dos dialetos do Português atual (a pronúncia da aproximante lateral coronal /l/ em posição de coda, embora em menor escala, ainda acontece em alguns dialetos brasileiros (cf. Pinho e Margotti, 2010)). Entretanto, se a pronúncia desse segmento fosse realizada com a glide [w], não haveria motivos para tal adaptação, visto que a LG permite ditongos, como [aw], de [al.mo.'fa.da] ou [iw], de [fu.'nil].

PB		LG (XVIII-XIX)	
(7)	<alcatifa> ¹²	[al.ka.'tʃi.fa]	<aracatifa> [a.ra.ka.'tʃi.fa]
(8)	<alfinete>	[al.fi.'ne.tʃi]	<arapineta> [a.ra.pi.'ne.ta]
(9)	<alicerce>	[ali.'seR.si]	<aricece> [a.ri.'se.si]
(10)	<algibeira> ¹³	[al.zi.'bej.ra]	<aregibeira > [a.re.zi.'bej.ra]
(11)	<almoçar>	[al.mu.'saR]	<aramoçára> [a.ra.mu.'sa.ra]
(12)	<almofada>	[al.mo.'fa.da]	<aramopara> [a.ra.mo.'pa.ra]
(13)	<almoreima>	[al.mo.'Rej.ma]	<aramoreyma> [a.ra.mo.'rej.ma]
(14)	<altar>	[al.'taR]	<aratara> [a.ra.'ta.ra]
(15)	<anel>	[a.'neɫ]	<anára> [a.'ne.ra]
(16)	<anil>	[a.'nil]	<andira> [ã.'di.ra]
(17)	<artemila>	[aR.te.'mi.la]	<aratemira> [a.ra.te.'mi.ra]
(18)	<balaio>	[ba.'la.ju]	<varaña> [va.ra.'ɲa]
(19)	<barrela> ¹⁴	[ba.'Rɛ.la]	<baréra> [ba.'re.ra]
(20)	<cavalo>	[ka.'va.lu]	<cabarú> [ka.βa.'ru]
(21)	<cebola>	[se.'bo.la]	<cebora> [se.'bo.ra]
(22)	<ceroula>	[se.'row.la]	<cirora> [si.'ro.ra]
(23)	<funil>	[fu.'nil]	<funira> [fu.'ni.ra] ~ [fu.' ⁿ di.ra]
(24)	<janela>	[ʒa.'ne.la]	<janára> [ʒa.'ne.ra]
(25)	<limão>	[li.'mãw]	<rimáo> [ri.'máo]
(26)	<lâmpada>	['lãm.pa.da]	<arampara> [a.'rãm.pa.ra]
(27)	<martelo>	[maR.'te.lu]	<martéra> [maR.'te.ra]
(28)	<melancia>	[me.lãn.'si.a]	<merancia> [me.rãn.'si.a]
(29)	<melão>	[me.'lãw]	<merão> [me.rãw]
(30)	<mulato>	[mu.'la.tu]	<muratú> [mu.ra.'tu]
(31)	<panela>	[pã.'ne.la]	<panéra> [pa.'ne.ra]~[pa.' ⁿ de.ra]
(32)	<papel>	[pa.'peɫ]	<papéra> [pa.'pe.ra]
(33)	<peroleira> ¹⁵	[pe.ro.'lej.ra]	<piroréra> [pi.ro.'re.ra]

¹² Tapete grande com desenhos e cores variadas usado para cobrir pavimentos (HOUAISS, VILLAR e FRANCO, 2009).

¹³ Pequeno bolso integrado à roupa, geralmente cozido pelo lado de dentro do vestuário (HOUAISS, VILLAR e FRANCO, 2009).

¹⁴ Caldo coado de cinzas vegetais ou de soda, para clarear roupa. (HOUAISS, VILLAR e FRANCO, 2009).

¹⁵ Recipiente no formato de funil, próprio para guardar azeitonas (HOUAISS, VILLAR e FRANCO, 2009).

(34) <quintal>	[kĩn. 'tal]	<kendára>	[ke. 'nda.ra]
PB		LG (XIX-XX)	
(35) <ceroula>	[se. 'row.la]	<cirora>	[si. 'ro.ra]
(36) <panela>	[pã. 'ne.la]	<panéra>	[pa. 'nɛ.ra]
(37) <papel>	[pa. 'pɛl]	<papéra>	[pa. 'pɛ.ra]

É importante ressaltar que sempre que o rotacismo recai na aproximante lateral /l/ em posição de coda, seja no meio ou no final da palavra, ocorre a epêntese de uma vogal depois do tepe /r/ e isso faz com que a palavra adaptada tenha uma sílaba a mais em relação à palavra do Português.

Os exemplos a seguir demonstram outro tipo de rotacismo que acontece na LG a partir do século XVIII: a substituição da oclusiva coronal sonora /d/ por /r/ em posição de ataque silábico de sílabas não tônicas. Quando o segmento /d/ aparece em sílaba tônica, como mostra o exemplo (45), parece não haver rotacismo. No caso do exemplo (42), pode-se entender que o rotacismo é desencadeado pela aproximante lateral /l/. De (38) a (45), são apresentados os exemplos desse processo:

PB		LG (XVIII-XIX)	
(38) <almofada>	[al.mo. 'fa.ɗa]	<aramopara>	[a.ra.mo. 'pa.ra]
(39) <camarada>	[ka.ma. 'ra.ɗa]	<camarara>	[ka.ma. 'ra.ra]
(40) <lâmpada>	['lãm.pa.ɗa]	<arampara>	[a.rãm. 'pa.ra]
(41) <sábado>	['sa.ba.ɗu]	<sabarú>	[sa. βa. 'ru]
(42) <soldado>	[sol. 'ɗa.ɗu]	<sorara>	[so. 'ra.ra] ¹⁶
(43) <traçado>	[tra. 'sa.ɗu]	<traçara>	[tra. 'sa.ra]
PB		LG (XIX-XX)	
(44) <camarada>	[ka.ma. 'ra.ɗa]	<camarara>	[ka.ma. 'ra.ra]
(45) <cuidado>	[kuj. 'da.ɗu]	<cuidaro>	[kuj. 'da.ru]

¹⁶ Neste exemplo, é interessante pontuar que, primeiramente, pode ter ocorrido o processo de adaptação silábica para transformar a sílaba CVC em duas sílabas CV (**soldado** > **soladado**), como ocorre em outros exemplos discutidos em 4.2. Com o rotacismo, a palavra seria adaptada para <sorararo> e sofreria o processo de haplogogia, isto é, haveria a queda de uma sílaba semelhante, o que resultaria na palavra <soraro>. A troca do [o] final pelo [a] é discutida em 5.1.3.

Por fim, em (46), o rotacismo recai sobre a aproximante lateral palatal /ʎ/. Como apenas um exemplo dessa adaptação foi encontrado em todos os períodos de documentação e como em outros vocábulos que possuem o segmento /ʎ/ ocorre uma ditongação (v. seção 4.1.4), e não o rotacismo, pode-se levar a crer que, na verdade, a palavra <borbulha> foi entendida como <borbula>, isto é, com o segmento [l] no lugar de [ʎ], o que explicaria o rotacismo no lugar da ditongação.

PB		LG (XVIII-XIX)
(46) <borbulha>	[boR.'bu.ʎa]	<bubura> [bu.'bu.ra]

Ao olhar para os tipos de rotacismos, pode-se afirmar que os traços [CORONAL] [+VOZ] são os traços fonológicos que permitem que um segmento transforme-se em tepe.

No século XXI, são encontrados vocábulos nos quais a aproximante lateral coronal /l/ e a oclusiva coronal sonora /d/ permanecem sendo realizadas como tepe /r/. Todavia, tais palavras são empréstimos que já vieram de séculos anteriores com essa adaptação e, portanto, permaneceram da mesma maneira na LG do século XXI, como é exemplificado na tabela 3.

Tabela 3: Exemplos de empréstimos do Português registrados no século XVIII e XVIII em uso no Nheengatu do século XXI

	LG			'glosa' Pb
	Séc XVIII	Séc XIX	Séc XXI	
l > r	[pa.'nɛ.ra]	[pa.'nɛ.ra]	[pa.'nɛ.ra]	'panela'
	[pa.'pɛ.ra]	[pa.'pɛ.ra]	[pa.'pɛ.ra]	'papel'
	---	---	[xe.'lɔ.ʒiw]	'relógio'
d > r	[ca.ma.'ra.ra]	[ca.ma.'ra.ra]	---	'camarada'
	[ku.'ɲa.ra]	---	[ku.'ɲa.ra]	'cunhado'
	[so.'ra.ra]	---	[so.'ra.ra]	'soldado'

Fonte: Cruz (2011, p. 118).

Por outro lado, outros empréstimos não verbais que estão entrando no Nheengatu no século presente não sofrem rotacismo. Embora a oclusiva coronal sonora /d/ tenha emergido

como fonema no inventário fonológico do século XXI e, por isso, não existam motivos para adaptação de palavras que contenham esse segmento, a aproximante lateral /l/ permanece inexistente como fonema nessa língua e, ainda assim, não é adaptada como tepe /t/. Em (47), é apresentado um exemplo com a aproximante lateral ocorrendo sem adaptação:

PB	Nheengatu (XXI)
(47) <relógio>	<relógio>
[xe. 'lɔ.ʒiw]	[xe. 'lɔ.ʒiw] ¹⁷

Exemplos retirado de Cruz (2011, p. 120).

4.1.3 Realização variável da vibrante múltipla

Battisti e Martins (2011), ao investigarem a realização das vibrantes múltipla e simples na fala dos habitantes de Flores da Cunha, município do Rio Grande do Sul, perceberam, com certa frequência, a realização da vibrante simples no lugar da vibrante múltipla. De acordo com as autoras, essa realização trata-se apenas de uma realização variável entre esses dois fonemas do Português, o que é comum em regiões onde houve ou ainda há contato entre o Português e variantes do Português falado por italianos, alemães, entre outros, e seus descendentes.

Nos empréstimos do Português levantados entre os séculos XVIII e XX, também pôde-se perceber a troca da vibrante múltipla, realizada nos fones [r], [X], [h], pela vibrante simples [r] no meio de palavra. Essa troca pode ser vista nos exemplos (48) a (54) a seguir:

PB		LG (XVIII-XIX)
(48) <barrela>	[ba. 'Rɛ.la]	<baréra> [ba. 'rɛ.ra]
(49) <barrete>	[ba. 'Re.tʃi]	<barete> [ba. 're.ti]
(50) <barriga>	[ba. 'Ri.ga]	<marica> [ma. 'ri.ka]
(51) <ferreiro>	[fɛ. 'Rej.ru]	<pereirú> [pe.rej. 'ru]
(52) <carpinteiro>	[kaR.pĩn. 'tej.ru]	<carapina> [ka.ra. 'pi.na]

PB		LG (XIX-XX)
(53) <burrinho>	[bu. 'Ri.tu]	<burica> [bu. 'ri.ka]
(54) <carpinteiro>	[kaR.pĩn. 'tej.ru]	<carapina> [ka.ra. 'pi.na]

¹⁷ Os segmentos [x], [ç] e [ʒ] também não são fonemas do Nheengatu e permanecem sem sofrer adaptação.

Para o Nheengatu do século XXI, não foi encontrado nenhum empréstimo que pudesse mostrar se esse tipo de adaptação ainda ocorre em meio de palavras.

4.1.4 Tendência à ditongação

A ditongação é um processo fonético, causado por necessidades eufônicas, no qual ocorre a troca da aproximante palatal /ʎ/ para o glide, formando, deste modo, um ditongo. No exemplo (55), o vocábulo <navalha> adapta-se para <navaia>, no exemplo (56), o vocábulo <cabelo> adapta-se para <cabeio> e o vocábulo <coelho>, em (57), adapta-se para <cuêio>. Nesses casos em específico, ocorre um fenômeno chamado de *yeísmo*.

O yeísmo da aproximante palatal é comum em algumas variantes do Português europeu (especialmente no Sul), além de ser uma propriedade comum a línguas cujo ancestral é o Português europeu, como o Português brasileiro e os crioulos de Sri-Lanka e Cabo Verde (cf. Viaro, 2005, p. 91). Portanto, não se pode afirmar se houve de fato uma adaptação por parte dos indígenas falantes de LG ou se, na própria fala dos portugueses, com quem esses indígenas tiveram contato, já ocorria o yeísmo.

Séc. XVIII	Séc. XIX	‘glosa’ Pb
(55) [na.'vaja]	---	‘navalha’
(56) [ka.be.'ju]	---	‘cabelo’
(57) ---	[ku.'eju]	‘coelho’

A aproximante lateral palatal, que também apareceu em um exemplo sofrendo rotacismos e em outros sofrendo ditongação, permanece sem receber adaptação em um exemplo verbal no Nheengatu do século XXI em (58):

PB	Nheengatu (XXI)
(58) <melhorar>	/u.iu.meʎorai/
[me.ʎo.'raR]	[u.ju.me.ʎo.'rai]
	3SG. _A -REFL-melhorar
	‘ele se melhora’.

Exemplo retirado de Cruz (2011, p. 119; tradução nossa).

4.1.5 Tendência à eliminação de fricativas labiais

O sistema consonantal da LG, nos séculos XVI, XVIII e XXI, como foi visto na no capítulo 3, não possui a fricativa labial surda /f/. O que acontece, em alguns exemplos em que o fonema /f/ está presente, é a eliminação dessa fricativa labial e a sua adaptação para a oclusiva labial surda /p/, fonema que está disponível nos três inventários citados. Esse processo é mostrado nos exemplos de (59) a (62).

PB		LG (XVIII-XIX)	
(59) <alfinete>	[al.fi.'ne.tʃi]	<arapineta>	[a.ra.pi.'ne.ta]
(60) <almofada>	[al.mo.'fa.da]	<aramopara>	[a.ra.mo.'pa.ra]
(61) <fita>	['fi.ta]	<pitá>	[pi.'ta]
(62) <ferreiro>	[fe.'Rej.ru]	<pererú>	[pe.rej.'ru]

Também foram encontrados, no levantamento de dados, dois vocábulos que possuem o fonema /f/ sem adaptação. Sabe-se que uma comunidade bilíngue tem a possibilidade de acessar o inventário fonológico das duas línguas que são faladas para atingir um determinado objetivo comunicativo. Dessa forma, o fato de a LG não adaptar uma palavra cuja a fricativa labial surda /f/ aparece pode ser um indício do avanço do processo de bilinguismo existente atualmente. Tais vocábulos são exemplificados em (63) e (64).

PB		LG (XVIII-XIX)	
(63) <alcatifa>	[al.ka.'tʃi.fa]	<aracatifa>	[ara.ka.'tʃi.fa]
(64) <funil>	[fu.'nil]	<funira>	[fu.'ni.ra] ~ [fu.' ⁿ di.ra]

Outra fricativa labial que apareceu nos exemplos de empréstimos do Português é a fricativa labial sonora /v/. Em várias palavras, encontrou-se a adaptação de [v] para [b], o que poderia fazer pensar que há, novamente, uma tendência à eliminação da fricativa labial sonora em prol da oclusiva labial sonora /b/, ainda que a LG não apresente oposições entre os traços [± voz]. Todavia, não é este o caso. É importante lembrar, como foi citado na seção 3.1 e 3.2, que tanto a LG do século XVI quanto a LG do século XVIII possuíam um [β] alofônico, o qual ocorre entre vogais orais na seguinte regra:

/m/ → [β] / V__V

Anchieta (1595, p. 30) afirma que o som de [v] apenas acontecia na fala de pessoas que mudavam de [b] para [v], sem se dar conta de que o som em questão não era nem um dos dois. A partir dessa descrição de Anchieta, Lemos Barbosa (1956, p. 413) pôde constatar que esse som é de um “[b] fricativo”, segundo as palavras do autor, e que ocorre apenas entre vogais orais, o que descreve o contexto de sua alofonia.

No registro dos empréstimos que possuíam os segmentos [v] ou [b], o que pode ter acontecido é que esses vocábulos ora foram registrados com o grafema <v>, ora com o grafema em LG, tendo em vista a sua proximidade com os dois sons. Essa alternância gráfica pode ser comprovada pelo fato de que não somente o [v] foi registrado como (exemplos (66) e (68)) como também [b] foi registrado como <v> (exemplo (65)). Há ainda um exemplo em que [v] foi registrado como <v>, que é o caso do exemplo (67).

PB		LG (XVIII-XIX)
(65) <balaio>	[ba.'laju]	<varaŷa> [βa.'ra.ja]
(66) <cavalo>	[ka.va.'lu]	<cabarú> [ka.βa.'ru]
(67) <chave>	[ʃa.'vi]	<xaví> [ʃa.'βi]

PB		LG (XIX-XX)
(68) <chave>	[ʃa.'vi]	<xabí> [ʃa.'βi]

No século XXI, as fricativas labiais surda e sonora /f/ e /v/, respectivamente, permanecem fora do inventário fonológico do Nheengatu. Ainda assim, quando empréstimos do Português que possuem esses segmentos são recebidos pelo Nheengatu, os falantes não fazem nenhum tipo de adaptação, como é mostrado em (69) e em (70):

PB	LG (XXI)
(69) <chefe>	/ta-ʃɛ.fi/
[ʃɛ.fi]	[ta.'ʃɛ.fi]
	3PL _{NA} -chefe
	‘eles são chefes’.
(70) <viver>	/ia-viver/

[vi.'veR] [ja.vi.'vej]
 IPL_A-viver
 ‘nós vivemos’.

Exemplos retirados de Cruz (2011, p.119; glosa adaptada e tradução nossa).

Cruz (2011, p. 121), baseada em relatos dos falantes e em observações pessoais, afirma que a geração que nasceu a partir das décadas de 1960 e 1970 é totalmente bilíngue em Nheengatu e Português. Sendo assim, ao lidarem com os empréstimos, esses falantes têm, ao seu dispor, todos os fonemas e todas as estruturas silábicas do Nheengatu e do Português. Por isso, ainda que determinados segmentos não sejam fonemas do Nheengatu, eles acabam não tendo a necessidade de serem adaptados.

4.1.6 Pré-nasalizadas

Ao falar sobre o inventário fonológico da LG nos séculos XVI e XVIII, nas seções 3.1 e 3.2, respectivamente, foi observado que as nasais plenas poderiam ser realizadas como contornos pré-nasalizados em determinados contextos. A interpretação desses fones, entretanto, pode ter sido um problema enfrentado pelos padres jesuítas ao registrar a língua nativa. Anchieta (1595), por exemplo, cita a existência de nasais e oclusivas que se realizavam subsequentemente, todavia o autor não se atentou à complexidade desses sons, tendo em vista que eles não são simplesmente sons que ocorrem seguidamente, mas segmentos pré-nasalizados alofônicos das nasais plenas. (explicar melhor o contexto da realização pré-nasal)

Conforme Anchieta (1595), em posição inicial de palavra, não poderiam ocorrer as oclusivas [b] e [d] sozinhas. A fala do autor é ratificada pelo exemplo em que se tem a palavra [ba.'Ri.ga] sendo adaptada para [ma.'rĩ.ka] ou, até mesmo, para [ᵐba.'rĩ.ka]. Outros exemplos dessa alofonia podem ser vistos nos exemplos (71) a (76) a seguir:

PB	LG (XVIII-XIX)
(71) <barriga> [ba.'Ri.ga]	<marĩca> [ma.'rĩ.ka] ~ [ᵐba.'rĩ.ka]
(72) <bexiga> [be.'ʃi.ga]	<mexĩca> [me.'ʃi.ka] ~ [ᵐbe.'ʃi.ka]
(73) <tambor> [tãᵐ.'boR]	<tambóra> [tã.'ᵐbo.ra]
(74) <jantar> [ʒãᵐ.'taR]	<jandára> [ja.'ᵐdá.ra]
(75) <quintal> [kĩᵐ.'tal]	<kendara> [ke.'ᵐda.ra]
(76) <seringa> [si.'rĩŋ.ga]	<xeringa> [ʃi.'rĩ.ᵐga]

Já na documentação dos séculos XIX e XX, foi encontrado apenas um vocábulo que poderia apresentar o segmento pré-nasalizado, como ilustrado em (77):

PB	LG (XIX-XX)	glosa
(77) <enganar> [ẽn.gã.'naR]	<enganáne> [ẽ.'gã.'na.ne]	'tentar, defraudar'

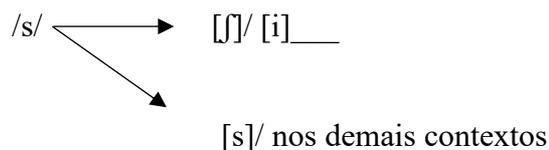
Barbosa Rodrigues (1890) já havia alertado para o desuso dos segmentos pré-nasais ao afirmar que:

“Todas as palavras que têm este som [mb] foram mudadas para [b] ou para [m], deixando-se de pronunciar com o som de ambas e só aqueles velhos, que ainda aprenderam a língua em fonte pura, acentuam claramente o [mb] e o [nd].”
(BARBOSA RODRIGUES, 1890, p. 65).

No Nheengatu do século XXI, de acordo com Cruz (2011, p. 94), os segmentos pré-nasalizados desapareceram completamente. Sendo assim, as consoantes nasais /m, n, ɲ/ são realizadas sempre como nasais plenas [m,n,ɲ] e as oclusivas sonoras /b, d, g/, que agora fazem parte do inventário fonológico do Nheengatu, sempre aparecem como [b, d, g], podendo ocorrer em início de palavra ou em posição intervocálica. Ainda segundo Cruz (2011, p. 94), é possível que os segmentos pré-nasalizados tenham fornecido material fonético para a emergência da tripla oposição de oclusivas surdas /p, t, k/, sonoras /b, d, g/ e nasais /m, n, ɲ/.

4.1.7 Alofonia da fricativa palatal surda

A fricativa surda /s/ [CORONAL] [+anterior] era realizada, no Tupinambá, como [ʃ] [CORONAL] [-anterior] após e diante a vogal /i/ [CORONAL] [-anterior], isto é, o processo de alofonia ocorre em contiguidade com a vogal /i/, assimilando o traço [-anterior] (CRUZ, 2011):



Os exemplos (78) e (79) abaixo demonstram que, mesmo nos empréstimos, a alofonia ocorria nos séculos XVIII até a metade do XIX, reaparecendo na documentação da segunda metade do século XIX ao século XX.

PB	LG (XVIII-XIX) e (XIX-XX)
(78) <camisa> [ka.'mi.za]	<camixá> [ka.mi.'ʃa] ¹⁸
(79) <seringa> [si.'rĩ.ga]	<xeringa> [ʃi.'rĩ.ŋga]

Em outros empréstimos, é possível encontrar a fricativa palatal [ʃ] em um ambiente no qual, no vocabulário nativo, só é possível a realização do segmento [s], como é mostrado nos exemplos (80) a (86). Isso pode ser explicado pelo fato de a LG já conhecer o som [ʃ] e, portanto, não sentir a necessidade de adaptá-lo para [s]. Esses empréstimos podem ter auxiliado na emergência do segmento [ʃ] como fonema, que, conforme Monserrat (2003, p.193), já contrasta fonologicamente com [s] no século XVIII.

PB	LG (XVIII-XIX)
(80) <chave> [ʃa.vi]	<xaví> [ʃa.'βi]

PB	LG (XIX-XX)
(81) <cachoeira> [ka.ʃu.'ej.ra]	<kaxiuera> [ka.ʃiw.'ej.ra]
(82) <camisa> [ka.'mi.za]	<camixá> [ka.mi.'ʃa]
(83) <chapéu> [ʃa.'pɛw]	<chapeua> [ʃa.'pɛwa] ~ [ʃu.'pɛw]
(84) <chave> [ʃa.vi]	<xaví> [ʃa.'βi]
(85) <seringa> [si.'rĩ.ŋga]	<xeringa> [ʃi.'rĩ.ŋga]
(86) <tripa> [ʃri.pa]	<buxo> [ʃbu.ʃu] ¹⁹

No século XXI, apesar de os segmentos /s/ e /ʃ/ já serem fonemas distintos, Cruz (2011, p. 52) afirma que a fricativa alveolar /s/ possui uma frequência de distribuição maior que a

¹⁸ Conforme Cruz (2007), para haver a alofonia, o LG seleciona os traços [CORONAL] [+anterior] do fonema /z/, mas não o traço [+voz], o que acarreta a interpretação da consoante como /s/, permitindo a assimilação.

¹⁹ A palavra <buxo> foi encontrada na documentação como sendo o vocábulo utilizado pela LG para referir-se à tripa. Aqui, o exemplo é citado para ilustrar a ocorrência de [ʃ] depois da vogal [u].

fricativa palatal /j/, a qual fica mais restrita a contextos em que é precedida ou seguida pela vogal /i/, embora também apareça em outros contextos com menor frequência.

4.2 Adaptação silábica

De acordo com Clements e Keyser (1983), todas as línguas possuem a estrutura silábica CV, porém nem todas possuem estruturas silábicas mais complexas, como CVC e VC, em que a posição de coda é ocupada, ou CCV, em que há a ramificação da posição de ataque.

O Português possui todas essas possibilidades silábicas (**carta** (CVC), **almoçar** (VC), **cruz** (CCV)). Por outro lado, no Tupinambá, de acordo com Lemos Barbosa (1956, P. 415), as sílabas são: V, CV, (C)VN, VG, e CVG#. A LG, até o século XX, também parece permitir essas mesmas sílabas. Contudo, ao olhar para as adaptações dos empréstimos do Português, percebe-se que há processos que demonstram uma preferência por sílabas CV, sobretudo quando a posição da coda silábica é ocupada.

Portanto, como estratégia para aceitação de empréstimos cujos tipos silábicos não são recorrentes em LG, esses vocábulos sofrem epêntese (4.2.1), apagamento (4.2.2) e metátese (4.2.3).

4.2.1 Epêntese

Para evitar sílabas fechadas ou ataque de sílaba ramificado, a LG, entre os séculos XVI e XX, sofria a epêntese de vogais a fim de retomar a estrutura silábica CV. No entanto, a epêntese, quando ocorre no meio da palavra, não parece ser de uma vogal aleatória; na maioria dos casos, a vogal epentética é a cópia da vogal da sílaba posterior, exceto nos exemplos (90) e (92), em que a epêntese é feita da cópia da vogal da sílaba anterior.

PB		LG (XVI-XVIII)	
(87)	<cabra> ['ka. bra]	<cabará>	[ka. ba. 'ra]
(88)	<cruz> ['k rus]	<curuçá>	[ku. ru. 'sa]
(89)	<marsal> [ma R. 'sal]	<marasá>	[ma. ra. 'sa]
PB		LG (XVIII-XIX)	
(90)	<almoçar> [al.mo.'sa R]	<aramoçára>	[a. ra .mo.'sa.ra]
(91)	<altar> [al.'ta R]	<aratara>	[a. ra. 'ta.ra]
(92)	<artemila> [a R .te.'mi.la]	<aratemira>	[a. ra .te.'mi.ra]

(93) <torto>	[toR . 'tu]	<toroto>	[to. ro . 'tu]
	PB		LG (XIX-XX)
(94) <prato>	['pra.tu]	<paratú>	[pa.ra . 'tu]

Nos exemplos a seguir, de (95) a (108), a epêntese ocorre na última sílaba da palavra. Nesse caso, pode-se perceber que a vogal epentética é sempre a vogal /a/, e não a cópia de outra vogal. Desse modo, é possível interpretar essa vogal como o morfema {-a} ‘referenciante’, utilizado para que um determinado vocábulo possa fazer referência a um ser ou a uma entidade (cf. seção 5.1.3 para mais discussão sobre esse sufixo).

	PB		LG (XVI-XVIII)
(95) <cruz>	['krus]	<curuçá>	[ku.ru. ' sa]
	PB		LG (XVIII-XIX)
(96) <almoçar>	[al.mo. ' saR]	<aramoçára>	[a.ra.mo. ' sa.ra]
(97) <altar>	[al. ' taR]	<aratara>	[a.ra. ' ta.ra]
(98) <anel>	[a. ' nɛl]	<anéra>	[a. ' nɛ.ra]
(99) <cruz>	['krus]	<curuçá>	[ku.ru. ' sa]
(100) <funil>	[fu. ' nil]	<funira>	[fu. ' ndi.ra]
(101) <jantar>	[ʒãn. ' taR]	<jandára>	[ʒa. ' nda.ra]
(102) <papel>	[pa. ' pɛl]	<papéra>	[pa. ' pɛ.ra]
(103) <quintal>	[kĩn. 'tal]	<kendara>	[ke. ' nda.ra]
(104) <tambor>	[tãm. ' boR]	<tambóra>	[tã. ' mbo.ra]

	PB		LG (XIX-XX)
(105) <cruz>	['krus]	<curuçá>	[ku.ru. ' sa]
(106) <mãe>	['mãj]	<mánha>	[mã. ' ja]
(107) <papel>	[pa. ' pɛl]	<papéra>	[pa. ' pɛ.ra]
(108) <tambor>	[tãm. ' boR]	<tambóra>	[tã. ' mbo.ra]

No exemplo (109) a seguir, pode-se observar a epêntese de uma vogal diferente de [a] na última sílaba da palavra. Nesse exemplo, antes da epêntese, ocorre o processo de *harmonia vocálica*. A harmonia vocálica é um tipo de assimilação, termo genérico usado para referir-se a qualquer processo em que um determinado som adquire características ou traços de sons que o rodeiam.

No caso do exemplo (109), a harmonia vocálica tem, como gatilho, a altura da vogal [u], que é uma vogal alta. Como a vogal [a] trata-se de uma vogal baixa, ela é alterada para a vogal [i], que concorda com o traço alto da vogal [u]. Este não parece ser um processo comum na língua, uma vez que só foi encontrado um exemplo do processo de harmonia vocálica.

PB		LG (XVIII-XIX)	
(109)	<açúcar> [a.'su. kaR]	<asukirí>	[a.su. ki. 'ri]

4.2.2 Apagamento

Neste processo, diferentemente da epêntese, observa-se o apagamento do segmento em coda que impede a realização da sílaba CVC tanto no meio quanto no final da palavra. Os exemplos (110) a (115) ilustram essa estratégia.

PB		LG (XVI-XVIII)	
(110)	<jesus> [ʒe.' zus]	<jesú>	[je.' zu]

PB		LG (XVIII-XIX)	
(111)	<campo> [' kãm .pu]	<kapina>	[ka. 'pi.na]
(112)	<castanha> [kas. 'tã.na]	<catanha>	[ka. 'tã.na]
(113)	<ferreiro> [fe.' Rej .ru]	<pererú>	[pe. re. 'ru]
(114)	<manteiga> [mãn.' te ˀ.ga]	<manteca>	[mãn.' te .ca]

PB		LG (XIX-XX)	
(115)	<jesus> [ʒe.' zus]	<jesú>	[je.' zu]

4.2.3 Alternância de segmentos

A alternância de segmentos, ou metátese, é um processo linguístico que envolve uma inversão na ordem linear dos sons de um vocábulo sob determinadas condições. Segundo Hora, Telles e Monaretto (2007, p. 184), apesar de atualmente ser visto como um processo relacionado à escolaridade, o processo de metátese é um fenômeno antigo e persistente na Língua Portuguesa, vindo da passagem do Latim para o Português.

Na LG, foram encontrados alguns exemplos nos quais houve o processo de metátese com a finalidade de se recuperar uma sílaba CV a partir de uma sílaba VC. Nos exemplos em (116) e (117), demonstra-se esse processo.

PB		LG (XVIII-XIX) e (XIX-XX)
(116) <espeto>	[is.'pe.tu]	<cepetú> [se.pe.'tu]

PB		LG (XIX-XX)
(117) <espírito>	[is.'pi.ri.tu]	<cipiritu> [si.pi.ri.'tu]

No exemplo em (118), há uma metátese acontecendo com uma sílaba CVC, que desencadeia uma sílaba CCV. Esse exemplo causa estranhamento, tendo em vista que nem um dos dois padrões são esperados pela LG e o que se esperaria é que ocorresse uma epêntese transformando a sílaba CCV em duas sílabas CVCV.

PB		LG (XIX-XX)
(118) <terçado>	[teR.'sa.du]	<traçara> [tra.'sa. ra]

4.3 Adaptações segmentais nos empréstimos lexicais do Nheengatu do século XXI

Segundo Cruz (2011, p. 119), qualquer lexema não-verbal do Português pode ser incorporado ao Nheengatu no século XXI sem a necessidade de adaptação fonológica. Dessa forma, estruturas silábicas que eram estranhas à LG nos séculos anteriores, como CCV, CVC, VC, podem ser realizadas no Nheengatu do século XXI sem que seja necessário qualquer tipo de adaptação. Os exemplos (119), (120) e (121) ratificam essa afirmação:

<p>PB</p> <p>(119) <compreender></p> <p>[kõm.pre. ên. 'deR]</p> <p>(120) <escapar></p> <p>[is.ka. 'paR]</p> <p>(121) <estrela></p> <p>[is. 'tre.la]</p>	<p>Nheengatu – século XXI²⁰</p> <p>/iakompreendei/</p> <p>[ja.kõm.pre. ên. 'dej]</p> <p>1PL.A-compreender</p> <p>‘nós compreendemos’.</p> <p>/tau-iskapari/</p> <p>[ta.is.ka. 'paj]</p> <p>3PL.A-escapar</p> <p>‘eles escapam’.</p> <p><estrela></p> <p>[is. 'tre.la]</p>
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Exemplos retirados de Cruz (2011, p. 119 e 120; tradução nossa).

Por outro lado, tratando-se de lexemas verbais emprestados do Português, o Nheengatu do século XXI acaba realizando adaptações. Sabe-se que todos os verbos portugueses terminam com *-r* ‘infinitivo’. Para que essa coda do final da palavra não seja ocupada, o Nheengatu, segundo Cruz (2011, p. 119), recorre à epêntese de uma vogal [i]. O processo de epêntese é exemplificado em (122).

<p>PB</p> <p>(122) <escapar></p> <p>[eS.ka. 'paR]</p>	<p>Nheengatu (XXI)</p> <p><tau-iskapari></p> <p>3PL.A-escapar</p> <p>‘eles escapam’.</p>
-------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------

Exemplos retirados de Cruz (2011, p. 120; glosa adaptada e tradução nossa).

²⁰ Os exemplos verbais utilizados aqui são apenas para demonstrar as estruturas silábicas CCV e VC no meio das palavras.

4.4 Adaptação acentual

Segundo Wetzels (1977), em Português, a maior parte dos não-verbos seguem o padrão acentual troqueou moraico. Isso significa que a maioria das palavras dessa língua possui a tonicidade na penúltima mora. Na LG, até o século XX, o padrão acentual é o iâmbico, ou seja, os pés métricos são formados da direita para a esquerda com proeminência à direita, como ocorre na maioria das línguas da família Tupi-Guarani (WETZELS & MEIRA, 2010).

Quando um empréstimo, seja ele verbal ou não-verbal, do Português não possui a tonicidade na última sílaba, a LG, até o século XX, recorre aos seguintes processos que permitem o reestabelecimento do padrão iâmbico: epêntese de vogais (4.4.1), que, em um primeiro momento, reestabelece o padrão silábico CV e, depois, muda a posição de acento; e mudança da posição do acento sem nenhuma adaptação (4.4.2).

4.4.1 Epêntese

Neste processo, todos os exemplos passaram, primeiramente, pelo reestabelecimento da estrutura silábica CV, tratado na seção 4.2. Depois do reestabelecimento dessa estrutura, apenas mudou-se a posição do acento para a última sílaba. Foram encontrados exemplos desse processo nos três períodos de documentação, como é exemplificado de (123) a (127):

PB		LG (XVI-XVIII)	
(123)	<cabra> ['ka.bra]	<cabará>	[ka.ba.'ra]
(124)	<cruz> ['krus]	<curuçá>	[ku.ru.'sa]
PB		LG (XVIII-XIX)	
(125)	<açúcar> [a.'su.kaR]	<asukirí>	[a.su.ki.'ri]
(126)	<cruz> ['krus]	<curuçá>	[ku.ru.'sa]
PB		LG (XIX-XX)	
(127)	<cruz> ['krus]	<curuçá>	[ku.ru.'sa]

4.4.2 Mudança de acento

Neste processo, há, apenas, a mudança do acento para a última sílaba da palavra, com a finalidade de se reestabelecer o padrão acentual iâmbico, sem que haja nenhuma outra

adaptação. Nesse caso, só foram encontrados exemplos a partir do século XVIII ao século XX, mostrados em (128) a (141):

PB		LG (XVIII-XIX)	
(128) <camisa>	[ka.' mi .za]	<camixá>	[ka.mi.' fa]
(129) <cavalo>	[ka.' va .lu]	<cabarú>	[ka.βa.' ru]
(130) <espeto>	[is.' pe .tu]	<cepetú>	[se.pe.' tu]
(131) <fita>	[' fi .ta]	<pitá>	[pi.' ta]
(132) <chave>	[' fa .vi]	<xaví>	[fa.' βi]
(133) <ferreiro>	[fe.' Rej .ru]	<pererú>	[pe.re.' ru]
(134) <sábado>	[' sa .ba.du]	<sabarú>	[sa.ba.' ru]
(135) <prato>	[' pra .tu]	<paratú>	[pa.ra.' tu]
(136) <cabaço>	[ka.' ba .su]	<cabaçú>	[ka.ba.' su]
(137) <mulato>	[mu.' la .tu]	<muratú>	[mu.ra.' tu]
(138) <púcaro>	[' pu .ka.ru]	<pucurú>	[pu.ku.' ru]

PB		LG (XIX-XX)	
(139) <camisa>	[ka.' mi .za]	<camixá>	[ka.mi.' fa]
(140) <chave>	[' fa .vi]	<xaví>	[fa.' βi]
(141) <santa>	[' sãn .ta]	<santá>	[sãn.' ta]

4.5 Adaptações acentuais nos empréstimos lexicais do Nheengatu do século XXI

O Nheengatu do século XXI, segundo Cruz (2011, p. 75 e 76), apesar de ter recebido bastante influência do Português brasileiro e apesar de ter um padrão acentual que possa ser considerado lexical, sofre processos sincrônicos que indicam a preferência dessa língua por um padrão acentual iâmbico, quais sejam, a reduplicação fonológica, que transforma monossílabos subjacentes em palavras dissilábicas com acento final, e a queda silábica para manutenção do padrão iâmbico.

Como foi tratado na seção (4.3), em lexemas verbais vindos do Português, no Nheengatu do século XXI, ocorre a epêntese de uma vogal [i], a qual evita a violação da coda causada por verbos no infinitivo. No entanto, essa epêntese causa a perda do ritmo acentual iâmbico. Dessa forma, para que haja a manutenção do padrão iâmbico, o Nheengatu do século XXI realiza a formação de um ditongo, ao fazer o apagamento vibrante simples [r] (CRUZ, 2011, p. 78). Nos

vocábulos em (142), (143) e (144), pode-se observar esses dois processos: (outros exemplos de ditongação)

PB	Nheengatu séc. XXI
(142) <escapar>	/tau-iska'pari/
[es.ka.'paR]	[ta.is.ka.'paj]
	3PL.A-escapar
	'eles escapam'.
(143) <viver>	/ia-vi'veri/
[vi.'veR]	[ja.vi.'vej]
	1PL.A-viver
	'nós vivemos'.
(144) <usar>	/tau-u'zari/
[u'zaR]	[taw.'zaj]
	3PL.A-usar
	'eles usam'.

Exemplos retirados de Cruz (2011, p. 119 e 120; glosa adaptada e tradução nossa).

4.6 Sistematização das formas de adaptação fonológica em perspectiva diacrônica

No quadro 9 a seguir, há uma sistematização das adaptações fonológicas discutidas neste capítulo que foram realizadas entre os séculos XVI e XXI na LG.

Quadro 9: Sistematização das formas de adaptação fonológica em perspectiva diacrônica

		XVI- XVIII	XVIII- XIX	XIX- XX	XXI
Adaptação segmental	Adaptação da fricativa palatal sonora	√	√		
	Rotacismo		√	√	
	Tendência à ditongação		√	√	
	Eliminação de fricativas labiais		√		
	Pré-nasalizadas		√	√	
	Palatal surda		√	√	

Adaptação silábica	Epêntese	Verbos		√	√	√
		Não verbos	√	√	√	
	Apagamento		√	√	√	
	Metátese			√	√	
Adaptação acentual	Epêntese	Verbos				√
		Não verbos	√	√	√	
	Mudança de acento			√	√	

Fonte: A autora (2020)

CAPÍTULO 5: EMPRÉSTIMOS DO PORTUGUÊS QUE RECEBEM MORFOLOGIA DA LG

No capítulo anterior, foram discutidos os empréstimos do Português que apresentavam adaptações fonológicas ao serem reproduzidos na LG entre os séculos XVI e XXI. Neste capítulo, são analisados empréstimos do Português que recebem morfemas da língua nativa e empréstimos que, junto de uma palavra da LG, formam composições híbridas em LG. Antes de mais nada, no entanto, fazem-se necessárias algumas considerações sobre a morfologia da LG.

Queixalós (2001, 2006) apresenta uma hipótese de que as línguas da família Tupi-Guarani descendem de uma língua totalmente omni-predicativa já inexistente. O termo “omni-predicatividade” foi apresentado por Launey (1994, 2004) para descrever línguas nas quais a maior parte das entradas lexicais poderia funcionar como predicados, enquanto os argumentos são predicados subordinados que designam entidades.

Conforme Magalhães, Praça e Cruz (2019), há uma tendência geral de degradação da omni-predicatividade entre as línguas Tupi-Guarani. De acordo com essas autoras, o Tupinambá, por exemplo, é, possivelmente, a língua que mais possui características omni-predicativas, enquanto o Nheengatu, de acordo com Praça, Magalhães e Cruz (2017), já é classificado como uma língua não omni-predicativa.

Uma das características da omni-predicatividade, segundo Queixalós (2001, 2006), é a existência de uma *morfologia transcategorial*. Isso significa que os morfemas nessas línguas são compartilhados por diferentes classes de palavras. Pode-se perceber, com os dados encontrados, que esse compartilhamento ocorre não somente entre as palavras da LG como também ocorre nos empréstimos vindos do Português. Para que se possa realizar essa discussão, este capítulo foi dividido em (5.1) Empréstimos com morfologia flexional; (5.2) Empréstimos com morfologia derivacional e (5.3) Palavras compostas por uma raiz emprestada do Português e outra raiz da LG.

5.1 Empréstimos com morfologia flexional

A distinção entre flexão e derivação se dá, geralmente, em um contínuo. Nesse sentido, como afirmou Payne (2006, p. 38), tal distinção é melhor caracterizada em termos prototípicos.

Partindo desse ponto, ainda conforme Payne (2006, p. 39), morfemas prototipicamente flexionais são caracterizados por serem requeridos pelo ambiente sintático, por poderem ser aplicados a todos os radicais de uma classe ou de uma subclasse de palavras, por terem o mesmo efeito sempre que aplicados e por, geralmente, ocorrerem em paradigmas. Além disso, pode-se

caracterizar os morfemas flexionais prototípicos por eles dificilmente mudarem a classe de palavra ou o significado da raiz que os recebe.

Nesta seção, são discutidos os empréstimos do Português que receberam morfologia flexional da língua nativa. Nesses empréstimos, foram encontrados tanto exemplos de flexão por meio de prefixação (5.1.1) quanto por meio de sufixação (5.1.2)²¹.

5.1.1 Empréstimos com prefixo flexional

Entre os dados do Português que receberam prefixo flexional, foram encontrados exemplos apenas de empréstimos que recebem marcadores de pessoa (5.1.1.1).

5.1.1.1 Empréstimos que recebem marcadores de pessoa

Estudos anteriores sobre as línguas da família Tupi-Guarani mostram que essas línguas exibem um alinhamento ativo, que é caracterizado pela cisão de duas classes de verbos intransitivos. Essas classes estão relacionadas semanticamente à agentividade do argumento único desses verbos (cf. Mithun (1991), Seki (2000)). Nesse caso, verbos intransitivos ativos recebem marcadores da série ativa (A) e verbos intransitivos não ativos recebem marcadores da série não ativa (NA).

No Tupinambá, entre os verbos transitivos, o argumento externo é expresso pela série ativa (A) e o argumento interno, pela série não ativa (NA). Os marcadores da série não ativa associam-se também a nomes e a posições. O quadro (10) a seguir apresenta os marcadores dessas duas séries.

Quadro 10: Índice de pessoa das séries ativa e não ativa do Tupinambá

	IP _A	IP _{NA}
1SG	a-	xe- ∞ íxe-
1PL _{inclus}	ia-	iande-
1PL _{excl}	oro-	ore-
2SG	ere-	ne- ∞ nde-
2PL	pe-	pe-
3	o-	i- ∞ s-

Fonte: Cruz (2015, p. 426)

²¹ É interessante pontuar que muitas línguas têm apenas prefixos ou apenas sufixos flexionais. O Português, por exemplo, é uma língua que faz flexão apenas por meio de sufixação, mas que faz derivação tanto por meio de prefixação como por meio de sufixação.

Em (145) e em (146), têm-se exemplos de nomes emprestados do Português recebendo os índices de pessoa da série não ativa entre os séculos XVI e início do século XIX.

(145) *nde-reino* (XVI-XVIII)

2SG_{NA}-reino

‘teu reino.’

(146) *i-merendara* (XVIII-XIX)

3_{NA}-merenda

‘merenda dela.’

O Tupinambá possui também um índice de pessoa da série III, que marca correferência entre sujeito e possuidor e um índice de pessoa da série IV, usado exclusivamente em verbos com a finalidade de indicar que o paciente de segunda pessoa tem proeminência em relação ao agente de primeira pessoa, indicados no quadro 11 a seguir:

Quadro 11: Índices de pessoa das séries III e IV

	Série III	Série IV
1SG	wi-	
1PL _{incl}	ia-	
1PL _{excl}	oro-	
2SG	e-	oro-
2PL	pe-	opo-
3	o-	

Fonte: Cruz (2015, p. 426)

De acordo com Cruz (2015, p. 427), o quadro pronominal da LG no século XIX já difere do quadro pronominal do Tupinambá nos séculos anteriores, a exemplo da perda da distinção entre primeira pessoa do plural inclusiva e exclusiva. No século XIX, ainda não há prefixos para diferenciar a terceira pessoa do singular e do plural, mas, conforme Cruz (2015), os prefixos *i-* ∞ *s-* marcam apenas a terceira pessoa do singular não ativa²². Por fim, no século

²² Nesse caso, para uma construção no plural no século XIX, deve-se realizar uma construção genitiva, na qual o pronome livre de terceira pessoa do plural *aita* ocorre como possuidor e qualquer outro nome ocorre como possuído.

XIX, não há mais na LG elementos da série III, nem da série IV, como havia anteriormente no Tupinambá.

O quadro 12 a seguir apresenta os marcadores de pessoa citados:

Quadro 12: Índice de pessoa da série ativa e não ativa da LG do século XIX

	IP _A	IP _{NA}
1SG	a-	se-
1PL	ja-	jane-
2SG	re-	ne-
2PL	pe-	pe-
3SG	u-	i- ∞ s-

Fonte: Cruz (2015, p. 427).

No exemplo (147), há um nome emprestado do Português recebendo o índice de pessoa da série não ativa. Em (148), há um exemplo de um empréstimo verbal do Português recebendo o índice de pessoa da série ativa.

(147) *iandê-pai-a* (XIX-XX)
 1PL_{NA}-pai-RFR
 ‘nosso pai’.

(148) *u-ganane* (XIX-XX)
 3SG_A-enganar
 ‘ele engana’.

Conforme Cruz (2011, p. 133) e como já observado na LG do século XIX, o Nheengatu perdeu a distinção entre primeira pessoa do plural inclusiva e primeira pessoa do singular exclusiva, além de não existirem mais elementos da série III e IV. No entanto, há uma inovação no Nheengatu, ainda de acordo com Cruz (2011), que não havia se desenvolvido no século XIX que é o surgimento de uma terceira pessoa do plural tanto na série ativa quanto na série não ativa.

Os quadros (13) e (14) apresentam os paradigmas de pessoa das séries ativa e não ativa do Nheengatu do século XXI respectivamente.

Quadro 13: Índice de pessoa da série ativa do Nheengatu

	IP _A
1SG	a-
1PL	ja-
2SG	re-
2PL	pe-
3SG	u-
3PL	tau- (ta- ~ tu-)

Fonte: Cruz (2011, p. 133).

Quadro 14: índice de pessoa da série não ativa do Nheengatu

	IP _{NA}
1SG	se-
1PL	jane-
2SG	ne-
2PL	pe-
3SG	i- ∞ s-
3PL	ta-

Fonte: Cruz (2011, p. 134).

A respeito dos empréstimos, o Nheengatu permanece apresentando exemplos de vocábulos do Português que recebem prefixos de pessoa no século XXI. Em (149) e em (150), têm-se exemplos de índices da série ativa ocorrendo com verbos emprestados ativos e, em (151), tem-se um exemplo do índice da série não ativa ocorrendo com um nome.

(149) /*u-aguentari*/ (XXI)
 3SG.A-aguentar
 ‘ele aguenta’.

(150) /*ia-vivei*/ (XXI)
 1PL.A-viver

‘eu vivo’.

- (151) /*tau-fɛfi*/ (XXI)
 3PL.NA-chefe
 ‘eles são chefes’

Exemplos retirados de Cruz (2011, p. 119; glosa adaptada e tradução nossa).

5.1.2 Empréstimos que recebem sufixo flexional

Em relação aos empréstimos que receberam sufixos flexionais, foi encontrado um maior número de exemplos, os quais se dividiram em: (5.1.2.1) Empréstimos com {-amo}; (5.1.2.2) Empréstimos com {-etá} e (5.1.2.3) Empréstimos com {-a}.

5.1.2.1 Empréstimos com {-amo}

Para o Tupinambá, Rodrigues (1981a) denominou o sufixo {-amo} ([-amo]~[-ramo]~[-namo]) de caso atributivo²³. Para o autor, esse morfema é usado quando se quer dar uma função, isto é, uma atribuição, a um determinado nome. Para Seki (2000, p. 111), embora o atributivo seja usado fundamentalmente para indicar estados temporários e não permanentes, isto é, circunstanciais, ele pode ser usado também, em certos contextos, para marcar mudança de estado ou de condição. Essa definição acaba por ampliar a compreensão do sufixo atributivo.

Os exemplos em (152) a (155), encontrados na obra *Lírica Tupi e Portuguesa*, de Anchieta (1984), ilustram o uso desse sufixo em alguns empréstimos do Português:

- (152) *rei-amo* *ere-ikó* *teñé*
 rei-ATR 2 SG.A-estar semelhante
 ‘enquanto rei’

- (153) *rainh-amo* *r-enoim-býra*
 rainha-ATR R-OUVIR-NMLZPAC
 ‘ouvida como rainha’.

- (154) *rainh-amo* *mo-ingo-pýra*,

²³ Em estudos posteriores sobre outras línguas da família Tupi-Guarani, esse morfema pode ser encontrado como ‘caso translativo’ (cf. Magalhães, 2007).

rainha-ATR CAUS-colocar-NMLZ_{PAC}
 ‘colocada com rainha’.

- (155) *virgem ramo o-ikó-bo be*
 virgem ATR 3corr-estar-GER CONT
 ‘ainda sendo virgem’.

Exemplos retirados de Anchieta (1984; glosa e tradução nossa).

Nos documentos posteriores, não foi encontrado nem um outro empréstimo que recebesse o sufixo {-amo}. No Nheengatu do século XXI, conforme Cruz, em comunicação pessoal, não há nem um sufixo que indique a ideia de atributivo.

5.1.2.2 Empréstimos com {-etá}

O Tupinambá é uma língua na qual não se observa a distinção morfológica entre singular e plural no nome. Portanto, a compreensão de plural ou de singular se dá pelo contexto de fala. De acordo com Jensen (1999, p. 151-152), o fato de não haver morfologia que expresse distinção de número é uma característica comum entre as línguas da família Tupi-Guarani. No entanto, há, no Tupinambá, de acordo com Cruz (2015), a forma *etá*, que, ao ser combinada com nomes, expressa a ideia de *múltiplas entidades*.

Ainda conforme Cruz (2015), a caracterização formal e funcional de *etá*, traduzida por Anchieta (1595) como ‘muitas; muitas vezes’, ainda não é muito clara no Tupinambá. Isso porque, sintaticamente, *etá* ocorre imediatamente depois do sintagma nominal, como ilustrado nos empréstimos em (157) a (162), e, morfológicamente, {-etá} pode ser flexionado com marcadores de pessoa, como ilustrado em (156).

- (156) <ndetá>
nd-etá
 2SG.NA-muitos
 ‘teus muitos’.

Exemplo retirado de Sampaio *apud* Cruz (2015, p. 424).

Em sua gramática, Lemos Barbosa (1956) afirma que *etá*, no desenvolvimento da LG, passa a ser usado como uma estratégia para demonstrar plural. Rodrigues (1996a, p. 13) analisa

tal mudança como uma gramaticalização da forma, que, antes, denotava apenas o sentido de “muitos” e, agora, passa a ser uma possibilidade de se marcar o plural.

Nesse sentido, os exemplos de (157) a (159), encontrados nas documentações dos séculos XIX e XX, ilustram a gramaticalização do *etá* como palavra marcadora de plural.

- (157) <macaca **etá**> ‘macacos’ (XIX-XX)
 (158) <paia **etá**> ‘pais’ (XIX-XX)
 (159) <panera **etá**> ‘panelas’ (XIX-XX)

Cruz (2015, p. 425-426) afirma que o processo de gramaticalização do *etá* permaneceu se desenvolvendo no Nheengatu a partir do século XIX e causou ainda uma mudança fonética que fez com que o {-*etá*} passasse a [-*ita*] ~ [-*ta*], como é mostrado no exemplo em (160).

- (160) <santu **itá**> ‘santos’ (XIX-XX)

No Nheengatu do século XXI, de acordo com Cruz (2011, p. 164), os nomes contáveis podem receber a partícula *ita* ‘plural’. Essa partícula, segundo a autora, “tem escopo de sintagma nominal, cujo núcleo é um nome contável”. O uso da forma *ita*, no século XXI, em nomes contáveis, é exemplificado em (161) e (162).

- (161) <baré **ita**> (XXI)
 (162) <igara **ita**> (XXI)

Exemplos retirados de Cruz (2011, p. 165).

É interessante comentar também que a gramaticalização da forma {-*etá*} ([-*ita*] ~ [-*ta*]) acabou por fornecer material fonológico e morfológico para a emergência de um ‘pronome de terceira pessoa do plural’ *aeta* ~ *aita*, o que desencadeou uma concordância de número já no Nheengatu do século XIX, conforme Cruz (2015, p. 427). Depois, a forma clítica *ta=*, combinada com o prefixo de flexão verbal de terceira pessoa *u-*, segundo Cruz (2015), forneceu material fonológico para a emergência de um prefixo de terceira pessoa do plural ({*ta-*} ([*ta-*] ~ [*tu-*])), para a série ativa; {*ta-*}, para a série não-ativa), o que desencadeou, por conseguinte, a possibilidade de o Nheengatu do século XXI usar um prefixo de terceira pessoa do plural no verbo, fazendo surgir um sistema pronominal mais simétrico nessa variedade em comparação

à variedade do século XIX (CRUZ, 2015, p. 431)²⁴ e em comparação à LG dos séculos anteriores.

5.1.3 Empréstimos com o sufixo {-a}

Lemos Barbosa (1956) afirma, em sua gramática, que uma das características mais marcantes do Tupinambá é o fato de a distinção entre nomes e verbos não ser nítida, “pois todo nome pode tornar-se predicado, e todo verbo no infinitivo é um verdadeiro nome”. A observação do autor vai ao encontro da hipótese de Queixalós (2006), já apresentada no início deste capítulo, de que todas as línguas da família Tupi-Guarani são descendentes de uma língua na qual as suas entradas lexicais funcionavam prioritariamente como predicado.

No Tupinambá, bem como no Kamaiurá (SEKI, 2000), no Tapirapé (PRAÇA, 2007) e no Guajá (MAGALHÃES, 2007), por exemplo, nomes e verbos podem ocorrer como predicados e como argumentos, sem que seja necessário haver qualquer processo derivacional. No entanto, para que um nome ou um verbo possa ocupar a posição de argumento no Tupinambá, essa base lexical precisa receber o sufixo {-a} ([-a] ~ [ø]), chamado de *sufixo referenciante*²⁵, por Queixalós (2006).

Como foi visto na seção 4.2.1, a LG, até o século XX, recorria à epêntese de vogais no final das palavras para transformar sílabas CVC em sílabas CVCV. Essa vogal epentética, na maioria dos casos, tratava-se da vogal [a]. Além disso, outros vários empréstimos encontrados que terminavam em uma vogal diferente de [a] tiveram a vogal final alterada para a vogal [a]. Neste trabalho, interpreta-se essa vogal, que ora aparece como vogal epentética e ora é resultado da alteração da vogal final, como o sufixo referenciante {-a}, o qual faz com que uma base lexical seja capaz de referenciar.

O uso do morfema {-a} nos empréstimos está ilustrado nos exemplos de (163) a (187) abaixo:

PB	LG (XVI-XVIII)
(163) <rei>	<rey- a >
(164) <cruz>	<curuç- á >

²⁴ Para uma discussão mais detalhada sobre o desenvolvimento de concordância em número no Nheengatu, cf. Cruz (2015).

²⁵ Esse sufixo recebeu várias denominações na literatura, como: *índice nominal* (Rodrigues, 1953; Lemos Barbosa, 1956), *caso nominal* (Rodrigues, 1981a; Jensen, 1989); *nominalizador* (Almeida; Irmãzinhas de Jesus & Paula, 1983; Vieira, 1993); *caso argumentativo* (Rodrigues, 1996, 2001; Praça, 1999); *caso nuclear* (Seki, 2000; Borges, 2006).

PB	LG (XVIII-XIX)
(165) <almoçar>	<almoçar- a >
(166) <altar>	<altar- a >
(167) <anel>	<aner- a >
(168) <arcabuz>	<aracabuç- a >
(169) <chapéu>	<chapeo- á >
(170) <cruz>	<curuç- á >
(171) <funil>	<funĩr- a > ~ <fundir- a >
(172) <jantar>	<jandar- a >
(173) <mãe>	<may- a >
(174) <merendar>	<merendar- a >
(175) <pai>	<pay- a >
(176) <papel>	<papér- a >
(177) <quintal>	<kendar- a >
(178) <rei>	<rey- a >
(179) <tambor>	<tamur- a > ~ <tambor- a >
PB	LG (XIX-XX)
(180) <cunhado>	<conhar- a >
(181) <macaco>	<macac- a >
(182) <martelo>	<martér- a >
(183) <pano>	<pan- a >
(184) <bichano>	<pixãn- a >
(185) <soldado>	<sorár- a >
(186) <terçado>	<traçar- a >
(187) <balaio>	<varay- a >

Na documentação da LG, a partir da segunda metade do século XIX ao século XX, alguns empréstimos com o sufixo {-a} reaparecem. No entanto, nesse período, não aparece nem um outro novo exemplo que demonstre o uso do sufixo referenciante junto a bases lexicais do Português. O fato de não aparecer nem um empréstimo novo com o sufixo {-a} pode ser um

indício do momento em que esse sufixo deixa de ser produtivo, ou seja, perde seu valor gramatical.

De acordo com Cruz (2011, p. 115), no Nheengatu do século XXI, como já comentado anteriormente, o sufixo referenciante {-a} já não apresenta mais produtividade morfológica e aparece apenas como vestígio fonológico em palavras que precisam de uma vogal epentética para resolver a restrição de coda no final do vocábulo, tendo em vista que nomes passam a funcionar cada vez mais exclusivamente como argumentos e os verbos, como predicados.

Além disso, o sufixo {-a}, ainda de acordo com Cruz (2011, p. 116), foi mantido, também, como vogal epentética em palavras que mais frequentemente ocorriam como LEXEMA-*a* na LG, isto é, em Nheengatu, esse sufixo manteve-se na maioria dos nomes, como é demonstrado por Cruz (2011, p. 112), nos exemplos aqui renumerados de (188) a (190):

(188) /'kuara/	['k ^w a.ra]	‘buraco’
(189) /pi'tuna/	[pi.'tu.na]	‘noite’
(190) /mi'tima/	[mi.'ti.ma]	‘plantação’

Exemplos retirados de Cruz (2011, p. 112).

5.2 Empréstimos que recebem morfologia derivacional

A derivação é um processo morfológico que cria novos itens lexicais por meio de inserção de afixos a uma base lexical. Esse processo, de acordo com Payne (2006, p. 39), é relativamente não produtivo, uma vez que morfemas derivacionais não podem ser afixados em todos os radicais de uma determinada classe. Além disso, ainda segundo Payne (2006), morfemas derivacionais podem não ter o mesmo efeito sempre que aplicados. É importante pontuar, mais uma vez, que tais características são atribuídas a afixos derivacionais prototípicos, tendo em vista que, como já mencionado, a distinção entre flexão e derivação se dá em termos de um contínuo.

A partir do conceito fornecido por Payne (2006), observou-se que, no processo de contato do Português com a LG, entre os séculos XVI e XXI, foram encontrados empréstimos que receberam tanto derivação prefixal (5.2.1) quanto derivação sufixal (5.2.2).

5.2.1 Derivação prefixal

Os empréstimos do Português que receberam prefixos derivacionais da língua nativa dividiram-se em: (5.2.1.1) Empréstimos que recebem o prefixo causativo {mo-} e (5.2.1.2)

Empréstimos que recebem o prefixo reflexivo {je-}. Esses prefixos têm a função de mudança de valência. O primeiro funciona aumentando a valência de predicados intransitivos, isto é, aumentam a valência de predicados que permitem a seleção de apenas um argumento; enquanto o segundo funciona diminuindo a valência de um predicado transitivo, que permite a seleção de dois argumentos.

5.2.1.1 Empréstimos que recebem o prefixo causativo {mo-}

O prefixo causativo é um morfema que promove aumento de valência de predicados intransitivos. Na LG, até o século XX, o morfema causativo é marcado pelo prefixo {mo-}, o qual se afixa tanto a nomes quanto a verbos intransitivos – devido à característica transcategorial da morfologia da língua –, derivando verbos transitivos. Por sua vez, os sujeitos dos verbos causativizados, necessariamente, desempenham um papel temático de causador de alguma situação.

Os exemplos (191) e (192) demonstram o uso do causativo com nomes, os quais passam a funcionar como verbos transitivos. Esses exemplos foram encontrados em vocabulários, portanto não contam com um contexto que permita ver os seus usos em uma oração.

(191) *mo-xabí* (XVIII-XIX)

CAUS-chave

‘fechar com chave.’ (*literal.* ‘chavear’)

(192) *mo-cruçá* (XIX-XX)

CAUS-cruz

‘fazer o sinal da cruz.’ (*literal.* ‘cruzar’)

No Nheengatu do século XXI, a causativização permanece como um processo bastante produtivo que ainda ocorre com nomes (193) e com verbos intransitivos, ativos (194) ou estativos (195), fazendo com que eles sejam derivados para funcionarem como verbos transitivos. Entretanto, de acordo com Cruz (2011), o prefixo {mo-} encontrado até o século XIX, sofreu alterações fonológicas, transformando-se em {mu-}, realizado apenas como nasalização diante de consoantes bilabiais.

(198) *je-enganane* (XVIII-XIX)
 REFL-enganar
 ‘enganar-se.’

(199) *je-gavár* (XVIII-XIX)
 REFL-gabar
 ‘gabar-se.’

Em (200) e em (201), têm-se exemplos em que há, primeiro, o processo de aumento de valência com o prefixo causativo {mo-}, que é afixado a um nome, e, depois, há o processo de redução de valência com o prefixo {je-}. Sendo assim, a princípio, o nome precisa ser transformado em verbo transitivo por meio da inserção do prefixo causativo {mo-} e, depois, ele poderá sofrer a redução de valência com o reflexivo.

(200) *je-mo-camárar* (XVIII-XIX)
 REFL-CAUS-amigo
 ‘amigar-se.’

(201) *je-mo-curuçá* (XVIII-XIX)
 REFL-CAUS-cruz
 ‘benzer-se.’

No Nheengatu do século XXI, o reflexivo é marcado pelo prefixo {yu-} e, conforme observa Cruz (2011, p. 294), esse morfema aglomera as funções reflexivo/recíproco²⁶, o que permite com que verbos transitivos sejam transformados em intransitivos, como demonstrado de (202) a (204).

(202) *a-yu-siki* *xinga*
 1SG.A-R/R-puxar ATT
 ‘arrastei-me um pouco.’

²⁶ No Tupinambá e na LG, o morfema que marca recíproco é o prefixo {jo-}. Esse morfema não foi encontrado em uso com nenhum empréstimo nas documentações analisadas.

(203) *ape a-yu-perdei*
 CONJ 1SG.A-R/R-perder
 ‘aí, me perdi.’

(204) *ta-yu-surrai*
 3PL.A-R/R-surrar
 ‘eles se surravam [a si mesmos].’

Exemplos retirados de Cruz (2011, p. 295, 296; glosa adaptada).

Assim como foi encontrado na LG, no Nheengatu também há casos em que, primeiro, usa-se o causativo como aumento de valência e, depois, usa-se o reflexivo para reduzir a valência, como é mostrado em (205).

(205) *professor ta-yu-m-apatuka*
 professor 3PL.A-R/R-CAUS-atrapalhar
 ‘os professores se atrapalharam [a si mesmos].’

Exemplos retirados de Cruz (2011, p. 297; glosa adaptada).

5.2.2 Derivação sufixal

Os empréstimos do Português que receberam sufixos derivacionais na LG dividem-se em: (5.2.2.1) Empréstimos que recebem nominalizadores de temas verbais; (5.2.2.2) Empréstimos que recebem o morfema aumentativo {-wasú}; (5.2.2.3) Empréstimos que recebem o morfema diminutivo {-miri} e (5.2.2.4) Empréstimos que recebem o sufixo formador de coletivos {-tyba}.

5.2.2.1 Empréstimos que recebem nominalizadores de temas verbais

A nominalização de tema verbal é um processo que permite criar nomes a partir de uma base verbal cuja função é ser núcleo de um sintagma nominal. Baseado nas análises da documentação do século XVI sobre o Tupinambá, Rodrigues (1953, 2010), listou oito tipos distintos de nominalizadores existentes nessa língua, entre os quais, seis derivam nomes a partir de verbos; um deriva nomes a partir de sintagmas posposicionais ou de sintagmas adverbiais e um é usado para criar nomes a partir de predicados.

Conforme Cruz e Praça (2019), em Tupinambá, seis morfemas distintos são capazes de criar nomes que ocupam a posição de argumento, são eles: {-ár}

‘nominalizador agentivo’; $\{-a\beta\}$ ‘nominalizador de evento e de instrumento’; $\{-pir\}$ ‘nominalizador de tema/paciente’; $\{emi-\}$ ‘nominalizador resultativo’; $\{-\beta or\}$ ‘nominalizador agentivo habitual’ e $\{-swér\}$, que indica um agente que caracterizado pela ação denotada pelo verbo.

No desenvolvimento do Tupinambá para o Nheengatu, de acordo com Cruz e Praça (2019), os morfemas nominalizadores diminuíram de oito para apenas quatro, sendo eles $\{-sa(wa)\}$ ‘nominalizador eventivo’; $\{-sa(ra)\}$ ‘nominalizador agentivo’; $\{-wara\}$ ‘nominalizador circunstancial’ e a partícula *waa* ‘nominalizador gramatical’.

Nos dados levantados, entre os empréstimos que receberam sufixos nominalizadores, foram encontrados exemplos apenas do nominalizador agentivo $\{-ar\}$ (5.2.2.1.1) e do nominalizador de evento e de instrumento $\{-a\beta\}$ (5.2.2.1.2).

5.2.2.1.1 Empréstimos que recebem o nominalizador agentivo $\{-ár\}$

O nominalizador agentivo $\{-ar\}$ ($[-ar] \sim [-sár]$), de acordo com Cruz e Praça (2019), é um morfema que permite derivar nomes a partir de uma raiz verbal transitiva, produzindo uma ideia de que o nome é aquele que executa a ação denotada pelo verbo. Exemplos de empréstimos com esse sufixo aparecem apenas a partir da segunda metade do século XVIII ao século XX, como mostrado em (208) e em (209).

(208) *enganane-çãr-a* (XVIII-XIX)
enganar-NMLZ-RFR
‘o que engana.’

(209) *pesar-çar-a* (XIX-XX)
pesar-NMLZ-RFR
‘o que pesa.’

No Nheengatu do século XXI, o nominalizador de agente é o sufixo $\{-sa(ra)\}$, que, de acordo com Cruz (2011, p. 129), pode também ocorrer com verbos emprestados do Português, como exemplificado em (210). Entretanto, ainda segundo Cruz (2011, p. 247), o sufixo nominalizador de agente, além de ser restrito ao prefixo de terceira pessoa

da série dinâmica $\{u-\}$, é usado especificamente em verbos dinâmicos, o que faz com que esse morfema tenha uma menor produtividade.

- (210) *aitenhaã u-mu-kirai-sa te u-munhã kuaru buneku*
 DEMDIST 3SG.A-CAUS-criar-NMLZAG FOC 3SG.A-fazer quatro boneco
 ‘Aquele criador, ele mesmo, fez quatro bonecos.’

Exemplos retirados de Cruz (2011, p. 129; glosa adaptada).

5.2.2.1.2 Empréstimos que recebem o nominalizador de evento e de instrumento $\{-\acute{\alpha}\beta\}$

O sufixo nominalizador de circunstância $\{-\acute{\alpha}\beta\}$, de acordo com Cruz e Praça (2019), é um nominalizador mais genérico que cria nomes para expressar evento, instrumento ou localização. Nesse sentido, como um nominalizador de instrumento, Cruz e Praça (2019) afirmam que esse sufixo, ao ser inserido em uma base verbal, cria a ideia de “coisa usada para executar a ação denotada pelo verbo”. Além disso, ainda de acordo com Cruz e Praça (2019), o sufixo $\{-\acute{\alpha}\beta\}$ pode também indicar um locativo nominal, isto é, um nome que trará a ideia de “lugar onde a ação denotada pelo verbo ocorre”. Por fim, o nominalizador de circunstância pode indicar também “tempo o qual a ação denotada pelo verbo ocorre”.

Foram encontrados, entre a documentação da segunda metade do século XVIII à primeira metade do século XIX, dois exemplos de empréstimos com o sufixo $\{-\acute{\alpha}\beta\}$, mostrados em (211) e em (212).

- (211) *enganand-ab-a* (XVIII-XIX)
 enganar-NMLZ-RFR
 ‘ardil para enganar.’
- (212) *xabix-ab-a* (XVIII-XIX)
 chave-NMLZ-RFR
 ‘fechadura.’

No Nheengatu do século XXI, o sufixo *-sa(wa)*, chamado por Cruz (2011, p. 246) de ‘nominalizador eventivo’, deriva nomes de atividades, de processo ou de estado, como

exemplificado em (213), preservando mais as características verbais e podendo combinar-se com qualquer prefixo do índice de pessoa ativo.

- (213) *yane-kultura yane-kostume ya-vivei-sa*
 1PL.NA-cultura 1PL.NA-costume 1PLA-viver-NMLZ
nhaã nunca re-pudei re-perdei
 DEMDIST nunca 2SG.A-poder 2SG.A-perder

‘nossa cultura, nosso costume, nosso viver... Isso, você nunca pode perder.’

Exemplo retirado de Cruz (2011, p. 249; glosa adaptada).

5.2.2.2 Empréstimos que recebem o morfema aumentativo {-wasú}

No Tupinambá, o morfema {-wasú} ([-wasú] ~ [-usú]) ‘aumentativo’, conforme Oliveira (2008), é um sufixo derivacional que permite criar novos nomes a partir de bases nominais. Na LG, esse morfema aparece sendo afixado a empréstimos do Português, como é mostrado em (214) e em (215).

- (214) altára **usú** ‘altar mor’ (XVIII-XIX)
 (215) jantara **usú** ‘banquete’ (XVIII-XIX)

Pode-se perceber que a forma *usú*, quando registrada nos documentos do século XVIII ao século XIX, apareceu como palavra separada do nome emprestado. Oliveira (2008) argumenta que isto pode ser um indício da predisposição da LG para construções analíticas no lugar de construções sintéticas. É possível ainda que a forma *usú* tenha sido registrada como palavra separada nas documentações pelo fato de sua ocorrência como forma livre ser mais frequente que sua ocorrência como forma presa.

No Nheengatu do século XXI, conforme Cruz (2011, p. 242), o morfema que denota aumentativo ainda é o sufixo {-wasú} ‘aumentativo’, como ilustrado em (216).

- (216) *yakare-wasu*
 jacaré-AUM
 ‘jacaré grande.’

Exemplo retirado de Cruz (2011, p. 243).

5.2.2.3 Empréstimos que recebem o morfema diminutivo {-miri}

O morfema derivativo {-*miri*} ‘diminutivo’, assim como o {-*wasú*} ‘aumentativo’, permite criar novos nomes a partir de sua inserção a bases nominais. Esse morfema foi encontrado em dois empréstimos do Português à LG, mas foi registrado como nome independente, como pode ser visto em (217) e (218). Novamente, pode-se pensar que {-*miri*} ocorria com maior frequência como forma livre do que como forma presa e, por isso, foi registrado pelos estudiosos como palavra independente na documentação.

- (217) kuruçá **miri** ‘cruzinhas’ (XIX-XX)
 (218) panera **miri** ‘panelinha’ (XIX-XX)

No Nheengatu do século XXI, o morfema derivativo {-*miri*} ‘diminutivo’ ainda ocorre agregado a nomes, como pode ser visto no exemplo (219) e (220) a seguir:

- (219) *iwitera-miri*
 serra-DIM
 ‘serra pequena.’
- (220) *pirá-miri*
 peixe-DIM
 ‘peixinho.’

Exemplos retirados de Cruz (2011, p. 242 e 243).

De acordo com Cruz (2011, p. 241), o {-*miri*} ‘diminutivo’ também pode ser encontrado como nome independente, em contextos bem específicos, como exemplificado em (221):

- (221) *u-yumusarai mi-ta=rũ*
 3SG.A-brincar DIM-3SG.NA-COM
 ‘brincava com as coisinhas.’

Exemplo retirado de Cruz (2011, p. 242; glosa adaptada).

No entanto, apesar de aparecer como nome independente, Cruz (2011, p. 242) trata o {-miri} como sufixo derivacional, tendo em vista que a sua ocorrência como forma independente é limitada. Nesse caso, tendo em vista que não há como afirmar que o morfema {-miri} sofre um processo de “desgramaticalização”, passando a ocorrer de modo livre, não há como afirmar também se os exemplos (219) e (220) ocorrem com o {-miri} na forma livre ou se há um equívoco no registro desses termos por parte de quem os registrou.

5.2.2.4 Empréstimos que recebem o morfema formador de coletivo {-tyba}

O sufixo {-tyba} ([-tyba] ~ [-dyba]) ‘coletivo’ serve para, junto a uma base lexical, dar uma ideia de abundância, formando coletivos. Esse sufixo aparece com empréstimos do Português somente na documentação dos séculos XVIII e XIX, como mostrado em (224) e (225):

(224) *laranja-tyba*

laranja-COL

‘laranjal’

(225) *kan-dyba*

cana-COL

‘canavial’

Acerca do Nheengatu do século XXI, não foi encontrado nem um dado, entre os levantados, que pudesse demonstrar o uso do {-tyba} ([-tyba] ~ [-dyba]) ‘coletivo’. Segundo Cruz, em comunicação pessoal, o {-tyba} ‘coletivo’ mantém-se em algumas palavras do Nheengatu no século XXI, mas não é mais produtivo nessa língua.

5.3 Palavras compostas por uma raiz emprestada do Português e outra raiz da LG

Diferentemente das outras seções, em que foram demonstrados processos de flexão e de derivação, nos quais a raiz era um empréstimo e os afixos eram de origem da LG, nesta seção são descritas formações conhecidas por composição. Pela quantidade de exemplos encontrados, em relação aos outros processos morfológicos, a composição

parece ter sido o processo mais utilizado como estratégia de criação de novos itens lexicais na LG, apesar de só começar a aparecer na documentação da segunda metade do século XVIII.

De acordo com Matthews (1991), a composição é um processo morfológico que concerne na formação de um lexema composto a partir da combinação de duas ou mais raízes lexicais²⁷. No exemplo (227), a composição *librú papére* ‘folha de livro’ foi constituída por duas raízes emprestadas. Contudo, é possível observar também, nos dados levantados, composições híbridas, ou seja, constituídas por raízes de origem diferentes, sendo uma das raízes emprestada do Português e a outra raiz de origem da língua nativa.

Os compostos, a seguir, foram formados a partir da combinação de duas raízes nominais (N+N), como nos exemplos (226) a (230) e (234) a (238), ou a partir da combinação de uma base nominal acompanhada por uma raiz verbal intransitiva²⁸ (N+V), como nos exemplos (231) a (233) e (239) a (243).

LG (XVIII – XIX)		PB
(226) iandé +pay + ypy	nosso + pai+ primeiro	Adão
(227) librú papére	livro + papel	folha de livro
(228) pay tinga	pai + branco	amo; senhor
(229) may(a) angaba	mãe + imagem	madrinha
(230) moyra ²⁹ kuruçá	conta + cruz	rosário
(231) xaví monhang+ara	chave + fazer + NMLZ _{AG}	serralheiro
(232) panera monhang+ara	panela + fazer + NMLZ _{AG}	louceiro
(233) pay+missa monhang+ara	pai + missa + fazer + NMLZ _{AG}	sacerdote
LG (XIX-XX)		PB
(234) missa pytuna	missa + noite	natal

²⁷ Em termos semânticos, o sentido do nome composto não necessariamente é resultado da soma das partes que o constituem, podendo ser completamente arbitrário, como é exemplificado na palavra *paytinga* ‘amo; senhor’, que é formada pela composição entre *pay* ‘pai’, empréstimo do Português, e *tinga* ‘branco’.

²⁸ Com base em estudos de línguas da família de Tupi-Guarani, os verbos intransitivos são interpretados nesta pesquisa como verbos descritivos.

²⁹ A palavra *moyra* significa ‘conta’, ‘miçanga’ e dá a ideia de algo como ‘contar miçangas’. Essa palavra, junto ao empréstimo *kuruçá*, formou um composto cujo significado foi interpretado como ‘rosário’, literalmente ‘contas da cruz’.

(235) papéra ianama oçú	papel + grosso + AUM	papelão
(236) pay apytera	pai + o que está no centro	coroa de padre
(237) yra may+a	mel + mãe + RFR	abelha
(238) pána ayba	pano + ruim	trapo
(239) papéra jimboeç+ára	papel + ensinar + NMLZ _{AG}	letrado
(240) pána monhang+ába	pano(N) + fazer + NMLZ _{CIRC}	tear
(241) pána monhang+ara	pano(N) + fazer + NMLZ _{AG}	tecelão, tecedeira
(242) panéra monhang+aba	panela + fazer + NMLZ _{CIRC}	olaria
(243) pána petéca	pano + bater com a palma da mão	lavar a roupa

Nos exemplos (231), (232) e (233), dos séculos XVIII e XIX, e, nos exemplos (239) a (243), dos séculos XIX e XX, observa-se um tipo de formação de palavras denominado de *incorporação nominal*, que ocorre quando um ‘nome’ é incorporado a um ‘verbo’, derivando, assim, um ‘verbo intransitivo’. Neste caso, a incorporação nominal tem um caráter de formação de palavras muito semelhante ao da composição nominal. Segundo Sapir (1911), Mithun (1984) e Payne (1999), a incorporação nominal contribui de forma significativa para o enriquecimento do léxico. Cabe ressaltar também que os verbos oriundos da incorporação foram nominalizados.

É importante pontuar, ainda, que há uma distinção, em línguas da família Tupi-Guarani, entre compostos e sintagmas nominais. Um dos critérios mais importantes para fazer essa distinção, nas línguas dessa família, é o fato de os compostos não aceitarem ocorrer na forma lexical iniciada com o relacional [r] (cf. Dietrich, 2010, p. 15), que indica um nome de possuidor, como exemplificado em (244).

- (244) pay r-oça
pai R-casa
‘casa do frade’

No Nheengatu do século XXI, a composição nominal, de acordo com Cruz (2011, p. 255), é um processo ainda muito produtivo utilizado para a criação de novas palavras a partir da justaposição de dois temas nominais (245), além de haver, também, casos de compostos formados por um nome que é modificado por um verbo estativo (246) e (247).

(245)

kiinha + pirá	pimenta + peixe	kinhãpira	caldo de peixe
---------------	-----------------	-----------	----------------

(246)

kaa + puamu	mato + estar. em.pé	kapuamu	ilha
-------------	---------------------	---------	------

(247)

ii + piranga	água + ser.vermelho	i-piranga	água do Rio Negro
--------------	---------------------	-----------	-------------------

Exemplos retirados de Cruz (2011, p. 257).

5.4 Sistematização dos morfemas que ocorrem com empréstimos em perspectiva diacrônica

Nesta seção, é apresentada uma sistematização de todos os morfemas usados em empréstimos entre os séculos XVI e XXI no quadro 15 a seguir:

Quadro 15: Sistematização dos morfemas que ocorrem com empréstimos em perspectiva diacrônica

		XVI- XVIII	XVIII- XIX	XIX- XX	XXI	
Morfemas flexionais	Marcadores de pessoa	√	√	√	√	
	Atributivo	√				
	Plural			√	√	
	Referenciante	√	√	√		
Morfemas derivacionais	Causativo		√	√	√	
	Reflexivo		√		√	
	Nominalizador	Agentivo		√	√	√
		Evento/ Instrumento		√		√
	Aumentativo		√		√	
	Diminutivo			√	√	
	Coletivo		√			
Composição	Composição nominal		√	√	√	
	Incorporação nominal		√	√		

Fonte: A autora (2020).

CAPÍTULO 6: EMPRÉSTIMOS DIRETOS

Como já foi visto anteriormente, vários vocábulos do Português incorporados à LG, durante os séculos de contato, sofreram adaptações fonológicas segmentais, silábicas e acentuais. Isso ocorre porque essas palavras passam por uma espécie de “filtro” que soluciona diferentes “obstáculos” entre a língua-fonte e a língua-alvo. Esse tipo de adaptação é comum ao curso natural das línguas e ocorre devido à necessidade de ampliação vocabular, que é consequência de novas experiências socioculturais.

No entanto, exemplos de empréstimos lexicais que não sofreram qualquer tipo de adaptação fonológica também foram registrados na documentação das três etapas da LG, como mostram os dados a seguir:

PB	LG (XVI-XVIII)	
(248) ['bis.pɔ]	['bis.pɔ]	‘bispo’
(249) ['mi.sɐ]	['mi.sɐ]	‘missa’
(250) [mi.'la.gɾi]	[mi.'la.gɾi]	‘milagre’
(251) [pe.'ka.dɔ]	[pe.'ka.dɔ]	‘pecado’
(252) [ɐ.'pɔs.tɔ.lu]	[ɐ.'pɔs.tɔ.lu]	‘apóstolo’
(253) ['gra.sɐ]	['gra.sɐ]	‘graça’
(254) ['xej.no]	['xej.no]	‘reino’
PB	LG (XVIII-XIX)	
(255) [bã.'dej.rɐ]	[bã.'dej.rɐ]	‘bandeira’
(256) [ka.rɐ.'pu.sɐ]	[ka.rɐ.'pu.sɐ]	‘carapuça’
(257) ['ʃũ.bo]	['ʃũ.bo]	‘chumbo’
(258) ['tʃĩ.tɐ]	['tʃĩ.tɐ]	‘tinta’
(259) ['emɐ]	['emɐ]	‘ema’
(260) [põ.'ta.dɐ]	[põ.'ta.dɐ]	‘pontada’
(261) [pro.me.'teR]	[pro.me.'teR]	‘prometer’
PB	LG (XIX-XX)	
(262) [puR.ga.'tɔ.rɪw]	[puR.ga.'tɔ.rɪw]	‘purgatório’

(263) ['sã.tu]	['sã.tu]	‘santo’
(264) [ʒu.'is]	[ʒu.'is]	‘juiz’
(265) [pe.'sow.a]	[pe.'sow.a]	‘pessoa’
(266) [viR.'ʒẽ]	[viR.'ʒẽ]	‘virgem’
(267) ['mi.sɐ]	['mi.sɐ]	‘missa’

Pode-se perceber, nos exemplos acima, que essas palavras foram registradas na documentação sem o “filtro” da LG. Nesse caso, é possível observar a ocorrência de segmentos inexistentes na LG, até o século XX, como é o caso da oclusiva, coronal sonora [d], que aparece nos exemplos (251), (255) e (260). Além disso, há também a ocorrência da oclusiva bilabial sonora [b], em (248) e (255), da oclusiva velar sonora [g], em (250), (253) e (262) ou da fricativa palatal sonora [ʒ], como pode ser visto em (264) e (266). Além dos segmentos alheios ao sistema fonológico da LG, os empréstimos diretos apresentam uma estrutura silábica de CCV, nos exemplos (250), (253) e (261), ou CVC, como em (248), (252), (261) e (262) e (266), que, conforme já foi mencionado na seção 4.2, tende a ser evitada pela LG por meio da epêntese de vogal ou do apagamento da consoante em coda.

Por fim, outro ponto importante a ser mencionado é a respeito do acento. Como já foi visto, a LG, até o século XX, segue um padrão acentual iâmbico. O Português, por outro lado, tem preferência pelo padrão troqueu moraico, embora o seu acento seja lexical. Nos empréstimos diretos, no entanto, não há qualquer estratégia de adaptação sendo realizada para que a LG retome o padrão iâmbico nos empréstimos, o que pode ser visto na maior parte dos exemplos, como em (253), (263) e (267).

É possível perceber que a maior parte desses empréstimos ditos como diretos são palavras que estão dentro de um campo semântico religioso cristão, o que pode nos levar a questionar se tais palavras realmente estavam sendo usadas na LG pelos falantes de LG ou se elas apenas foram apresentadas na documentação de modo direto por uma dificuldade dos autores de traduzi-las para a LG.

No século XXI, todos os novos empréstimos que entram no léxico do Nheengatu parecem seguir os padrões fonológicos do Português. Cruz (2011, p. 119), ao observar textos recolhidos de falantes monolíngues em Nheengatu ou bilíngues em Nheengatu e

em uma das línguas Arawak, afirma que “virtualmente qualquer lexema do Português pode ser incorporado à estrutura do Nheengatu como empréstimo, mantendo segmentos, /z, ʎ ʒ, g, l, v, f, x, o, ɔ/, e padrões silábicos, como CCV, (C)VC, estranhos ao léxico nativo”.

No quadro (16), retirado de Cruz (2011, p. 119 e 120), são exemplificados os usos dos segmentos e dos padrões silábicos não nativos que ocorrem com os empréstimos do Português no Nheengatu do século XXI:

Quadro 16: Exemplos de empréstimos do Português para o Nheengatu, usados por falantes que não falam Português

Problema		Língua-fonte (Português)	Língua-alvo (Nheengatu)
Segmentos não-nativos	/g/	<aguentar> /aguen'tar/	/u-aguen'tari/ [wa.guen.'ta.ri] 2SG.A-aguentar 'você aguenta'.
	/ʎ/, /o/	<melhorar> /meʎo'raR/	/u-iu-meo'raj/ [u.ju.me.ʎo.'raj] 3SG.A-R/R-melhorar 'ele se melhora'.
	/v/	<viver> /vi'ver/	/ia-vi'vei/ [ja.vi.'vej] 1PL.A-viver 'nós vivemos'.
	/z/	<usar> /u'zaR/	/tau-'uzai/ [taw.'zaj] 3PL.NA-usar 'eles são usados'.
	/f/	<chefe> /ʃɛfe/	/tau-'ʃɛfi/ [ta.'ʃɛ.fi] 3PL.NA -chefe 'eles são chefes'.

	/x/,/l/,/ʒ/,/ɔ/	<relógio> /re'loʒio/ [xe.'lɔ.ʒiw]	
Padrão silábico não-nativo	VC (coda)	<escapar> /eska'paR/ 3PL.A -escapar	/tau-iska'pari/ [ta.is.ka.'paj]
	CCV	<compreender> /kompreen'deR/ 1PL.A -compreender 'nós compreendemos'.	/ia-kompreen'dei/ [ja.kom.pre.en.'dej]

Exemplos retirados de Cruz (2011, p. 119 e 120; glosa adaptada e tradução nossa).

A respeito do padrão acentual, de acordo com Cruz (2011, p. 120), a adaptação ou não vai depender de qual classe de palavra é o empréstimo. Nos verbos ativos emprestados do Português, mantêm-se os segmentos fonológicos alheios, entretanto há uma adaptação ao ritmo acentual do Nheengatu. Sabe-se que a forma infinitiva dos verbos do Português é marcada pelo morfema *{-r}* 'infinitivo' e possui acento final previsível. No entanto, os verbos do Português no infinitivo, ainda conforme Cruz (2011, p. 120), violariam a restrição de coda do Nheengatu. Para, então, não violar a coda, ocorre, no Nheengatu, a epêntese de uma vogal [i], que forma a estrutura -'CVri#, mas que não tem acento final. Desse modo, para reestabelecer o acento final, ocorre o apagamento do [r] intervocálico e cria-se um ditongo. Esse processo é exemplificado no quadro (17):

Quadro 17: Processo de adaptação de empréstimos verbais

Língua	Estágio	Processo	Exemplo
PB	0		<escravizar> /eskravi'zaR/ [is.kra.vi.'zaR]
Nh	1		/iskravi'zari/ [is.kra.vi.'za.ri]
	2		/iskravi'zari/ [is.kra.vi.'zaj]
PB	0		<poder>

			/podeR/ [po.'deR]
Nh	1		/u-pu.'deri/ [u.pu.'de.ri]
	2		/u-pu.'deri/ [u-pu.'dej] 3SG _A -poder 'ele pode'.

Quadro retirado de Cruz (2011, p. 79; tradução nossa).

Por outro lado, no caso dos nomes e dos adjetivos, Cruz (2011, p. 120) afirma que o acento do Português é preservado. Desse modo, em relação aos não-verbos, os falantes acabam distinguindo os padrões acentuais do Português e os padrões acentuais do Nheengatu.

Como já foi observado anteriormente, de acordo com Cruz (2011, p. 121), a geração que nasceu a partir das décadas de 1960 e de 1970 é totalmente bilíngue em Nheengatu e Português, mesmo em regiões mais afastadas. Como bilíngue, essa geração tem pleno acesso aos dois sistemas fonológicos e, portanto, não há a necessidade de se adaptarem fonemas, padrões silábicos e padrões rítmicos do Português ao Nheengatu.

CAPÍTULO 7: HIERARQUIA DE EMPRÉSTIMOS

De acordo com Matras (2009, p. 153), existe uma diferença na probabilidade de diversas classes de palavras ou tipos de morfemas serem afetados pelos empréstimos. Segundo o autor, pode-se afirmar que uma categoria X tem mais probabilidade de ser emprestada que uma categoria Y se a categoria X for emprestada com maior frequência em uma comparação entre línguas. Partindo dessa afirmação, Matras (2007) propõe uma hierarquia de empréstimos, baseada na comparação entre 27 línguas em contato de diferentes partes do mundo, que vai da classe que mais frequentemente é emprestada à classe que menos frequentemente é emprestada, chegando à seguinte hierarquia:

- (1) nomes, conjunções > verbos > marcadores de discurso > adjetivos > interjeições > advérbios > outras partículas, posições > numerais > pronomes > afixos derivacionais > afixos flexionais

A hierarquia proposta por Matras (2007) não é do tipo implicacional, isto é, o empréstimo de um item que faz parte de uma categoria dita superior (nomes, verbos, adjetivos, por exemplo) não é pré-requisito para o empréstimo de um item que faz parte de uma categoria dita inferior (a exemplo dos numerais, dos advérbios, dos pronomes). Além disso, essa hierarquia não é baseada na quantidade de palavras ou de afixos emprestados em cada língua, mas no número de línguas que apresenta o empréstimo de determinada categoria, isto é, todas as 27 línguas comparadas por Matras (*op. cit.*) apresentaram empréstimos de nomes e de conjunções; por outro lado, os empréstimos de afixos flexionais foram verificados em apenas um número pequeno dessas línguas.

7.1 Hierarquia de empréstimos na LG: século XVI ao XXI

Partindo da hierarquia de empréstimos de Matras (2009), algumas observações podem ser feitas em relação aos empréstimos que a LG recebeu e ainda recebe do Português. Nesse sentido, nesta seção, discutem-se os (7.1.1) Empréstimos de nomes, de (7.1.2) Verbos, de (7.1.3) Verbos do Português emprestados como partículas ao Nheengatu, de (7.1.4) Números cardinais, de (7.1.5) Preposições e de (7.1.6) Conjunções.

7.1.1 Empréstimos de nomes

Segundo Matras (2009), a classe de uma língua mais propensa a receber empréstimos é a de nomes. Isso ocorre porque a maior transparência referencial e a autonomia morfossintática são fatores que facilitam o empréstimo de um determinado item. Nesse sentido, os nomes têm uma maior estabilidade referencial que outras classes, da mesma forma que elementos lexicais, de um modo geral, são semanticamente mais transparentes e mais independentes que operadores gramaticais.

Ao olhar para a documentação da LG, entre os séculos XVI e XX, é perceptível que a afirmação de Matras (2009) acaba por se comprovar. Na documentação referente aos três estágios da LG, há empréstimos de nomes. Quantitativamente, os nomes também são os mais emprestados. Em (268), (269) e (270), há exemplos de um nome para cada período da documentação.

(268)	['ka.bra]	>	[ka.ba.'ra]	(XVI-XVIII)
(269)	[pa.'nɛ.la]	>	[pã.nɛ.'ra]	(XVIII-XIX)
(270)	[pa.'pɛl]	>	[pa.'pɛ.ra]	(XIX-XX)

No Nheengatu do século XXI, o empréstimo de nomes permanece ocorrendo, como exemplificado em (271) e (272):

(271)	[xe.'lɔ.ʒiw]	>	[xe.'lɔ.ʒiw]	(XXI)
(272)	['ʃɛ.fi]	>	['ʃɛ.fi]	(XXI)

Exemplos retirados de Cruz (2011, p. 119).

7.1.2 Empréstimos de verbos

A partir da segunda metade do século XVIII ao século XX, a maioria dos empréstimos encontrados na documentação analisada ainda é de nomes, mas já é possível encontrar alguns verbos sendo emprestados do Português para a LG. Em (273) e em (274), há um verbo do Português que, ao entrar como empréstimo na língua nativa, recebe o sufixo nominalizador agentivo {-ar} ([-ar] ~ [-sár]) e passa a funcionar nessa língua como nome:

- (273) *aramoç-ár-a* (XVIII-XIX)
 almoçar.NMLZ.RFR
 ‘o que almoça.’
- (274) *pesar-çar-a* (XIX-XX)
 pesar.NMLZ.RFR
 ‘o que pesa.’

O fato de ter ocorrido a nominalização agentiva do verbo poderia ir ao encontro de um dos estatutos de Moravcsik (1978), que, ao estudar a hierarquia de empréstimos em línguas em contatos, afirma que verbos não podem ser emprestados como verbos para outra língua. No entanto, além de outros autores, como Campbell (1993), terem rejeitado esse estatuto, a LG recebeu, nesse mesmo período, outros empréstimos verbais do Português que permaneceram como verbos na língua, como exemplificado em (275), (276) e (277):

- (275) <servir> (XVIII-XIX)
 (276) <vender> (XVIII-XIX)
 (277) <prometer> (XVIII-XIX)

Nos exemplos (278) e (279), pode-se observar, ainda, que empréstimos verbais não só são encontrados na LG entre os séculos XVIII e XX, como também são encontrados recebendo morfologia da língua nativa:

- (278) *je-gavar* (XVIII-XIX) e (XIX-XX)
 REFL.gabar
 ‘gabar-se.’
- (279) *je-nganane* (XIX-XX)
 REFL.enganar
 ‘enganar-se.’

No Nheengatu do século XXI, também é possível encontrar empréstimos de verbos vindos do Português. Esses empréstimos funcionam na língua tanto como verbos, como é mostrado em (280) e (281), quanto como partículas (v. seção 7.1.3).

(280) *u-aguentari*

3SG.A-aguentar

‘ele aguenta.’

(281) *u-ju-melhorai*

3SG.A-REFL-melhorar

‘ele se melhorou’/ ‘ele se curou.’

Exemplos retirados de Cruz (2011, p. 119; glosa adaptada).

7.1.3 Verbos do Português emprestados como partículas em Nheengatu

O Nheengatu do século XXI possui duas partículas de modalidade deôntica³⁰ formadas a partir de empréstimos do português (CRUZ, 2011, p. 358). A primeira delas é constituída pela terceira pessoa do singular no presente do modo indicativo do verbo *ter*, isto é, *tem*, juntamente à conjunção subordinada *que*, formando a partícula *tenki*. Já a segunda é derivada da expressão deôntica de necessidade do Português *é presisu*, que é constituída pelo verbo *ser*, com valor impessoal, e pelo verbo *precisar*, no particípio, formando a partícula *presizu*. Para Cruz (2011, p. 360), em termos semânticos, *tenki* expressa obrigação e *presizu* indica necessidade. É necessário enfatizar, também, a natureza gramatical desses elementos em nheengatu, opondo-se à natureza mais lexical desses termos em Português.

Essas partículas tratam-se de exemplos de inserção direta, que, conforme Matras (2009, p. 176), são aqueles empréstimos em que um verbo é mantido invariável e é tratado como não-verbo. Como essas partículas foram encontradas por Cruz (2011) em textos espontâneos produzidos por falantes que não têm fluência em Português, é possível dizer que esses termos podem ser considerados como parte do léxico do nheengatu. Em (282)

³⁰ A modalidade deôntica indica o grau de necessidade de que um evento se realize.

e em (283), são exemplificados os usos da partícula *tenki* e, em (284) e (285), são exemplificados os usos da partícula *precizu*:

(282) *kui(ri) paa tenki governu u-aprovai*
 agora REP OBRIG governo 3SG.A-aprovar
 ‘diz que agora o governo tem que aprovar.’

(283) *tenki re-su re-mbeu kuekatu*
 OBRIG 2SG.A -ir 2SG.A -contar mensagem
 ‘você tem que ir falar o recado.’

(284) *presizu ya-kuntai ae yane-nheenga rupi*
 NECESS 1PL.A -falar 3SG 1PL.NA-língua PERL
 ‘é preciso falar isso pela nossa língua.’

(285) *presizu tu-pikũi nhaã*
 NECESS 3PL.A-cavar DEM_{DIST}
 ‘é preciso cavarem aquilo.’

Exemplos retirados de Cruz (2011, p. 359; glosa adaptada).

7.1.4 Empréstimos de numerais cardinais

De acordo com Lemos Barbosa (1956), em Tupinambá, não existem palavras específicas para expressar numerais acima de quatro. Então, para expressar unidades acima de quatro, são utilizados, conforme o autor, alguns recursos como *xe pó* ‘minha mão’, para cinco, ou *opá kó mbó* ‘todas estas mãos’, para dez, ou mesmo *xe pó xe py* ‘minhas mãos e meus pés’, para vinte. De um a quatro, as palavras são *oîepé* ou *moiêpé* ‘um’, *mokõî* ‘dois’, *mosapyr* ‘três’ ou *irundyka* ‘quatro’.

No entanto, além dos empréstimos nominais e verbais, é possível encontrar também empréstimos de numerais cardinais no Tupinambá, registrados na documentação dos séculos XVI à primeira metade do XVIII, como exemplificado em (286) e (287):

(286) <quatorze>

(287) <cinco>

Exemplos retirados de Araújo (1686).

No Nheengatu do século XXI, de acordo com Cruz (2011, p. 269), a quantificação é feita pelas palavras *yepe* ‘indefinido’, que permite a interpretação do numeral um, *mukũi* ‘dois’, *musapi(ri)* ‘três’ e alguns falantes produzem ou, ao menos, reconhecem a forma *irundi* ‘quatro’. Para a quantidade de cinco, usa-se *pu ~puu* ‘mão’.

Cruz (2011, p. 269) afirma ainda que é possível formar combinações para expressar outros números, como *pu yepe* para ‘seis’, *pu musapiri* para ‘oito’ ou *pu pu* para ‘dez’. Essas combinações foram observadas pela autora em um curso de formação de professores. Os demais falantes, entretanto, preferem usar numerais cardinais emprestados do Português, como é mostrado em (288):

(288) *asui ta-yuiri sinku ora*
 CONJ 3PL.A -voltar cinco hora
 ‘aí voltaram cinco horas.’

Exemplo retirado de Cruz (2011, p. 270).

7.1.5 Empréstimos de preposições

O empréstimo de preposições começa a aparecer com a preposição *até* na documentação do Nheengatu a partir da segunda metade do século XIX até o século XX. No entanto, há apenas um contexto em que essa preposição aparece. No Nheengatu do século XXI, a preposição *até* aparece com maior frequência, como é discutido em (7.1.5.1) e há também, neste século, o uso da preposição formada a partir da estrutura *de+o+que* do Português em (7.1.5.2).

7.1.5.1 Empréstimo da preposição *até*

Na última parte da documentação histórica, como já foi dito anteriormente, a maioria dos empréstimos é de nomes e há apenas alguns poucos empréstimos de verbos. No entanto, na obra *Poranduba Amazonense*, de Barbosa Rodrigues (1890), há um trecho, mostrado em (289), em que a palavra ‘até’, que, no Português, pode ser preposição ou advérbio, aparece como empréstimo no nheengatu do século XIX exercendo a função de preposição:

- (289) *ate kuri amo ara, Tangará.*
 até FUT algum dia Tangará
 ‘até algum dia, Tangará.’

Exemplo retirado de Barbosa Rodrigues (1890, p. 299; glosa nossa).

No Nheengatu do século XXI, além de ainda ocorrerem novos empréstimos de nomes e de verbos, os empréstimos de palavras pertencentes a outras classes de palavras acabam por se intensificarem. A princípio, Cruz (2011, p. 225) observou, em textos produzidos por falantes de Nheengatu que não falavam Português, quatro ocorrências da preposição *até*, que, nesse caso, tem a função de delimitar espaço. Nos exemplos de (290) a (293), são ilustrados os usos do *até*:

- (290) *ta-yana ate ike*
 3PL.A-correr até aqui
 ‘correram até aqui.’

- (291) *u-yana ate ike=ntu=wã*
 3SG.A-correr até aqui=RESTR= PFT
 ‘correu até já aqui.’

- (292) *ta-yu-nupa ate kuema*
 3PL.A-R/R-bater até manhã
 ‘bateram-se até de manhã.’

- (293) *tu-yu-surrai ate tu-pita...*
 3PL.A-R/R-surrar até 3PL.A-ficar
Prontu! Aiwã maiwa
 INTJ EXIST_{IMIN} majuba
 ‘surraram-se até ficarem... Pronto! Já é majuba.’

Exemplos retirados de Cruz (2011, p. 225-226; glosa adaptada).

Ainda de acordo com Cruz (2011, p. 226), entre os falantes com alguma fluência em Português, a preposição *até* ocorre com frequência, como mostrado em (294) e (295):

(294) *pai tau-mbue u-iku ate kui(ri)*
 padre 3PL.A -ensinar 3SG.A-estar até agora
 ‘os padres estão ensinando até agora.’

(295) *tu-mu-kuara garapa a=sui ate mi=kiti*
 3PL.A-CAUS-buraco porto DEM=ABLAT até longe=ALAT
 ‘esburacaram o porto dali até para lá.’

Exemplos retirados de Cruz (2011, p. 226; glosa adaptada).

7.1.5.2 Preposição formada a partir da estrutura *de+o+que* do Português

Em textos coletados de falantes de Nheengatu, no século XXI, com algum conhecimento de Português, Cruz (2011, p. 226) afirma ter encontrado o vocábulo *duki*, que é formado pela preposição *de* ‘ablativo’, pelo artigo definido masculino *o* e pela conjunção *que*, todos empréstimos do Português. Conforme Cruz (2011, p. 226), essa estrutura foi reanalisada como uma preposição que é usada unicamente para estabelecer comparação. De acordo com a autora, apesar de ser também possível estabelecer uma comparação empregando o sintagma posposicional nucleado por *sui* ‘ablativo’, na fala cotidiana, a frequência do uso de [*duki* SN]_{SPREP} para estabelecer comparação é muito maior. O exemplo (296) ilustra o uso de *duki*:

(296) *kuxima se-paya ambira tau-vivei puranga pi(ri)*
 antigamente 1SG.NA-pai falecido 3PL.A -viver ser.bonito ser.mais
duki *yande kua tempu*
 COMPAR 1PL DEMPROX tempo
 ‘Antigamente, meus finados pais viviam melhor do que nós neste tempo (agora).’

Exemplo retirado de Cruz (2011, p. 227; glosa adaptada).

7.1.6 Empréstimo de conjunções

Nesta seção são discutidos os empréstimos de conjunções. Essa classe de palavra só foi encontrada como empréstimo no Nheengatu do século XXI, embora, na hierarquia

de Matras (2007), ela aparece como uma das classes que mais comumente é emprestada, juntamente aos nomes.

Em (7.1.6.1), discute-se o empréstimo da conjunção adversativa *mas*; em (7.1.6.2), discute-se o empréstimo da conjunção explicativa *porque*; em (7.1.6.3), discute-se o empréstimo da conjunção alternativa *ou*; em (7.1.6.4), discute-se o empréstimo da conjunção *se*; em (7.1.6.5), discute-se o empréstimo da estrutura *só que* como conjunção comparativa e, por fim, em (7.1.6.6), discute-se o empréstimo da palavra *agora* como conjunção.

7.1.6.1 Empréstimo da conjunção *mas*

A conjunção adversativa do Português *mas* foi adotada pelo Nheengatu como empréstimo, adaptando-se, na língua, como *ma*, de acordo com Cruz (2011, p. 483). Nos dados coletados pela autora, essa conjunção aparece na fala dos Baré bilíngues em Nheengatu e Português (297), na fala dos Werekena bilíngues em Nheengatu e Werekena (298) e na fala dos Baniwa falantes de Baniwa, Nheengatu e Português (299):

(297) *poxa yande Werekena, mamãe/*

INTJ	1PL	Warekena, mamãe		
ma ,		ti=ya-kua		ya-kuntai
CONJ		NEG=1PL.A-saber		1PL.A-falar

‘Poxa! Nós somos Warekena, mamãe, mas não sabemos falar.’

(298) *Tiã=awa u-kuntai se-irũ/*

NEG=PFT=NGH		3SG.A-contar		1SG.NA-COMINSTR
ma		<i>supi</i>		<i>suu rera a-kua</i>
CONJ		com.certeza		animal nome 1 SG.A-saber

‘Ninguém mais fala comigo, mas na verdade, os nomes de animais, eu sei.’

(299) *imũ paa u-riku ximiriku /*

3SG.NA:irmão	REP	3SG.A-ter		3SG.NA:esposa
ma		<i>ae</i>		<i>ti=u-riku</i>
CONJ		3SG		NEG =3SG.A-ter

‘Diz que o irmão dele tinha esposa, mas ele não tinha.’

Exemplos retirados de Cruz (2011, p. 483; glosa adaptada).

7.1.6.2 Empréstimo da conjunção *porque*

Outra conjunção emprestada do Português para o Nheengatu é o *porke* ‘explicativa’, que permite, conforme Cruz (2011, p. 485), “introduzir uma explicação para o trecho discursivo anterior ou estabelecer uma relação de causa e consequência”. Ainda segundo a autora, essa conjunção é usada até mesmo por falantes cuja fluência em Português é baixa. Os exemplos em (300) e (301) ilustram o uso dessa conjunção como conjunção explicativa:

- (300) *ya-kuntai Portugues ya-mundu arã /*
 1PL.A-falar Português 1PL.A -mandar SUBFIN
porke yande ya-kua yane-nheenga=ntu ti=u-meẽ
 CONJ 1PL 1PL.A-saber 1PL.NA-língua=RESTR NEG =3SG.A-dar
 ‘falamos Português para mandarmos, porque sabermos somente nossa língua, não dá.’

- (301) *ape paa yakare u-tumai=wã i-sui /*
 CONJ REP jacaré 3SG.A-tomar=PFT 3SG.NA-ABLAT
porke panhe u-putai u-iku tata
 CONJ todo 3SG.A-querer 3SG.A-estar fogo
 ‘aí o jacaré tomou dele, porque todos estavam querendo o fogo.’

Exemplos retirados de Cruz (2011, p. 485; glosa adaptada).

Cruz (2011, p. 485) afirma que o Nheengatu possui uma forma nativa para expressar a causa de um evento, que seria a coordenação por meio da conjunção *nhanse*. Ainda segundo a autora, essa conjunção tem a tendência de ser substituída pelo empréstimo *porke*. Em (302) e em (303) é exemplificado o uso de *nhanse* em discursos espontâneos produzidos por mulheres monolíngues para estabelecer causa e consequência:

- (302) *a-saisu kua se-iwi/*
 1SG.A-amar DEMPROX 1SG.NA-terra

nhanse ae i-sui a-yuka/
 CONJ 3SG 3SG.NA-ABLAT 1SG.A-tirar
panhe mã a-viveri arã
 todo NG 1SG.A-viver DATPROSP
 ‘amo esta minha terra, porque dela tiro tudo para viver.’

(303) *a-saisu kua yane-iwi/*
 1SG.A-amar DEMPROX 1PL.NA-terra
nhanse ti=presizu ya-piripana mã
 CONJ NEG=NECESS 1PL.A-comprar NG
 ‘amo esta nossa terra, porque não precisamos comprar nada.’

Exemplos retirados de Cruz (2011, p. 486; glosa adaptada).

7.1.6.3 Empréstimo da conjunção *ou*

No Nheengatu do século XXI, a relação de alternância entre duas orações é estabelecida pelo uso da conjunção de alternância *u*, que é um empréstimo do Português *ou*. Segundo Cruz (2011, p. 487), essa conjunção ocorre principalmente na fala dos adolescentes e na fala de pessoas que vivem na zona urbana de São Gabriel da Cachoeira, ilustradas em (304) e (305), respectivamente.

(304) *kua tempu tu-resebei=wã kua farda/*
 DEMPROX tempo 3 PL.A-receber=PFT DEMPROX uniforme
u ti=ta-resebei kuac farda
 CONJ NEG=3PL.A-receber DEMPROX uniforme
 ‘neste tempo, recebiam já uniforme ou não recebiam uniforme?’

(305) *u-manduai u-defendei arã*
 3SG.A-lembrar 3SG.A-defender SUBFIN
yepe parti garimpeiru ita u yepe parti empresariu
 INDF parte garimpeiro PL CONJ INDF parte empresário
 ‘pensou em defender uma parte dos garimpeiros ou uma parte dos empresários.’

Exemplos retirados de Cruz (2011, p. 487; glosa adaptada).

7.1.6.4 Empréstimo da conjunção *se*

Outra conjunção emprestada do Português é a conjunção *se*, que aparece no Nheengatu do século XXI na forma *si*. Conforme Cruz (2011, p. 498), há uma tendência, no Nheengatu falado na zona urbana de São Gabriel da Cachoeira, de reforçar o condicional por meio do uso dessa forma. Os exemplos em (306) e (307) demonstram o uso dessa conjunção:

- (306) *aiwã* [*ya-manduari* *si=ya-kirai* *rame* *asosiasao*]
 CONJ 1PL.A-pensar COND=1PL.A-criar SUBTEMP associação
iwasuima *piri* *yand=arã*
 ser.fácil ser mais 1PL=DATPROSP
 ‘então, pensamos que, se criássemos uma associação, seria mais fácil para nós.’

- (307) [*si=re-putai* *rame* *ne-puranga-sa*]
 COND=2SG.A-querer SUBTEMP 2SG.NA-ser.bonito-NMLZ
re-kua *mame* *re-su*
 2SG.A-saber onde 2SG.A-ir
 ‘se você quiser algo bonito, você tem de saber onde ir.’

Exemplos retirados de Cruz (2011, p. 498; glosa adaptada).

7.1.6.5 Empréstimo da conjunção *só que*

O Nheengatu do século XXI adotou ainda o empréstimo do Português *só que*, que aparece na língua como *soki* ‘concessivo’ na construção de oração subordinada adverbial concessiva. Cruz (2011, p. 509) afirma que não houve apenas a transferência da forma e do sentido como também houve a transferência de estrutura sintática, isto é, a oração subordinada é posposta à oração principal e o subordinador ocorre no início da oração subordinada, assim como no Português. Os enunciados em (308) e (309) ilustram a ocorrência desse subordinador nas orações.

- (308) *ape* *u-nheengai* *u-iku* *apiga* *rera*
 CONJ 3SG.A-cantar 3SG.A-estar homem nome
 [*soki* *ti=a-pudei* *a-mbeu*]
 SUBCONCES NEG=1SG.A-poder 1SG.A-contar

‘Aí, estava cantando o nome do homem só que eu não podia contar.’

(309)	<i>inde</i>	<i>re-nasei</i>	<i>se-sui</i>	<i>[soki</i>	<i>inde</i>	<i>nunka</i>	<i>kuri</i>
	2SG	2SG.A-nascer	1SG.NA-ABL	SUBCONCES	2SG	nunca	FUT
	<i>re-su</i>	<i>re-yuká</i>	<i>bũwa</i>	<i>piri</i>	<i>waa</i>	<i>nhaã</i>	<i>pirá]</i>
	2SG.A-ir	2SG.A-matar	ser.abundante	ser.mais	REL	DEMDIST	peixe

‘Você nasceu de mim, só que você nunca vai matar um peixe que é maior (do que você).’

Exemplos retirados de Cruz (2011, p. 509 e 510; glosa adaptada)

7.1.6.6 Empréstimo da palavra *agora* como conjunção

Conforme Cruz (2011, p. 484), o Nheengatu do século XXI utiliza, também, a palavra *agora* como empréstimo. No Português, o *agora* possui, primeiramente, o sentido de advérbio temporal, indicando o momento da enunciação. De acordo com Castilho (1997), o *agora* passou a ser usado também conjunção e pode indicar funções de ressalva, confronto, contraste. No Nheengatu, entretanto, segundo Cruz (2011, p. 484), a palavra *agora* foi introduzida apenas com a função de conjunção e expressa uma ideia de ressalva. Em (310) e (311) são exemplificados os usos de *agora* em orações coordenadas no Nheengatu:

(310)	<i>a-pudei</i>	<i>a-mbeu</i>	<i>a-kua</i>	<i>waa /</i>
	1SG.A-poder	1SG.A-contar	1SG.A-saber	REL
	<i>agora</i>	<i>Tunũ</i>	<i>a-paka</i>	<i>a-maã</i> <i>yawe=wã</i>
	CONJ	Tunum	1SG.A-acordar	1SG.A-ver ser.assim=PFT

‘Posso falar o que sei. Agora, Tunum, eu acordei e vi já assim.’

(311)	<i>porke a</i>	<i>ikue</i>	<i>iskola</i>	<i>indigena</i>	<i>ixe</i>	<i>a-aseitai /</i>
	CONJ	EXIST	escola	indígena	1SG	1SG.A-aceitar
	<i>agora</i>	<i>diferenciada</i>	<i>xarã</i>	<i>nhaã</i>	<i>ti=a-kua</i>	
	CONJ	diferenciada	1SG=DATPROSP	DEMDIST	NEG=1SG.A-saber	

‘Porque haver escola indígena, aceito. Agora, diferenciada para mim, não sei.’

Exemplos retirados de Cruz (2011, p. 484; glosa adaptada).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho, busquei investigar e discutir de que modo a LG lidou com os empréstimos do Português durante o contato linguístico que se iniciou no final do século XVI e permanece até os dias atuais.

Para que essa discussão fosse possível, realizei o levantamento de empréstimos do Português que passaram a figurar no léxico da LG durante todo o período citado. Esse levantamento foi feito por meio da análise de uma vasta documentação histórica criada por padres e por estudiosos e viajantes do período colonial e do período pós-colonial. Para o século XXI, utilizei o trabalho “*A fonologia e gramática do Nheengatu: a língua geral falada pelos povos Baré, Warekena e Baniwa*”, escrito por Cruz (2011).

Após o levantamento de dados, os empréstimos foram separados em (a) empréstimos com adaptações fonológicas; (b) empréstimos do Português que recebem morfologia da língua nativa e (c) empréstimos diretos.

Entre as adaptações fonológicas, pode-se citar que elas se dividiram em três tipos: *adaptação segmental*, *adaptação silábica* e *adaptação acentual*. No caso dos empréstimos que receberam morfologia da língua nativa, pôde-se perceber que eles receberam tanto morfologia flexional quanto derivacional, além de terem sido encontrados vários exemplos de composição, formada por uma raiz do Português e por uma raiz da LG.

Sobre os empréstimos diretos, procurei discutir que tipos de palavras estavam sendo recebidas pela LG sem sofrer adaptações. Percebi, com isso, que a maioria dessas palavras estava dentro do campo semântico religioso-cristão, o que pode levar ao seguinte questionamento: os falantes nativos estariam de fato utilizando esse léxico religioso-cristão de modo direto ou ele estava presente na documentação apenas por falta de palavras correspondentes?

Por fim, propus uma discussão sobre a hierarquia de empréstimos entre línguas em contato e sobre quais categorias, tomando por base os dados levantados, estariam sendo mais ou menos emprestadas na LG durante todo esse período de contato.

Este trabalho tem, como objetivo principal, contribuir para o conhecimento do contato entre línguas, em específico, do contato da Língua Geral com o Português e as suas consequências a partir do século XVI até o século XXI. Os dados e as análises,

entretanto, indicam que ainda há muito o que se discutir e o que se estudar sobre esse assunto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, A.; IRMÃZINHAS DE JESUS & PAULA, L. G. *A língua Tapirapé*. Rio de Janeiro: Xerox do Brasil, 1983.
- ALTMAN, C. As línguas gerais sul-americanas e a empresa missionária: linguagem e representação nos séculos XVI e XVII. In: FREIRE, J. R. B.; ROSA, M. C.(Org.). *Línguas Gerais: Política Linguística e Catequese na América do Sul no Período Colonial*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2003. p. 57-83.
- AGUIAR, J. L. da C. *Christu muhençáua: Doutrina Christã destinada aos naturaes do Amazonas em Nihingatu com tradução portuguesa em face, etc*. Petrópolis: Pacheco, Silva & C, 1898.
- AMORIM, A. B. de (1865). *Lendas em Nheengatu e em Português*. Manaus: Fundo Editorial ACA, 1987 [1865].
- ANCHIETA, J. *Teatro de Anchieta*. (Organização, tradução e notas do Pe. Armando Cardoso). São Paulo: Edições Loyola, 1977.
- _____. *Lírica Portuguesa e Tupi*. (Organização, tradução e notas do Pe. Armando Cardoso). São Paulo: Edições Loyola, 1984.
- _____. *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*. [edição fac-similar da 1ª. ed. Coimbra: Antônio Mariz]. São Paulo: Loyolla, 1990[1595].
- _____. *Doutrina Cristã: Catecismo Brasilico*, vol. I. *Doutrina Autógrafa e Confessionário*, vol. II. [Introdução, notas do Pe. Armando Cardoso, S. J.]. São Paulo: Loyola, 1993.
- ANÔNIMO. *Vocabulário na língua brasilica*. Ms. da Biblioteca Municipal Mário de Andrade, 1621.
- ANÔNIMO. *Doutrina cristã — idioma da Lingoa Geral*. Universidade de Coimbra: Manuscrito em língua geral, 1750.
- ANÔNIMO. *Gramatica da Lingua Geral do Brazil, com hum dicionário dos vocábulos mais uzuaes para a intelligência da dita Lingua*. Pará, 1750.
- ANÔNIMO. *Doutrina cristã: idioma da língua geral*. Ms. 1750.
- ANÔNIMO. *Diccionario da lingua geral do Brasil que se falla em todas as villas, lugares e aldeas deste vastissimo Estado*. Ms. Pará, 1771.
- ANÔNIMO. *Vocabulário na língua brasilica*. 1938.
- ARAÚJO, A. de. *Catecismo Na Língua Brasilica, No Qual Se Contém a Summa da Doutrina Cristã*. 1 ed. Lisboa: Pedro Crasbeek, 1618.

- _____. *Catecismo Brasilico Da Doutrina christã*. Corrigida por Bartolomeu de Leão, Júlio Platzmann, B. G. Teubner. Ed. Fac-similar da 2ª edição de 1686. Leipzig, 1898.
- AYROSA, P. *Etnografia e língua tupi-guarani*. São Paulo: USP, 1950.
- BATTISTI, E.; MARTINS, L. A realização variável de vibrante simples em lugar de múltipla no português falado em Flores da Cunha (RS): Mudanças Sociais e Linguísticas. *Cadernos do IL*. Porto Alegre, n. 42, p. 146-158, 2011.
- BORGES, M. V. O empréstimo como mecanismos de ampliação lexical. *Revista do Museu Antropológico*. Goiânia, v. 2, número 1, p. 135-150, 1998.
- BORGES, M. V. *Aspectos morfológicos e morfossintáticos do Avá-Canoeiro (Tupi-Guarani)*. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.
- CÂMARA Jr., J. M. *Introdução às línguas indígenas brasileiras*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1965.
- CAMPBELL, L. On proposed universals of grammatical borrowing. In: AERTSEN, H. & JEFFERS, R. J. (eds). *Historical linguistics*. Amsterdam: John Benjamins, 1989. p. 91-109. 1993
- CARVALHO, N. *Empréstimos linguísticos*. São Paulo: Editora Ática, 1989.
- _____. *Empréstimos linguísticos na língua portuguesa*. São Paulo: Editora Cortez, 2009.
- CASTILHO, A. T. Gramática do português falado. Campinas & São Paulo: UNICAMP & FAPESP, 1997.
- CLEMENTS, G. N., & KEYSER, S. J. *CV Phonology: A Generative Theory of the Syllable*. Cambridge, MA: MIT Press, 1983.
- COUTO DE MAGALHÃES, J. V. *O Selvagem*. Rio de Janeiro: Typographia da Reforma, 1876.
- CRUZ, A. *Fonologia e Gramática do Nheengatú: a língua geral falada pelos povos Baré, Warekena e Baniwa*. 1. ed. Utrecht, Países Baixos: LOT, 2011. 652p.
- CRUZ, A. The rise of number agreement in Nheengatu. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Série Ciências Humanas*, v. 10, p. 419-439, 2015.
- CRUZ, A.; PRACA, W. N. Innovation in Nominalization in Tupi-Guarani Languages: A comparative analysis of Tupinambá, Apyãwa and Nheengatu. In: ZARIQUIEY, R.; SHIBATANI, M. & FLECK, D. W. (Org.). *Nominalization in Languages of The Americas*. 1ed .Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2019, v. 1, p. 625-655.
- DIAS, A. G. *Dicionário da Língua Tupi, chamada Língua Geral dos Índios do Brasil*. Leipzig, 1858.

- DIETRICH, W. 2010. *Problems of distinguishing nominal compounding from syntactic and noun categorization devices in Tupi-Guarani languages*. In: CARLIN, E. B. & KERKE, S. van de. *Linguistics and Archaeology in the Americas - The Historization of Language and Society*. Amsterdam: Brill, 2010. p. 11- 25.
- Dicionário da Língua Brasileira*. Ms. Biblioteca da Universidade de Coimbra, S/D. 1-69.
- Dicionário da Língua Geral do Brasil*. Ms. da Biblioteca da Universidade de Coimbra, em português-tupi, S/D. 237 – 353.
- Dicionário português-brasileiro e brasileiro-português*. 1ª parte publicada em 1795 (Lisboa: Oficina Patriarcal); 2ª parte em Plínio Ayrosa. 1934, Revista do Museu Paulista XVIII. (Ms. na Biblioteca Nacional ms. I-1, 1; ms. 14, I -27, 4, 8 e ms. 19, 3, 35).
- D'OLIVEIRA, J. J. M. *Vocabulário elementar da Língua Geral Brasileira*. *Revista do Arquivo Municipal*. São Paulo, p. 128-171, 1936.
- DRUMOND, C. *Vocabulário na Língua Brasileira*. 2 ed. revista e confrontada com o Ms. fg., 3144 da Biblioteca Nacional de Lisboa. 1953 (1621).
- EDELWEISS, F. G. *Estudos Tupis e Tupi-Guaranis: confrontos e revisões*. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira Editora, 1969.
- FARIA, F. R. C. de. *Compêndio da língua brazilica para uso dos que a ella se quizerem dedicar*. Pará: Santos Filho, 1858.
- FIGUEIRA, L. *Arte da Língua Brasileira*. Manuel da Silva, Lisboa, 1621.
- FREIRE, J. R. B. *Rio Babel: a história social das línguas na Amazônia*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ/ATLANTICA, 2004.
- GROSJEAN, F. *Life With Two Languages: an Introduction to Bilingualism*. Harvard University Press, 1982.
- HARTT, C. F. *Notas sobre a língua geral ou tupi moderno do Amazonas*. Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 54. Rio de Janeiro, 1938.
- _____. *Contribuições para a Ethnologia do Valle Amazonas*. Archivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro, v. 6, p. 1-174, 1885.
- HORA, D.; TELLES, S. & MONARETTO, V. N. O. *Português brasileiro: uma língua de metátese?* *Revista Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 42, n. 2, p. 178-196, setembro, 2007.
- HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S. & FRANCO, F. M. de M. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2009.
- JENSEN, C. *O desenvolvimento histórico da língua Wayampi*. Série Línguas Indígenas. Campinas: Editora Unicamp, 1989.

- JENSEN, C. Tupí-Guaraní. In: DIXON, R. M. W.; AIKHENVALD, A. Y. (Eds.). *The Amazonian languages*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. p. 125-163.
- KIEMEN, M. *The Indians Policy of Portugal in the Amazon Region – 1614-1693*. Washington, The Catholic University of America Press, 1954.
- LAUNEY, M. *Une grammaire omniprédicative. Essai sur la syntaxe du nahuatl classique*. Paris: CNRS, 1994.
- _____. The features of omnipredicativity in Classical Nahuatl. *Sprachtypologie und Universalienforschung*, 57, vol. I. Berlin: Akademie Verlag, pp. 49-69, 2004.
- LEE, K. *Conversing in colony: the Brasília and the Vulgar in Portuguese America, 1500-1759*. Tese de Doutorado, The Johns Hopkins University, Baltimore, 2005.
- LEITE, Y. *A arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil e as línguas indígenas brasileiras*. In: FREIRE, J. R. B.; ROSA, M. C. (Org.). *Línguas Gerais: Política Linguística e Catequese na América do Sul no Período Colonial*. Rio de Janeiro: Ed. Uerj, 2003. p. 11-24.
- LEMOS BARBOSA, A. *Curso de Tupi Antigo. Gramática, exercícios e texto*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1956.
- MACMAHON, A. M. S. *Understanding language change*. New York: Cambridge University Press, 1994.
- MAGALHÃES, M. M. S. *Sobre a morfologia e a sintaxe da língua Guajá (família Tupi-Guaraní)*. Tese de Doutorado. UnB, Brasília, 2007.
- MAGALHÃES, M. M. S.; PRAÇA, W. & CRUZ, A. Gradação da omnipredicatividade na família Tupi-Guarani. *FORMA Y FUNCION*, v. 32, p. 151-189, 2019.
- MATRAS, Y. The borrowability of grammatical categories. In: MATRAS, Y. and SAKEL, J. *Grammatical borrowing in cross-linguistic perspective*. Berlin: Mouton de Gruyter; 2007. p. 31-74.
- MATRAS, Y. *Language Contact*. New York: Cambridge University Press, 2009.
- MATTHEWS, P. H. *Morphology*. 2. ed. New York: Cambridge University Press, 1991.
- MESQUITA, R. *Empréstimos linguísticos do português em Xerente Akwẽ*. 144f. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009.
- MITHUN, M. (1984) The evolution of noun incorporation. *Language*, v. 60. n. 4, p. 847-894, 1984
- MITHUN, M. Active/agentive case marking and its motivation. *Language*, v. 67, p. 510-546, 1991.

- MONSERRAT, R. M. F. O Tupi do século XVIII (tupi-médio). Em: FREIRE, J. R. B.; ROSA, M. C. (Org.). *Línguas Gerais: Política Linguística e Catequese na América do Sul no Período Colonial*. Rio de Janeiro: Ed. Uerj, 2003. p. 185-194.
- MOORE, D.; FACUNDES, S. & PIRES, N. *Nheengatu: Notas sobre Sintaxe e Desenvolvimento Histórico*. Anais do 5º Encontro da ANPOLL. Recife. Julho, 1990.
- MORAVCSIK, E. Universals of language contact. In: GREENBERG, J. H. *Universals of human language*. Stanford: Stanford University Press.. 1978. p. 94-122.
- OLIVEIRA, R. L. G. *Natureza e direções das mudanças lexicais ocorridas na língua geral Amazônica do século XVII*. 81 f. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília, Brasília, 2008.
- PAYNE, T. E. *Describing Morphosyntax: a guide for field linguistics*. New York: Cambridge University Press, 1999.
- _____. *Exploring Language Structure: a student's guide*. New York: Cambridge University Press, 2006.
- PINHO, A. J. & MARGOTTI, F. W. A variação da lateral pós-vocálica /l/ no português do Brasil. *Working Papers em Linguística*, v. 11, n. 2, p. 67-88, 2010.
- PRAÇA, W. N. *Nomes como predicados na língua Tapirapé*. Dissertação de Mestrado Universidade de Brasília, Brasília, 1999.
- _____. *Morfossintaxe da língua Tapirapé*. Tese de Doutorado, UnB, Brasília, 2007.
- PRAÇA, W. N.; MAGALHÃES, M. M. S.; CRUZ, A. da . Indicativo II da família Tupi Guarani: uma questão de modo? *LIAMES*, v. 17, p. 39-58, 2017.
- Queixalòs, Francisco. *Des noms et des verbes en tupi-guarani: État de la question*. Munich: Lincom, 2001.
- QUEIXALÓS, F. The primacy and fate of predicativity in Tupi-Guarani. In: LOIS, X.; VAPNARSKY, V. (coord), *Lexical categories and Root Classes in Ameridian Languages*. Bern: Peter Lang International Academic Publishers, 2006. p. 249-288.
- RAIOL, Domingos Antônio, barão de Guajará. *Catechese de Indios do Pará*. Belém, ABAPP, vol. 2, 1900.
- REIS, A. C. F. A Língua Portuguesa e a sua imposição na Amazônia. *Revista de Portugal – Língua Portuguesa*, Lisboa, 23, p. 491-500. 1961.
- RODRIGUES, A. D. Morfologia do verbo Tupi. *Letras*, v. 1, p. 121-152, 1953.
- _____. *Estrutura do Tupinambá*. Notas do curso dado na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Inédito, 1981.

- _____. Relações internas na família Tupi-Guarani. *Revista de Antropologia*, v. 27/28, p. 33-53, 1985
- _____. Línguas Indígenas: 500 anos de descobertas e perdas. *DELTA* v. 9, n. 1, 81-103, 1993.
- _____. *Línguas Brasileiras: Para o conhecimento das línguas indígenas*. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1994.
- _____. As línguas gerais sul-americanas. *PAPIA - Revista de Crioulos de Base Ibérica*, v. 4, n. 2, p. 6-18, 1996a.
- RODRIGUES, A. D. Argumento e predicado em Tupinambá. *Boletim da Associação Brasileira de Linguística*, v. 19, p. 57-70, 1996b.
- _____. Panorama das Línguas Indígenas da Amazônia. In: QUEIXALÓS & RENAULT-LESCURE, O. (orgs): *As línguas amazônicas hoje*. São Paulo: IRD/ISA/MPEG, 2000. p. 15-28.
- _____. Sobre a natureza do Caso Argumentativo. In: QUEIXALÓS, F. (ed.) *Des noms et des verbes em Tupi-Guarani: état de la question*. Munique: Lincom Europa, 2001. p. 103-114.
- _____. Estrutura do Tupinambá. In: RODRIGUES, A. D. & ARRUDA, A. S. A. C. *Língua e culturas Tupi*. Brasília & Campinas: LALI & Nimuendajú, 2010. p. 11-42
- RODRIGUES, J. B. *Poranduba Amazonense*. Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 14 (2):1-337. Rio de Janeiro, 1890.
- _____. *Mbaé Kaá Tapyiyetá Enoyndaua ou a botânica — nomenclatura indígena*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. [edição fac-similar: Rio de Janeiro: Jardim Botânico, 1992 (1905)].
- ROMAINE, S. *Bilingualism*. Oxford: Blackwell, 1995.
- ROSA, M. C. Descrições missionárias de língua geral nos séculos XVI-XVII: que descreveram? *PAPIA - Revista de Crioulos de Base Ibérica* 2, n. 1, p. 85-98, 1992
- SAPIR, E. The problem of noun incorporation in American languages. *American Anthropologist*, v. 13, n. 2, p. 250-282, 1911.
- SEKI, L. *Gramática do Kamaiurá: língua Tupi-Guarani do Alto do Xingu*. Campinas, São Paulo: Editora Unicamp, 2000.
- STRADELLI, C. E. Vocabulário da língua geral português-nheengatu e nheengatu-português, precedidos de um esboço de gramática nheengatu-poranduu. Rio de Janeiro. *Revista do IHGB*, v. 104 (158), p. 9 -768, 1929.
- SYMPSON, P. L. *Grammatica da LinguaBrazilica Geral, fallada pelos aborígenes das províncias do Pará e Amazonas*. Manaus: Tyografia de Comércio do Amazonas, 1877.

- TASTEVIN, C. Grammatica da língua tupy. *Revista do Museu Paulista*, n. 13 (Separata), p. 1-151, 1923[1910].
- THOMASON, S.G. & KAUFMAN, T. *Language Contact, Creolization and Genetic Linguistics*. Berkeley: University of California Press, 1988.
- VIARO, M. E. Algumas considerações acerca do português falado quatrocentista e quinhentista. *Papia: Revista de Crioulos de Base Ibérica*, v. 15, p. 80-101, 2005.
- VIEIRA, M. D. *O problema da configuracionalidade na língua Asurini: uma consequência da projeção dos argumentos do predicado verbal*. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.
- Vocabulário da língua geral*. Manuscrito da Biblioteca Nacional 10, 1, 10.
- WEINREICH, U. *Languages in contact: Finding and problems*. New York: Linguistic Circle of New York, 1953.
- WETZELS, L. Primary Stress in Brazilian Portuguese and the Quantity Parameter. *Journal of Portugues Linguistics, Special Issue on Prosody of the Iberian Languages*, v. 5/6: 9-58, 1977.
- WETZELS, L. & MEIRA, S. “A Survey of South American Stress Systems.” In: GOEDEMAN, R.; HULST, H. van der & ZANTEN, E. van. *A Survey of Word Accentual Systems in the Languages of the World*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2010. p. 313-381.